

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DISSERTAÇÃO**

**POLÍTICA E SOCIABILIDADE NO SÉCULO XIX: A RELAÇÃO ENTRE O  
VISCONDE DE PELOTAS E O MARQUÊS DO HERVAL**

**GUILHERME DE MATTOS GRÜNDLING**

**2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**POLÍTICA E SOCIABILIDADE NO SÉCULO XIX: A RELAÇÃO ENTRE O VISCONDE DE PELOTAS E O MARQUÊS DO HERVAL**

**GUILHERME DE MATTOS GRÜNDLING**

*Sob a Orientação da Professora*  
**Dr.<sup>a</sup> Adriana Barreto de Souza**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Relações de Poder e Cultura

Seropédica, RJ

**2019**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G889p

Gründling, Guilherme de Mattos, 1990-  
POLÍTICA E SOCIABILIDADE NO SÉCULO XIX: A RELAÇÃO  
ENTRE O VISCONDE DE PELOTAS E O MARQUÊS DO HERVAL /  
Guilherme de Mattos Gründling. - São Borja, 2019.  
123 f.

Orientadora: Adriana Barreto de Souza.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História  
(PPHR), 2019.

1. Política. 2. Sociabilidade. 3. Correspondências  
século XIX. 4. Militares na Política. 5. Brasil  
Império. I. Souza, Adriana Barreto de, 1971-, orient.  
II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Programa de Pós-Graduação em História (PPHR) III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE  
CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA**

**POLÍTICA E SOCIABILIDADE NO SÉCULO XIX: A RELAÇÃO ENTRE O  
VISCONDE DE PELOTAS E O MARQUÊS DO HERVAL**

**Guilherme de Mattos Gründling**

Banca examinadora:

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Barreto de Souza**  
**Orientadora e Presidente da Banca - UFRRJ**

**Prof. Dr. Fábio Koifman**  
**Membro Interno – UFRRJ**

**Prof. Dr. André Fertig**  
**Membro Externo - UFSM**

## AGRADECIMENTOS

Após mais de dois anos de mestrado, existem algumas pessoas as quais devo registrar meus mais sinceros agradecimentos. Primeiramente, agradeço a minha orientadora prof. Adriana Barreto de Souza por ter aceito orientar esta pesquisa, assim como agradeço também os conselhos, as sugestões e as revisões realizadas ao longo desse percurso. Devo agradecimento especial também ao prof. André Atila Fertig, pela amizade que sempre demonstrou por mim, por ter aceito fazer parte da banca examinadora, mas principalmente, pelo papel fundamental que teve em minha formação acadêmica no curso de História na Universidade Federal de Santa Maria. Aproveito para agradecer ao prof. Fábio Koifman por fazer parte da banca examinadora, contribuindo com observações e com indicações pontuais.

Aos professores, colegas e funcionários ligados ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, agradeço pela constante disponibilidade em solucionar dúvidas e inquietações que assombram a vida de qualquer pós-graduando. Aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro agradeço ao auxílio prestado no acesso à documentação utilizada nesta dissertação.

Não poderia deixar de enaltecer e de agradecer ao Grêmio Football Porto-Alegrense que, salvo algumas poucas decepções, proporcionou títulos e alegrias que serviram para extravasar os sentimentos de seus apaixonados torcedores. Agradeço aos amigos gaúchos, cariocas e todos aqueles que de alguma forma demonstraram apoio ao longo desses anos ou torceram pelo bom desfecho desta etapa.

Por fim, deixo os agradecimentos aqueles que vivenciaram as angústias do mestrado de perto. Dessa forma, agradeço ao amor da minha vida, Jéssica de Brito Sgarbi de Carvalho, que esteve ao meu lado durante a estressante, a caótica e a enlouquecida vida de mestrando. Sem sua dedicação, sem seu apoio e sem seu amor esta conclusão não seria possível! Da mesma forma, agradeço também a família Brito Sgarbi de Carvalho pelo carinho e pela consideração que sempre demonstraram comigo, muito obrigado!

Agradeço a meus pais, Airton José Gründling e Grisiê de Mattos Gründling pelo apoio incondicional em mais esta fase da minha vida. A minha mãe devo ainda outro agradecimento, pois, além de sua dedicação maternal, cumpriu papel fundamental na revisão do material desta dissertação. Obrigado professora!

Essa dissertação é dedicada ao meu maior ídolo, herói e grande amigo, Eduardo de Mattos Gründling.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível  
Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001*

*This study was financed in part by the Coordenação de  
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil –  
(CAPES) – Finance Code 001*

## RESUMO

GRÜNDLING, Guilherme de Mattos. **Política e Sociabilidade no século XIX: a relação entre o Visconde de Pelotas e o Marquês do Herval**. 2019. 122p Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

A presente pesquisa tem por objetivo compreender as formas de inserção política e as estratégias articuladas pelos militares rio-grandenses, José Antônio Corrêa da Câmara (Visconde de Pelotas) e Manuel Luís Osório (Marquês do Herval), no processo de ascensão à esfera política imperial. Para tanto, procura-se analisar as correspondências trocadas entre José Antônio Corrêa da Câmara e Manuel Luís Osório. Após longo período atuando em conflitos bélicos, organizando tropas e estratégias militares, acredita-se que esses indivíduos se tornaram importantes para a corte do Rio de Janeiro, o que resultou na ampliação de seus vínculos sociais e de seus respectivos núcleos de sociabilidade, levando-os a ascender à esfera política da Corte. Com a análise de suas correspondências busca-se definir como se estabeleceram os vínculos entre a província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a corte imperial, após a Guerra do Paraguai (1864-1870).

**Palavras-chave:** Política, Correspondências século XIX, Militares.

## ABSTRACT

GRÜNDLING, Guilherme de Mattos. **From the battlefields to the Empire Court: the relationship between the Visconde de Pelotas and the Marquês do Herval through their correspondence.** 2019. 122p Dissertation (Master in History). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

The present research aims to understand the political insertion ways and the strategies articulated by "rio-grandense" militaries, José Antonio Corrêa da Câmara (Visconde de Pelotas) and Manuel Luís Osório (Marquês do Herval), in the ascension on the imperial politics. That's for, makes imperative analyse the correspondence exchanged by José Antônio Corrêa da Câmara and Manuel Luís Osório. After long period acting in belic conflicts, organizing troops and militaries strategies, believies thoses individuals became important to Rio de Janeiro's imperial court, which results in the social bonds enlargement and of respectively sociability nuclei, driving the political ascension of imperial court. Analysing the correspondence, it aims to define how the São Pedro do Rio Grande do Sul province's and Imperial court bond has stablished just after Paraguay war (1864-1870).

**Key words:** Politics, Correspondence Nineteenth Century, Militaries.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Correspondência de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara (1869-1879).....	53
Gráfico 2 - Correspondência de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório (1869-1879).....	54
Gráfico 3 - Temática das cartas de José Antônio Corrêa da Câmara e Manoel Luís Osório .....	55

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Correspondência de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara durante o ano de 1869.....	57
Tabela 2 - Correspondência de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório durante o ano de 1869.....	58

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

IHGRS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	12
<b>Capítulo 1. O desfecho da Guerra do Paraguai e o retorno dos chefes militares à província de São Pedro do Rio Grande do Sul</b> .....	25
1.1. O jogo político na província de São Pedro do Rio Grande do Sul .....	26
1.2. A Guerra do Paraguai e o prestígio político das lideranças militares na província de São Pedro do Rio Grande do Sul .....	34
1.3. Família, guerra e política no século XIX: as relações do Visconde de Pelotas do Marquês do Herval .....	42
<b>Capítulo 2. “Entre camaradas e amigos”: sociabilidade de guerra e diálogos políticos na província de São Pedro do Rio Grande do Sul</b> .....	51
2.1. As correspondências como fonte de análise da relação entre militares e políticos no século XIX .....	52
2.2. A fase final da Guerra do Paraguai através das correspondências de Osório e de Corrêa da Câmara .....	57
2.3. Guerra e Comunicação na Fronteira: os interesses das elites rio-grandenses nas fronteiras da província de São Pedro do Rio Grande do Sul .....	67
<b>Capítulo 3. “Dos campos de batalha à Corte imperial”: atuação política do Visconde de Pelotas e do Marquês do Herval através de suas correspondências</b> .....	74
3.1. Sociabilidade e Política: as relações do Visconde de Pelotas e do Marquês do Herval .....	75
3.2. Negociações e Estratégias políticas nas correspondências do Visconde de Pelotas e do Marquês do Herval .....	83
3.3. Diálogos entre Mediadores Políticos: As correspondências do Visconde de Pelotas e do Marquês do Herval .....	94
<b>Considerações Finais</b> .....	113
<b>Fontes</b> .....	115
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	116

## Introdução

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as correspondências do militar e político José Antônio Corrêa da Câmara, o 2º Visconde de Pelotas, com o também militar e político, Manoel Luís Osório, o Marquês do Herval, entre 1870-1879.

Este objeto começou a ser construído ainda durante a graduação realizada na Universidade Federal de Santa Maria, quando – por meio dos estudos referentes ao Projeto de Pesquisa: "Sociedade, cultura e política na História do Brasil nos séculos XIX e XX", coordenado por André A. Fertig – participei da elaboração de um banco de dados sobre as correspondências recebidas por José Antônio Corrêa da Câmara. Por meio dele, é possível visualizar o considerável fluxo de correspondências remetidos a este militar e político, especialmente, após o desfecho da Guerra do Paraguai.

Dentre os principais correspondentes de Corrêa da Câmara, identifica-se Manuel Luís Osório, indivíduo de extrema influência em assuntos políticos e militares da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul que, apesar de ter sido nomeado para o Senado apenas em 1877, desde o fim da Revolução Farroupilha, em 1845, havia consolidado forte influência sobre boa parte das localidades sul-rio-grandenses.<sup>1</sup> E, sendo homem de sua confiança, Corrêa da Câmara alcançou cargos políticos importantes no governo imperial, tendo sido Ministro da Guerra e Senador, entre 1880-1889. A ascensão política de Corrêa da Câmara, após seu retorno da Guerra do Paraguai (1864-1870), levou-o a ocupar posição de liderança e de prestígio na sociedade política local e no Partido Liberal. Esta pesquisa enfoca, assim, o processo de inserção política desse indivíduo, José Antônio Corrêa da Câmara, na política nacional nas décadas finais do Império, por meio do estudo de suas correspondências com Manuel Luís Osório.

A historiografia brasileira compreendeu a política do século XIX por meio de acordos tradicionais, definidos e articulados em espaços institucionais de poder. Isso promoveu uma interpretação restrita a respeito do papel das elites regionais na política imperial. A partir dos anos 2000, a historiografia procurou ampliar as pesquisas acerca do papel das elites provinciais e locais no processo de formação e de consolidação do Estado Imperial. Essa renovação buscava incluir em suas análises diferentes formas de atuação e de negociação política das elites. Para

---

<sup>1</sup> Entre 1835-1845 o Rio Grande do Sul envolveu-se em um movimento contestatário contra a Estado Imperial brasileiro. As justificativas para o eclodir deste conflito variam desde motivações econômicas, políticas e sociais. Existe uma grandiosa produção historiográfica sobre a Revolução Farroupilha, dentre as quais podemos citar: FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996; PADOIN, Maria Medianeira. *O federalismo no espaço fronteiriço platino*. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1999; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A Política Rio Grandense no II Império*. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa em História, 1974.

isso, a historiografia passou a valorizar fontes e objetos de pesquisa que privilegiam a compreensão dos vínculos sociais, das estratégias familiares, das alianças políticas, dos vínculos relacionais das elites no século XIX que, muitas vezes, eram reforçados através das relações constituídas nos meios sociais nos quais esses indivíduos circulavam.<sup>2</sup>

Ao destacar os momentos de aproximação entre os indivíduos e/ou grupos no século XIX, a historiografia busca se aproximar de situações de influência, de elementos que condicionavam as disputas eleitorais e, claro, dos vínculos e alinhamentos políticos. Essas questões, relacionadas às atuações das elites políticas e militares, podem estar expressas nas correspondências trocadas entre Manoel Luís Osório e José Antônio Corrêa da Câmara.

A prática de trocar correspondências tornou-se um hábito, uma prática cultural de extrema relevância ao longo do século XIX. Atualmente, entendidas não apenas como objeto de aproximação entre os atores históricos, as correspondências desnudam características, posturas e interpretações de seus remetentes, muitas vezes, não acessíveis aos historiadores ao trabalharem em outras fontes documentais.<sup>3</sup>

Este estudo pretende, portanto, compreender as formas de inserção política e as estratégias articuladas pela elite sul-rio-grandense no processo de ascensão à esfera política imperial, analisando os diálogos epistolares estabelecidos entre José Antônio Corrêa da Câmara (Visconde de Pelotas) e Manoel Luís Osório (Marquês do Herval). Em outras palavras, a análise dessas correspondências é um estudo de mediação política, que pretende definir como se estabeleceram vínculos entre a província sul-rio-grandense e a Corte imperial, após a Guerra do Paraguai. Acredita-se que, após longo período atuando em conflitos bélicos, organizando tropas e estratégias militares, esses indivíduos se tornaram importantes para a Corte do Rio de Janeiro, o que possibilitou a ampliação de seus vínculos sociais e de seus respectivos núcleos de sociabilidade, dentro e fora de suas localidades, levando-os a ingressar nos círculos mais restritos da política imperial.

O objetivo dessa pesquisa é, portanto, analisar as correspondências enviadas e recebidas entre José Antônio Correia da Câmara e Manoel Luís Osório, entre 1869 a 1879, utilizando-as não apenas para a consulta de informações, mas principalmente como aporte para o estudo da relação constituída entre esses indivíduos e, assim, analisar quais os fatores que os capacitaram

---

<sup>2</sup> A exemplo da renovação da visão dos espaços e das interações na política imperial, ver: COMISSOLI, A. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. PPGHIS-UFRJ, 2011, p.242-255.

<sup>3</sup> A exemplo de estudos que também utilizam correspondências como aporte documental, ver: LEMOS, Renato. *Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

a ascender à esfera política da Corte e atuarem na mediação política entre a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e o Império.

\*\*

A relação entre o centro político do Império e as elites provinciais na construção do Estado imperial brasileiro é uma temática clássica, constituindo atualmente um campo de produção bastante amplo e diverso. Nessa perspectiva, identifica-se como ponto de partida neste debate, autores e obras que, apesar de não terem inaugurado a discussão, suscitam importantes questões na reflexão sobre o tema.

Por muitos anos, as análises que visam explicar o processo de formação do Estado imperial brasileiro foram interpretadas por meio da antinomia entre o poder central e os poderes emanados das províncias. A historiografia política, de modo semelhante, designou lugar reduzido às elites regionais, tanto na formação quanto na consolidação do Estado imperial oitocentista. Isso pode ser explicado por se considerar nesses estudos, por um lado, a sobreposição dos interesses privados sobre os interesses públicos da nação e, por outro, que as forças políticas que partiam das localidades eram forças desagregadoras, que agiam unicamente conforme os seus próprios interesses provinciais.

Nestor Duarte, por exemplo, assinala em seu clássico *A ordem privada e a organização política nacional*, ainda em 1939, que, na dinâmica política imperial, os partidos eram instrumentos de locução sob os quais os chefes políticos locais se faziam representar, ou seja, o autor salienta que eram os fazendeiros e as articulações de suas famílias que dominavam, de acordo com os seus interesses, a dinâmica política imperial. Portanto, por esse viés, pode-se assinalar que os interesses privados se sobrepujam aos interesses de ordem pública durante o império.<sup>4</sup>

Com argumentação oposta, há o trabalho de Raimundo Faoro, o qual aponta que o governo central estabeleceu acirrada disputa ao longo do período imperial com as elites provinciais. O Estado e as forças políticas periféricas, na sua visão, possuíam interesses conflitantes e, muitas vezes, concorrentes face à consolidação do Estado imperial brasileiro. Faoro assinala que o Estado imperial e os grandes proprietários disputaram ao longo do Império

---

<sup>4</sup>DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. SP: Cia. Editora Nacional, 1939, p.125-150.

uma considerável luta pelo poder político e, ao final, o Estado imperial havia se consolidado ao sobrepor os seus interesses aos ímpetos de poder provenientes das elites provinciais e locais.<sup>5</sup>

Após várias décadas de intenso debate, surgem pesquisas que em suas explicações não mais recorrem à separação entre as esferas públicas e privadas do poder, como o estudo de José Murilo de Carvalho. O autor considera que a construção do Estado monárquico brasileiro foi uma opção dentre outras formas organizacionais, cujo objetivo seria a manutenção da união territorial. Por essa ótica, entende-se que a elite política do Império se apresentava de maneira homogênea, coesa e coerentemente disposta a manter a unicidade e o centralismo monárquico. E, na tentativa de compreender essa dinâmica política imperial, José Murilo de Carvalho destacou a importância dos cursos superiores, em especial das faculdades de Direito, no ingresso e nos alinhamentos políticos ao longo do século XIX. Esse fenômeno, conforme o autor, deve-se às relações que eram estabelecidas entre as elites nos bastidores das academias. Ou seja, a coesão ideológica e a unidade de formação intelectual de membros das elites, para Carvalho, tornaram-se os principais fatores para a consolidação do Estado imperial brasileiro. Em seu trabalho, no entanto, pode-se perceber a forte ênfase atribuída ao papel assumido pelo Estado na dinâmica política imperial, diminuindo ou não considerando os papéis das elites provinciais, das estratégias familiares e dos vínculos locais estabelecidos por esses grupos.<sup>6</sup>

Ainda que mantenha a ótica centralista, Ilmar de Mattos - outra referência no debate - diferencia-se de José Murilo de Carvalho, pois compreende o Estado imperial como um produto da atuação das elites dirigentes ou da "classe senhorial", identificada pelo autor como o grupo dos Saquaremas, que correspondiam ao grupo de proprietários e cafeicultores fluminenses, muitos deles vinculados ao Partido Conservador. Discordando, portanto, da existência de uma elite coesa e homogênea, Ilmar considera que, entre os partidos políticos do Império, havia semelhanças e diferenças, mas, acima de tudo, as agremiações partidárias estavam estabelecidas de forma hierárquica.<sup>7</sup>

Assim, o Partido Conservador teria sobreposto os seus interesses aos do Partido Liberal, assim como os interesses do grupo dos Saquaremas haviam superado as forças políticas de outras regiões imperiais. Conforme essa visão, a centralização do Império poderia ser

---

<sup>5</sup> FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. POA: 3ªed. revista Globo, 2001, p.382-400.

<sup>6</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro das Sombras: a política Imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.23-67.

<sup>7</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987, p.129-169.



compreendida como um triunfo das elites centralistas sobre as forças desagregadoras advindas de províncias periféricas.<sup>8</sup>

A partir de outro eixo explicativo, pode-se perceber autores e obras que procuraram problematizar o papel das elites provinciais e locais na construção da ordem imperial, cujo enfoque seria a não passividade assumida pelas elites periféricas nesse processo. Dessa forma, contrariando a ótica centralista, Richard Graham observa a existência de articulações entre os proprietários de terras e de escravos das províncias com o centro político do Império, por meio de redes e de laços clientelistas, admitindo, assim, a relação e a convivência entre esses grupos no período imperial. Assim, ainda que se concorde com a presença de práticas clientelistas no século XIX, Graham generaliza as práticas clientelistas no Brasil imperial, reduzindo as dinâmicas de relações desse período a uma simples decorrência dessa prática, desconsiderando outras formas de relação e de atuação dos diferentes grupos, bem como as próprias diferenças e especificidades entre as elites provinciais.<sup>9</sup>

Os estudos até aqui mencionados procuraram observar a gênese da consolidação do Estado imperial brasileiro. Nos últimos anos, contudo, notam-se pesquisas que, diferentemente, buscam dar maior ênfase aos elementos que constituem e reconstituem o universo das atuações dos indivíduos e de suas redes de relações, isto é, aos estudos de estratégias políticas utilizadas por membros das elites provinciais e locais. Através da análise dos procedimentos político-administrativos das províncias do Império, a historiografia tem destinado maior atenção as dinâmicas políticas e as demandas das elites regionais, as articulações e aos modos de atuação desses grupos de indivíduos, tanto na negociação de suas demandas quanto na consolidação do Estado imperial brasileiro. Tal perspectiva analítica, para Maria de Fátima Gouvêa evidencia que os assuntos relacionados à política no período imperial seriam algo muito mais "[...] complexo e sofisticado do que o simples favoritismo e clientelismo geridos a partir da grande política que se desenrolava na sede da monarquia, na Corte do Rio de Janeiro".<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Jeffrey Needell, mais recentemente, também destinou maior ênfase ao estudo do Partido Conservador, ressaltando os vínculos de chefes desse partido e de suas famílias com a elite econômica fluminense, entre 1830-1870. NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: the conservatives, the State, and slavery in the Brazilian monarchy*. Stanford: Stanford University, 2006. Dentre os autores que procuraram demonstrar o pensamento liberal ou as manifestações políticas de chefes do Partido Liberal, ver: GOUVÊA, Fernando da Cruz. *O Partido Liberal no Império: o Barão de Vila Bela e sua época*. Brasília: Senado Federal, 1986.

<sup>9</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p.30-50. Esta referência refere-se à tradução do texto publicado em 1990: GRAHAM, Richard. *Patronage and Politics in Nineteenth-century Brazil*. Stanford University Press, 1990.

<sup>10</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias. Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Faperj, 2008, p.11. (A tese que original dessa obra foi defendida em 1989).

Miriam Dohnnikoff assinala, por sua vez que, na consolidação do Estado monárquico a autonomia e o poder das elites provinciais davam-se pela articulação ou pela negociação entre a elite política imperial e as demais elites provinciais. Conforme a autora, as instituições imperiais, bem como os aparelhos administrativos do Império não seriam centralistas, ressaltando o espaço de atuação das Assembleias Legislativas Provinciais em assuntos que interessavam as dinâmicas internas das províncias. Miriam Dohnnikoff, em sua pesquisa, utilizou-se da legislação e dos debates parlamentares, limitando a sua abordagem à esfera institucional de poder, não abordando, portanto, o caráter relacional da atuação das elites provinciais com as elites locais que, por diferentes razões, muitas vezes constituíam laços familiares e promoviam a articulação de suas estratégias.<sup>11</sup>

Ainda assim, é útil ressaltar que tanto a pesquisa de Maria Fátima Gouvêa quanto a pesquisa de Miriam Dohnnikoff demonstram a necessidade de se entrelaçar os estudos entre as instituições e as elites regionais no contexto político imperial.

Sobre essa questão, Maria Fernanda Martins ressalta que, para se entender a dinâmica política imperial, torna-se fundamental destinar maior ênfase às estratégias familiares. Nessa perspectiva de entendimento, a autora aponta para o fato de que os interesses das elites provinciais e locais, em certos casos, articulavam-se aos interesses do Conselho de Estado, órgão representativo da elite política imperial, uma vez que através da análise das redes de sociabilidade dos Conselheiros de Estado, Martins observou que seus representantes eram membros de tradicionais famílias em suas províncias. Sua pesquisa destaca, portanto, os laços constituídos entre sujeitos de diferentes províncias do Império por meio de redes de sociabilidade que promoviam a articulação de seus interesses ao de famílias ricas e poderosas de diferentes províncias.<sup>12</sup>

Partindo dessa linha de raciocínio, Jonas Vargas, ao estudar as famílias da elite sul-riograndense, bem como a ascensão de seus membros à esfera política da Corte, ressalta as articulações políticas constituídas por membros das elites locais e de seus familiares, buscando

---

<sup>11</sup> DOHLNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005, p.90-99.

<sup>12</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2005, p.20-27. Martins ressalta importantes pontos de circulação política no Estado Imperial, promovendo a interação e o diálogo entre o Estado e as suas organizações provinciais e locais. A respeito de outras análises que enfocaram as atuações políticas e econômicas constituídas por uma rede de relações familiares que exerceram posição de destaque no cenário provincial, ver: ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. *O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: um estudo sobre família, poder e economia*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2012; MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)*. 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

conectar os interesses de suas províncias e de suas localidades à esfera política da Corte. Por conseguinte, o autor destaca que a busca por um lugar no estreito cenário político do século XIX por membros das elites provinciais, de certo modo, não significava para esses indivíduos apenas o simples desejo e a necessidade de representação com relação ao Governo Imperial. Segundo Vargas, as estratégias políticas que visavam a obtenção ou ocupação de cargos políticos por membros das elites provinciais representavam a esperança de parentes, clientes, eleitores e aliados político-partidários, pela diminuição da amplitude existente entre as suas localidades e a Corte, pois, "(...) a sua capacidade de fazer e encaminhar pedidos e conceder favores" promoviam o crescimento de seu poder. "Neste sentido, dentro do mundo da política, os ministros, os senadores e os deputados gerais ocupavam um papel central".<sup>13</sup>

Conforme Vargas, as relações entre o centro político imperial e as províncias foram sustentadas por dois aspectos principais ligados à esfera político-administrativa. Um deles vinculado ao aumento da burocracia imperial através da criação e do estabelecimento de novos cargos administrativos; o outro, não menos importante, refere-se à institucionalização de um sistema bicameral o qual buscava estabelecer, de maneira formal, o alinhamento das dinâmicas políticas e sociais entre as elites provinciais e o Estado imperial.<sup>14</sup>

A partir de estudos mais recentes, tornam-se mais frequentes trabalhos de pesquisa que visam retratar a atuação de membros das elites políticas imperiais, regionais e locais, destacando alianças e articulações que, em muitos casos, foram estabelecidas por laços e relações sociais complexas. Isto é, que estavam envoltas por meio de estratégias familiares, de tramas e de negociações que perpassavam por diferentes núcleos de sociabilidade, unindo sujeitos de distintas localidades aos poderes institucionais do Império.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. 2007. 276 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007. p.12-13.

<sup>14</sup> A respeito do processo de burocratização do estado imperial brasileiro, ver: URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro do século XIX*. São Paulo: Difel, 1978. Na obra o autor procura destacar a mudança de uma ordem patrimonial para uma ordem alicerçada no processo de burocratização do Estado imperial.

<sup>15</sup> Dentre vários trabalhos sobre a relação entre as elites locais, regionais e imperiais, destacam-se: PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. *A construção da ordem fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867)*. 2012. 416 f. (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012; MARTINY, Carina. *“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”*. *Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010. Com relação a trabalhos que se referem às atuações políticas de líderes político-partidários imperiais, ver: ROSSATO, M. *Relações de poder na região fronteiriça platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. Dissertação (Mestrado História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014; NASCIMENTO, Carla Silva do. *O Barão de Cotegipe e a crise do Império*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

A província de São Pedro do Rio Grande do Sul, nesse aspecto, somente passou a se inserir com maior notoriedade nos alinhamentos políticos na última década do Império, pois as tramas de relações políticas estabelecidas entre essa província e o Estado imperial, bem como a ocupação de cargos político-administrativos por membros da elite sul-rio-grandense só passaram a ser mais frequentes após o desfecho da Guerra do Paraguai.<sup>16</sup>

É nesse conjunto de estudos que a presente pesquisa se insere. O objetivo é compreender o processo de inserção na esfera política da Corte dos militares sul-rio-grandenses, José Antônio Correa da Câmara e Manuel Luís Osório, nos anos finais do Império através da análise de suas missivas. A intenção, no entanto, não é estabelecer um ponto final ou chegar a uma história mais verdadeira acerca desse processo e, sim, identificar outras pontes para o passado, que revelam aspectos associados aos indivíduos. Dessa forma, o estudo procura focar as estratégias e as ações políticas de Corrêa da Câmara e Osório por meio da utilização de suas correspondências pessoais.

A relevância deste trabalho está na possibilidade de contribuir para o debate historiográfico, referente às dinâmicas de relações entre as elites provinciais e as elites ligadas à Corte imperial do Rio de Janeiro, por meio da análise de correspondências trocadas entre José Antônio Corrêa da Câmara (Visconde de Pelotas) e Manuel Luís Osório (Marquês do Herval). Estando esses indivíduos inseridos em uma província fronteira e belicosa, em que a troca de informações era de fundamental importância, essas correspondências podem ser um objeto privilegiado para a análise das situações de influência, das estratégias políticas e do processo de inserção da elite sul-rio-grandense à esfera política imperial.

\*\*\*

O entendimento sobre o conceito de elite e a definição das características que definem esse conceito não são exemplos de concordância entre historiadores, cientistas políticos e sociólogos. O conceito de elite apresenta, portanto, uma descrição bastante variável. Alguns autores ressaltam os pontos positivos referentes à ausência de uma definição mais específica desse conceito, na medida em que as elites variam conforme as sociedades e as características que as constituem, assim como conforme a temática a ser analisada.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> IZECKSOHN, Vitor. “A Guerra do Paraguai”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial, v II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.385-424.

<sup>17</sup> HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, F. (org.). *Por outra História das Elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.7-8.

Nesta pesquisa, não se pretende discutir de maneira mais ampla o conceito de elite ou a própria teoria das elites. Contudo, observa-se a necessidade de elaboração dessas breves considerações acerca do conceito de elite, sobretudo, para definir quais os elementos e os limites conceituais que são importantes para o estudo de indivíduos pertencentes à elite política rio-grandense. Ainda que o conceito de elite seja bastante amplo, ultrapassando a ideia de uma elite vinculada ao amparo burocrático do Estado, nesta pesquisa procura-se trabalhar com indivíduos que possuíam esse perfil.

Alguns autores procuraram refletir sobre a elite política sul-rio-grandense através de discursos parlamentares e de editoriais de imprensa de membros dos partidos políticos da província de São Pedro do Rio Grande do Sul no século XIX. Entretanto, sem a problematização necessária dos principais agentes partidários e dos interesses envolvidos em tais manifestos, muitas lacunas foram deixadas nessas interpretações.<sup>18</sup>

Ao realizar crítica à historiografia supracitada, Jonas Vargas salienta que o enfoque em editoriais de imprensa e nos discursos parlamentares teve por consequência "que o general Osório, que não discursava e nem escrevia artigos, praticamente não aparece nos trabalhos, o que entendemos como uma falta grave, uma vez que as principais articulações políticas da província orbitaram em torno dele e de seus 'camaradas'(...)".<sup>19</sup>

Jonas Vargas, em seu estudo, adota uma conceituação dinâmica e funcional sobre a elite política sul-rio-grandense, permitindo perceber o envolvimento de indivíduos de diferentes setores profissionais e sociais, em distintas tramas de relações políticas. Em seu estudo, Vargas utiliza o conceito de elite de duas maneiras. A *elite política provincial*, que era definida pelos ocupantes dos altos cargos políticos ofertados às províncias. Ou seja, os conselheiros, os ministros, os senadores, os deputados gerais e provinciais. E, a outra maneira, a *elite provincial*, que abrangia homens ricos e com atividades econômicas diversas (charqueadores e estancieiros negociantes) e profissionais liberais do mundo urbano (médicos, advogados, engenheiros e alguns jornalistas).<sup>20</sup>

Além dessa análise, utiliza-se como referência os estudos que enfatizam as histórias das elites por meio da análise das redes de sociabilidade dos indivíduos, cujo o centro da abordagem

---

<sup>18</sup> Dentre esses trabalhos salientam-se os seguintes: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A política Rio-Grandense no II Império (1868-1889)*. Porto Alegre: UFRGS, 1974; GUTFREIND, Yeda. *Rio Grande do Sul: 1889-1896. A Proclamação da República e a reação liberal da sua imprensa*. Dissertação de Mestrado. PPG em História da PUCRS, 1979. Mais recentemente, sob ótica semelhante, ver: CARNEIRO, Newton Luís Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

<sup>19</sup> VARGAS, *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. op. cit. p.22-23.

<sup>20</sup> Idem, p.37.

estão as relações familiares, isto é, uma rede de relações que se uniam por alianças e estratégias de favorecimento mútuo. As alianças entre membros de uma mesma família de elite, por meio de casamentos endogâmicos também foram utilizados no intuito de garantir o status social constituídos pelas famílias.<sup>21</sup>

Nesses estudos, destacam-se as contribuições de Amanda Hot. A autora afirma que os casamentos entre sujeitos de uma mesma família, "apresentavam-se como uma estratégia eficaz para garantir que os bens da família não se dispersassem, como também para a manutenção do prestígio familiar, não incorrendo o risco de manchar a linhagem da família".<sup>22</sup>

Portanto, defende-se a percepção de que elite é um conceito funcional, que abrange nesta pesquisa sujeitos que ocuparam posição privilegiada numa sociedade em que os conflitos são constantes e em que as lideranças militares passaram a ocupar posição central. Nessa perspectiva, Corrêa da Câmara e Osório são considerados, especialmente após atuarem na Guerra do Paraguai, sujeitos reverenciados e de prestígio na sociedade rio-grandense. Membros da elite militar, política e nobiliárquica de uma província fronteiriça do sul do Império.

Sendo assim, busca-se a compreensão desses indivíduos e das formas como se utilizam do prestígio e do "cabedal militar" de que dispunham, também nos assuntos da política. Conforme Farinatti, tem-se por cabedal militar as formas de atuação e de prestígio social que proporcionavam aos comandantes militares a autonomia, ainda que reduzida, com relação ao poder central. Nesse sentido, torna-se significativo observar que, em certas ocasiões, o cabedal militar que dispunham tais chefes militares ultrapassava a instância militar e passava a interferir nas dinâmicas e nas demandas políticas provinciais.<sup>23</sup>

A capacidade de interferir nas dinâmicas políticas da província, captar demandas políticas e negociar os interesses de correligionários políticos e camaradas dos campos de batalha junto à Corte imperial, são características que compõe o conceito de mediador que será utilizado nesta dissertação. Esse conceito, contudo, foi compreendido de diversas formas e muitas características foram ressaltadas como determinantes para a atuação de um mediador.

---

<sup>21</sup> Conforme os estudos de FALLETI; SISLIAN (1996) e Carl Landé (1977), o casamento intrafamiliar representava os interesses e as articulações familiares, uma vez que foi uma das formas principais no estabelecimento de redes de sociabilidade e de aliança na sociedade oitocentista. O casamento no século XIX poderia significar no caso de famílias de elite, a manutenção ou o aumento de seu patrimônio material. FALLETI, T. G.; SISLIAN, F. *Dominación Política: Redes Familiares y Clientelismo*. Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 1996, p.140-141; LANDÉ, C. H. A Base Diádica do Clientelismo. In: SCHIMIDT; S. W. et al. *Friends, followers and factions*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977. p. 13-38.

<sup>22</sup> HOT, Amanda Dutra. *Cartas à Viscondessa: cotidiano e vida familiar no Brasil Império (Ouro Preto, 1850-1902)*. Mariana: Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFOP (Dissertação de Mestrado), 2010, p.39.

<sup>23</sup> FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007, p.397.

Para Sydel Silverman, por exemplo, um mediador pode ser entendido como um indivíduo que detém em si características específicas e habilidades de interação que conectavam interesses locais aos nacionais. O autor destaca, também, que o mediador estabelece o seu poder em uma localidade na medida em que utiliza de suas habilidades para alcançar o mundo externo, captar recursos e informações que seriam fundamentais à prosperidade dos sistemas locais.<sup>24</sup>

José Maria Imizcoz ao buscar compreender as tramas de relações que envolviam a elite navarra e o centro político espanhol, também salientou a posição de destaque que ocupavam os mediadores naquela dinâmica política. Ao destacar as redes de relações que uniam a Corte, as províncias e as localidades, Imizcoz salienta que essa prática foi um importante canal de conexão política utilizada tanto na sociedade do Antigo Regime quanto ao longo do século XIX. Dessa forma, ressalta-se que uma das principais características do mediador é transitar por diferentes núcleos sociais e portar-se de maneira a estabelecer a conexão entre os interesses locais e nacionais.<sup>25</sup>

Ao se trabalhar com a interligação realizada por mediadores entre um espaço de alcance social mais limitado e outro com alcance superior, demonstra-se que a política e os acordos formais assumiam contornos pessoais. Ou seja, que foi por meio de casamentos, de laços de sociabilidade e de compadrio, que se estreitavam as relações entre as elites provinciais e as elites da Corte. A mediação e a possibilidade de sua aplicação confirmam-se na medida em que os indivíduos se inserem em espaços essenciais para a comunicação e intermediação de uma localidade a um contexto mais amplo.<sup>26</sup>

Esta pesquisa busca, portanto, através da análise de correspondências valorizar diálogos e aproximações que, em grande parte, podem evidenciar os vínculos sociais e as estratégias políticas constituídas entre os indivíduos. Dessa forma, torna-se necessário esclarecer alguns dos procedimentos metodológicos que serão adotados para abordar essas fontes.

Em um primeiro momento, serão realizadas a leitura e a identificação do fluxo de correspondências mantidas entre o Visconde de Pelotas e o Marquês do Herval, entre 1870 e

---

<sup>24</sup> SILVERMAN, Sydel F. Patronage and community-nation relationships in central Italy. In: Schmidt, S. W. (ed.). *Friends, Followers and factions: a Reader in Political Clientelism*. Berkeley: University of Califórnia, 1977, p.293-304.

<sup>25</sup> IMIZCOZ, José María. Patronos y mediadores. Redes Familiares en la Monarquía y patronazgo en la aldea: la hegemonía de las elites baztanesas en el siglo XVIII. In: *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001, p.248; WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: FELDMANBIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Ed. Unicamp, 2003, p.182-183.

<sup>26</sup> COMISSOLI, Adriano. *A dupla face de Jano: magistrados, famílias de elite e mediação no extremo sul do Brasil entre 1808 e 1831*. História Unisinos. São Leopoldo. Nº 2, Vol. 16, 2012, p.176-178.

1879, com a finalidade de identificar a frequência com que se correspondiam, ou seja, se mantinham um diálogo epistolar constante ou se foram situações específicas que os levaram a se corresponder.

A seguir, num segundo momento, serão identificados os principais temas presentes nas correspondências, pois, a partir das temáticas mais recorrentes dessas missivas, serão analisadas as estratégias e as articulações políticas desses indivíduos. Para tanto, utiliza-se como referência a abordagem realizada por Medeiros com as correspondências do Marquês de Alegrete, na qual estudou as estratégias políticas, sociais e administrativas desse personagem, sistematizando e relacionando os principais assuntos presentes nas correspondências com os membros de sua rede de sociabilidade.<sup>27</sup>

Em um terceiro momento, serão analisados os conteúdos das missivas, o vocabulário e as formas de tratamento utilizados nos diálogos entre o Visconde de Pelotas e o Marquês do Herval. Acredita-se que tais elementos podem ser fundamentais para se compreender os vínculos sociais e a relação construída entre os correspondentes. Além disso, as missivas podem revelar as posturas e as interpretações dos indivíduos, o grau de intimidade e de confiança estabelecidos em seus diálogos. Busca-se algo semelhante ao que foi proposto por Barbosa quando estudou os vínculos e as relações entre membros das famílias da elite sul-rio-grandense, no período da Revolução Farroupilha.<sup>28</sup>

Portanto, como sugere Rossato, as correspondências "revelam a dinâmica social que era construída na política imperial, relações onde estavam em jogo, cargos, apoio eleitoral, votos e interesses específicos dos envolvidos". Questões que estão relacionadas às atuações desses indivíduos, que poderiam acontecer em diferentes espaços e situações, como em jantares, em recepções e em encontros particulares. Entretanto, tratando-se de assuntos estratégicos, em caso de distanciamento entre as partes envolvidas, davam-se, principalmente, por meio de diálogos epistolares.<sup>29</sup>

A presente pesquisa apoia-se nessas considerações metodológicas para a análise de seu principal aporte documental, isto é, as correspondências de José Antônio Corrêa da Câmara (Visconde de Pelotas) e de Manoel Luís Osório (Marquês do Herval). As cartas recebidas por

---

<sup>27</sup> MEDEIROS, Clarissa Prestes. *Relações de poder nas fronteiras do Império português: as correspondências do Marquês de Alegrete (1814-1818)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2015, p.50-57.

<sup>28</sup> BARBOSA, Carla Adriana da Silva. *A casa e suas virtudes: Relações familiares e a elite farroupilha (1835-1845)*. São Leopoldo. Dissertação de Mestrado. PPG-História Unisinos, 2009, p.22-30.

<sup>29</sup> ROSSATO, Mônica. *Relações de poder na região fronteiriça platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. op. cit. p.106.



Corrêa da Câmara estão disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), na cidade de Porto Alegre-RS, no Fundo General Câmara. Entre 1869-1879, período de referência desta pesquisa, foram encontradas 299 correspondências remetidas ao Visconde de Pelotas, por diferentes indivíduos. Dentre essas, 84 correspondências foram enviadas pelo Marquês do Herval entre 1870-1879.

Dentre as demais missivas, 215 foram recebidas pelo Visconde de Pelotas de outros indivíduos. De qualquer modo, elas poderão funcionar como aporte complementar na medida que sejam necessárias à confirmação ou à complementação dos seus diálogos com o Marquês do Herval. Esses documentos fazem parte de um banco de dados reunido durante a graduação no curso de História, em projeto sob orientação de André Fertig.

As correspondências recebidas pelo Marquês do Herval estão sob domínio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), na cidade do Rio de Janeiro-RJ, na Coleção General Osório. O acesso às cartas enviadas ao general Osório foi difícil, o material encontrava-se em fase de catalogação, mas ao final, foram disponibilizadas para esta pesquisa as correspondências remetidas pelo Visconde de Pelotas ao Marquês do Herval, entre 1870-1879. Tais correspondências foram de grande importância para o desenvolvimento desta pesquisa. Foram encontradas 50 correspondências enviadas pelo Visconde de Pelotas ao Marquês do Herval, durante o período analisado. A opção pela análise das cartas entre 1869-1879 justifica-se por ser o período que marca o retorno desses indivíduos à província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870).

Além da análise das correspondências, foram consultados os dados biográficos dos sujeitos analisados, a fim de preencher certas lacunas referentes às suas trajetórias.

## **Capítulo I: O desfecho da Guerra do Paraguai e o retorno dos chefes militares à província de São Pedro do Rio Grande do Sul**

O objetivo deste capítulo é abordar o cenário político do Rio Grande do Sul durante a segunda metade do século XIX. Com base em pesquisa bibliográfica, pretende-se compreender como os conflitos e os chefes militares sul-rio-grandenses influenciaram nas dinâmicas políticas da província, nas eleições locais e no processo de ampliação da participação da elite rio-grandense nos cargos políticos do Império. Dessa forma, o primeiro capítulo está organizado em quatro subitens.

No primeiro deles, *"O jogo político na província de São Pedro do Rio Grande do Sul"*, o objetivo é entender como foram configuradas as eleições na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, nos anos finais do Império. A partir das renovações historiográficas sobre a importância das eleições nas dinâmicas políticas internas das províncias imperiais, procura-se identificar os alinhamentos político-partidários da elite política sul-rio-grandense e o fortalecimento do Partido Liberal nas eleições locais. No segundo, *"O prestígio político das lideranças militares na província de São Pedro do Rio Grande do Sul"*, o objetivo é compreender o prestígio político das lideranças militares na província de São Pedro do Rio Grande do Sul no século XIX, após a Guerra do Paraguai.

Nesse sentido, procura-se identificar como os líderes militares sul-rio-grandenses, após longo período atuando em conflitos bélicos, seja organizando tropas e/ou estratégias militares, utilizaram-se do prestígio político e dos vínculos sociais por eles estabelecidos durante o processo de inserção na política, em posição de liderança dos partidos provinciais e no acesso aos cargos políticos imperiais.

No terceiro item, *"De militar a político: as trajetórias de José Antônio Corrêa da Câmara e Manuel Luís Osório"*, o objetivo é abordar a trajetória de Corrêa da Câmara e de Osório. Embora conterrâneos, esses indivíduos apresentavam perfis bastante distintos. Desse modo, procura-se compreender os caminhos que levaram à inserção desses militares na esfera política imperial. Por fim, no último item desse capítulo - *"Família, Elite e Poder no século XIX: a relação do Visconde de Pelotas com o Marquês do Herval através de correspondências"* - o objetivo central é compreender a inter-relação entre a tríade conceitual - Família, Elite e Poder – nas estratégias e nas alianças políticas constituídas pelas famílias Corrêa da Câmara e Osório na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

## 1.1. O jogo político na província de São Pedro do Rio Grande do Sul

Antes da compreensão da influência política que os chefes militares possuíam na província de São Pedro do Rio Grande do Sul no século XIX, como salientado anteriormente, pretende-se entender como se configuravam as eleições imperiais e como se estabeleceram as dinâmicas político-partidárias na província rio-grandense.

As eleições imperiais já foram estudadas por muitos historiadores. Dentre essa vasta historiografia, Edson Paniagua, mais recentemente, buscou entender a formação de territórios políticos e de grupos de poder, através do estudo das estratégias eleitorais realizadas na fronteira oeste da província sul-rio-grandense e assinalou que a historiografia referente às eleições imperiais pode ser dividida em dois grupos. No primeiro grupo, "encontramos uma produção que se posiciona criticamente em relação ao sistema eleitoral do Império brasileiro identificando-o como deficiente, que permitia uma série de abusos, corrupção, violência e fraudes (...)".<sup>30</sup>

O segundo grupo historiográfico, mais atual, procura analisar as eleições imperiais, ultrapassando a constatação de que as disputas eleitorais realizadas no século XIX eram marcadas por processos fraudulentos. Essas pesquisas têm por objetivo compreender o significado dos pleitos eleitorais para os indivíduos e grupos políticos que se envolviam nas disputas. Essa historiografia, portanto,

foca suas análises na questão de representatividade e participação eleitoral durante o Império. O caráter censitário das eleições, característico da primeira tendência historiográfica, é relativizado. A representatividade dessa forma era falseada, pois a participação era expressiva e correspondia aos padrões da época. Essas análises partem de listas de qualificações dos eleitores que, além de indicar essa participação eleitoral permitem estabelecer um quadro socioeconômico dos eleitores do Império brasileiro mais preciso e desfazem a visão equívoca da renda como fator que inibia a participação eleitoral (...)<sup>31</sup>

Ao cenário político da região platina, onde a província rio-grandense se inseria, somam-se os reflexos dos desdobramentos políticos em nível nacional e as dinâmicas políticas da província que podem dimensionar o nível de intensidade das relações políticas do período.

<sup>30</sup> PANIAGUA, Edson, *A construção da ordem fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867)*. op. cit. Paniagua refere-se aos seguintes autores: HOLANDA, Sergio Buarque de. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1972. Tomo II, Vol. 05; LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

<sup>31</sup> PANIAGUA, *A construção da ordem fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867)*, op. cit. p.42.

Recentemente a historiografia sul-rio-grandense também se voltou à compreensão dos processos eleitorais realizados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, destacando que as eleições eram realizadas em localidades em que muitas famílias disputavam influência em busca de cargos e favores junto aos líderes locais.<sup>32</sup> Esses trabalhos analisam as dinâmicas políticas provinciais, ampliando a visão antes restrita aos discursos parlamentares e aos programas partidários. Nesse sentido, acredita-se que as articulações políticas no século XIX extrapolavam as sessões dos parlamentos, envolviam diversos setores e grupos sociais, em diferentes espaços de discussão e de práticas políticas. Em uma província que se acostumou aos constantes conflitos e com a inconstância do sistema político, o estabelecimento de relações ou de vínculos com o restrito mundo ligado ao parlamento fazia crescer, ainda que não garantisse, a segurança da realização de seus planejamentos econômicos, o acúmulo ou preservação de prestígio político e a manutenção enquanto setor da elite local.

Desse modo, esses estudos destacam que os vínculos familiares formavam um dos principais mecanismos de conexão entre o mundo político da Corte e o das localidades, embora outros fatores também levassem a essa inter-relação. Isso revela que o mundo das localidades não agia de forma distinta ao mundo político da Corte, mas sim que esses dois espaços se conectavam e mantinham relações por meio de vínculos sociais.

Outros tipos de relação, como a aliança militar e política, ou mesmo os negócios podiam criar vinculações bastante fortes e que, inclusive, podiam desembocar no estabelecimento de alianças familiares através de casamentos e compadrios. E também não estou dizendo que os únicos vínculos familiares relevantes eram os estabelecidos via matrimônio. Uma gama importante de obras recentes tem destacado, por exemplo, a relevância do estudo dos vínculos de compadrio para a compreensão das relações sociais horizontais e verticais no Brasil colonial e monárquico.<sup>33</sup>

Sendo assim, entende-se que os interesses em comum eram muitas vezes os motivos que conectavam a política realizada na Corte às dinâmicas políticas desempenhadas nas províncias e nos municípios. Com o intuito de garantir a vitória nos pleitos e gerir a província, os políticos sul-rio-grandenses, ao serem alçados ao mundo da Corte, deveriam manter uma aproximada relação com as famílias das elites locais, já que os "ricos fazendeiros moradores nas mais

---

<sup>32</sup> Entre esses trabalhos, destaca-se: FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007.

<sup>33</sup> FARINATTI, *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. op. cit. p.210.

longínquas paróquias podiam exercer forte influência sobre os parlamentares, barganhando com o seu apoio político nas eleições". Em decorrência disso, quem geralmente obtinha maior votação eram aqueles que possuíam mais prestígio, que tinham maior número de aliados nas eleições e uma clientela mais comprometida.<sup>34</sup>

Nessas complexas tramas políticas e eleitorais, um dos fatores fundamentais era ter o apoio dos líderes locais, ainda que as alianças com esses sujeitos não garantissem a vitória nas eleições, pois, além das articulações políticas, o uso de intimidações e de violência faziam parte do jogo político eleitoral da província rio-grandense no século XIX. Por essa razão, muitas candidaturas buscavam garantir o apoio de votantes e de eleitores municipais. Entretanto, para vencer as eleições, o fundamental era assegurar o apoio dos líderes locais e provinciais:

(...) o controle que eles possuíam sobre boa parte dos votantes e soldados de paróquias usuais, por exemplo, somado à capacidade de conceder favores e levar adiante o papel de mediadores entre suas comunidades e o poder central, faziam destes chefes políticos homens requisitados de maneira constante, a fim de que seus aliados lograssem vitória em eleições, por exemplo.<sup>35</sup>

A respeito do resultado dos pleitos eleitorais, ressalta-se que sair derrotado das eleições poderia promover o fim de alianças políticas e o rompimento de laços de reciprocidade. Entretanto, a vitória nas eleições promovia a possibilidade de alcançar benefícios e vantagens para aqueles que apoiaram a candidatura vencedora. O caminho que levava à ascensão a cargos políticos imperiais fazia com que as famílias da elite rio-grandense se utilizassem de diversas estratégias sociais, políticas e econômicas. Uma vez eleitos, os políticos que outrora solicitavam o apoio e a influência de líderes locais precisavam atender às expectativas dos sujeitos envolvidos nas estratégias políticas e eleitorais. Nessa perspectiva, manter a troca de informações com as longínquas localidades da província se fazia necessária para o estabelecimento de estratégias e ações políticas em um período de inconstância nessa seara.<sup>36</sup>

Nesse tenso jogo de alianças, no qual as elites provinciais buscavam se articular, no intuito de ampliar ou reproduzir seus poderes, Manuel Luís Osório e José Antônio Corrêa da Câmara ocupavam posição-chave, muitas vezes desempenhando o papel de conectar os

<sup>34</sup> FARINATTI, Luís Augusto; VARGAS, Jonas. "A nossa causa é a causa deles": Elites regionais, chefes paroquiais e a construção do Estado imperial brasileiro: Rio Grande do Sul (c. 1820 – c. 1880). In: Alexandre Mansur Barata; Maria Fernanda Vieira Martins; Silvana Mota Barbosa. (Org.). *Dos poderes do Império: culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX*. 1ª Ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014, p.226.

<sup>35</sup> MUGGE, Miquéias H. *A elite da Guerra – comandantes superiores da Guarda Nacional do Brasil meridional: dinâmicas relacionais (1850-1873)*. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2013, p.5.

<sup>36</sup> PANIAGUA, Edson. *A construção da ordem fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867)*. op. cit., p.119-123.

interesses distintos entre o centro político imperial e as elites das localidades rio-grandenses. Talvez sejam por essas razões que, em tempos de eleição na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, "as circulares e missivas assinadas por Osório" foram o meio utilizado para promover candidaturas de seus correligionários e/ou parceiros políticos. Após a Guerra do Paraguai, o mesmo passou a ser solicitado ao Visconde de Pelotas, sobretudo, pelo prestígio que conquistou a partir de sua atuação nesse conflito.<sup>37</sup>

O cenário político da província de São Pedro do Rio Grande do Sul após o desfecho da Guerra do Paraguai ainda sentia a influência das alianças e das cisões político-partidárias ocorridas durante as décadas de 1850 e 1860. Durante esse período, as disputas e as articulações político-partidárias foram bastante acirradas. No início de 1850, foi inaugurada a fase da "conciliação", que tinha como fundamento a participação de ambos os partidos, conservador e liberal, nos ministérios imperiais. Essa decisão promoveu uma nova articulação política na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, quando o chefe político do Partido Conservador, Pedro Chaves e o chefe político do Partido Liberal, Israel Barcelos promoveram a organização da "Liga", predominantemente formada por conservadores. Para completar a reordenação política sul-rio-grandense, políticos liberais e conservadores discordantes dos interesses dos dois chefes políticos da "Liga", organizaram a "Contra-liga", predominantemente formada por liberais.<sup>38</sup>

Durante a década de 1850, portanto, a política na província apresentava-se dividida entre duas facções políticas: a *Liga* e a *Contra-liga*. Essas facções reuniam as principais lideranças da província. Na Liga estavam Pedro Chaves, Israel Barcelos, Francisco Carlos Araújo Brusque, José de Araújo Ribeiro e Luís Alves de Lima e Silva, até então Barão de Caxias, que também era senador pela província de São Pedro. Embora a facção tivesse três senadores como representantes no senado imperial, na província sul-rio-grandense, crescia a oposição à Liga.<sup>39</sup>

<sup>37</sup> MUGGE, Miquéias H. *A elite da Guerra – comandantes superiores da Guarda Nacional do Brasil meridional: dinâmicas relacionais (1850-1873)*. op cit. p.5.

<sup>38</sup> PICCOLO, Helga. *Vida política no século XIX: da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: 1ª Ed. UFRGS, 1991, p.50-51.

<sup>39</sup> Pedro Rodrigues Fernandes Chaves (27/04/1810 - 23/06/1866), Barão de Quarai, foi eleito senador 1853. Magistrado nascido em Porto Alegre, estudou em Coimbra, apesar de ter se formado em São Paulo. Foi também deputado na província de São Pedro do Rio Grande do Sul e presidente da província da Paraíba. Israel Rodrigues Barcelos (11/09/1817 - 06/10/1890) nasceu em Pelotas e se formou na Faculdade de Direito de São Paulo. Foi deputado geral e provincial pela Província de São Pedro do Rio Grande do Sul por diversas vezes. Francisco Carlos de Araújo Brusque (24/05/1822 - 23/09/1886) nasceu em Porto Alegre e se formou na academia de Direito de São Paulo. Foi por diversas vezes deputado provincial e geral pela província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Foi também presidente da província de Santa Catarina e do Pará, além de ministro da Marinha e da Guerra. José de Araújo Ribeiro (20/07/1800 - 21/07/1879), Visconde de Rio Grande, advogado e diplomata, formou-se em Coimbra. Foi presidente da província de Minas Gerais e da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Além disso, foi deputado geral e senador do Império, em 1847. Luís Alves de Lima e Silva (25/08/1803 - 07/05/1880),

A Contra-liga reuniu entre os seus principais líderes, figuras políticas importantes, como Conde de Porto Alegre e Luís Alves de Oliveira Bello. Luís Bello era primo de Caxias, que deixou à Liga e promoveu apoio à nova facção política, resultando na dissidência de uma ala importante da facção rival. Além desses indivíduos, na tentativa de ampliar o poder político da facção, a Contra-liga buscou a aliança e o apoio de Osório, que aceitou o convite e garantiu seu apoio aquela facção. Assim, os principais líderes militares envolvidos na política da província até aquele momento, Caxias, Osório e Porto Alegre, garantiram apoio à Contra-liga, ao menos até 1857.<sup>40</sup>

As dissidências políticas em uma província acostumada à inconstância político-administrativa, provocava disputas e cisões entre as lideranças político-partidárias. No ano de 1857, assumiu a presidência da província o magistrado Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que buscou fortalecer o apoio à Liga. Com isso, Manoel Marquês de Souza (Barão de Porto Alegre), que vinha disputando influência política dentro da Contra-Liga, tornou-se um de seus principais aliados. Essa dissidência recebeu o nome de facção *baronista*, pois era liderada pelo então Barão de Porto Alegre e pelo Barão de Uruguaiana.<sup>41</sup>

A tensão política desse período aumentou quando o Jornal o Mercantil, em 1858, sob influência do jovem Félix da Cunha da Contra-Liga promoveu críticas endereçadas ao presidente da província e ao exército, o que teria motivado o Barão de Porto Alegre, disposto a conseguir novos adeptos à dissidência que havia promovido, a apresentar um manifesto contra às críticas.<sup>42</sup>

Com esse manifesto, o Barão de Porto Alegre buscava fortalecer o apoio ao governo de Ferraz e, também, "visava isolar a oposição, pois buscou assinaturas dos principais generais e coronéis(...)" da província sul-rio-grandense. A sua tentativa também era a de criar um "partido militar". Ao ser convidado a se juntar ao Barão de Porto Alegre e a Ferraz, na assinatura de tal

---

o Duque de Caxias, foi considerado um dos mais importantes personagens da história brasileira. PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, s/d.

<sup>40</sup> Manuel Marques de Souza (13/06/1804 - 18/07/1875), nascido em Rio Grande, foi líder militar e político da província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao longo do século XIX. Luís Alves Leite de Oliveira Bello (21/04/1817 - 20/12/1865), nasceu em Porto Alegre e se formou na faculdade de Direito de São Paulo. Seguiu a carreira de magistrado, mas foi também deputado provincial e presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Op.cit.

<sup>41</sup> Ângelo Muniz da Silva Ferraz (03/11/1812 - 18/01/1867), o Barão de Uruguaiana, nasceu na província da Bahia, na cidade de Valença. Formou-se na faculdade de Direito de Olinda e foi, por diversas vezes, deputado provincial e geral pela província da Bahia, assim como senador. Após sua saída da presidência da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, torna-se presidente do Conselho de Ministros e ministro da Fazenda. PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Op.cit; VARGAS, 2007, op. cit. p.52.

<sup>42</sup> Félix Xavier da Cunha (16/09/1833 - 21/02/1865), nasceu em Porto Alegre e se formou na Faculdade de Direito de São Paulo. Atuou como escritor e jornalista, além do cargo de deputado provincial. PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Op.cit.

manifesto, Osório se recusou a oferecer apoio. Em retaliação à sua recusa, Osório foi transferido do Comando do Regimento de São Borja para o Comando do Regimento de Jaguarão, região de Fronteira no qual os rendimentos eram menores. O objetivo, no entanto, era transferi-lo para o norte do país e tentar a anulação de sua influência política na província sul-rio-grandense.<sup>43</sup>

Entretanto, no fim de 1850, após a saída de Ângelo Muniz Ferraz da província, Osório retornou ao Rio Grande do Sul. Graduado nesse mesmo ano ao posto de Brigadeiro efetivo, as desavenças políticas motivaram Osório a aderir a um novo partido na província, isto é, o Partido Liberal Histórico, fundado por Félix da Cunha. Com a criação desse partido, os antigos correligionários baronistas, formaram o Partido Liberal Progressista.

A conjuntura política da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul teve como dois principais partidos entre 1860-1868, exatamente o Partido Liberal Histórico e o Partido Progressista. Os liberais históricos conseguiram a maioria na Assembleia provincial nas eleições de 1865, porém, nesse mesmo ano, o partido teve perdas significativas, como a morte do jovem Félix da Cunha e o envolvimento de Manoel Luís Osório e de seus "camaradas" na Guerra do Paraguai. Ao longo desse conflito, Osório procurou não influenciar nas eleições da província. Seu objetivo era manter o apoio militar durante a campanha do Paraguai, até mesmo se viesse de adversários políticos da província ligados ao Partido Conservador, na tentativa de assegurar o contingente militar oferecido ao conflito, uma vez que "sem eles, o contingente militar ficaria bastante reduzido".<sup>44</sup>

A lacuna deixada por esses indivíduos abriu o caminho para o bacharel em Direito Gaspar Silveira Martins tomar a frente do Partido Liberal. Em 1867, com a confiança que conseguiu obter de Osório, Silveira Martins conduziu a articulação política que levou à aproximação do Partido Liberal Histórico com o Partido Liberal Progressista, buscando maior êxito nas eleições provinciais.<sup>45</sup> A partir de 1868, na Província de São Pedro, os partidos mais uma vez realinhavam as forças políticas e estavam estabelecidos em dois "novos" partidos: o

---

<sup>43</sup> A tentativa de criação do "partido militar" na província, surgiu como um manifesto à oficialidade sul-rio-grandense às ofensas que o exército vinha sofrendo pela imprensa, em 1858. PANIAGUA, Edson. *A construção da ordem fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867)*. op. cit. p.127.

<sup>44</sup> VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. op. cit. p.191.

<sup>45</sup> Gaspar da Silveira Martins (05/08/1835 - 23/07/1901), nasceu em Cerro Largo, região fronteiriça com o então Estado Oriental do Uruguai. Oriundo de uma família de ricos estancieiros, Silveira Martins formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, mas foi através de discursos políticos que se destacou. Deputado provincial e geral, presidente da província, ministro da Fazenda e senador do Império, Silveira Martins destacou-se na segunda metade do século XIX, como um dos mais eloquentes políticos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Ver: ROSSATO, Mônica. *Relações de poder na região fronteiriça platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. Op.cit., p.16-17.



Partido Liberal (que reunia liberais progressistas e históricos) e o Partido Conservador (que reunia conservadores e também progressistas).

Na década de 1870, com o fim da Guerra do Paraguai e o retorno de grande parte dos militares sul-rio-grandenses à província, o contexto ainda sofria os reflexos dos alinhamentos políticos das décadas anteriores. O período foi de grande instabilidade político-partidária, especialmente, para o Partido Conservador na província de São Pedro. A aprovação da Lei do Ventre Livre pelo gabinete conservador de José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco), em 28 de setembro de 1871, mexeu com os interesses de grupos conservadores da província rio-grandense que passaram a criticar sistematicamente o gabinete liderado por Paranhos, pois não admitiam que um gabinete conservador adotasse medidas abolicionistas.

Com a cisão dos conservadores, o partido ficou dividido em duas frentes políticas: "os lobos (conservadores puros e contrários a Lei Rio Branco) e os cordeiros (antigos progressistas que migraram para o partido e se tornaram a principal força de apoio do governo)". Essa desarticulação político-partidária dos conservadores na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, entre 1873-1877, mesmo quando a presidência da província estava sob o controle do Partido Conservador, levou o Partido Liberal a ter amplas vitórias nas eleições locais. Diante disso, concorda-se com Jonas Vargas quando afirma que um dos principais fatores para a ascensão do Partido Liberal na política rio-grandense foi a influência política do Marquês do Herval. O seu prestígio era sentido em boa parte das localidades rio-grandenses, o que levava adversários políticos a tentar diminuir a interferência nos rumos políticos da província.<sup>46</sup>

Sendo assim, ainda que seja necessário esclarecer os alinhamentos político-partidários da província, quando se está trabalhando com política no século XIX, lembra-se de que as alianças e os embates políticos não se estabeleciam a partir de programas partidários, uma vez que o programa do Partido Liberal foi redigido apenas em 1863 e o programa do Partido Conservador nunca existiu. As alianças políticas e os conflitos políticos eram construídos conforme as estratégias familiares, os laços de sociabilidade e as relações de poder que uniam e afastavam diferentes indivíduos da província.<sup>47</sup>

Em um contexto, no qual as relações políticas assumiam contornos pessoais, acredita-se que esses indivíduos se uniam em torno de interesses em comum. Portanto, as alianças e

---

<sup>46</sup> VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. op. cit. p.222.

<sup>47</sup> ROSSATO, Mônica. *Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. op. Cit., p.99-100.

cisões partidárias desse período "evidenciam a enorme frouxidão das alianças políticas da época, assim como das candidaturas e das vinculações partidárias".<sup>48</sup>

Esses conflitos internos da província também revelam que os interesses políticos da elite sul-rio-grandense se aproximavam aos interesses do Estado imperial, pois as disputas pelo poder e pela influência política na província proporcionavam a maior possibilidade de acesso dos líderes provinciais ao mundo político da Corte. Com isso, entende-se que a elite política sul-rio-grandense havia compreendido que, "ao invés da insurreição, a participação direta no próprio governo central, algo que era buscado anteriormente, afirmou-se como a principal alternativa das famílias ricas da província", na tentativa de terem seus interesses representados.<sup>49</sup>

Nesse sentido, considerando as tramas de relações políticas que envolviam o acesso das elites provinciais ao restrito mundo político da Corte, qual o prestígio político das lideranças militares na província de São Pedro do Rio Grande do Sul?

---

<sup>48</sup> VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. op. cit., op. cit. p.55.

<sup>49</sup> VARGAS, Jonas. *Marechal, marquês e senador. Política, nobreza e guerra no Segundo Reinado a partir da trajetória do general Osório (1808-1879)*. História: Debates e Tendências – v. 10, n. 2, jul./dez. 2010, p.245.

## 1.2. A Guerra do Paraguai e o prestígio político das lideranças militares na província de São Pedro do Rio Grande do Sul

Ao longo da primeira metade do século XIX, a expansão do território imperial, para o sul e para oeste do território da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, "decorreu das lutas contra interesses dos artiguistas, dos portenhos e dos índios missioneiros, cujos representantes paulatinamente cederam espaço ou foram incorporados aos esforços dos agentes da expansão luso-brasileira."<sup>50</sup>

A expansão do Estado imperial na região garantiu às elites que lá se organizavam e lutavam por espaço e influência, oportunidades únicas para o recebimento de mercês, de títulos de nobreza, posse sobre terras e favorecimento em atividades ilícitas, como o contrabando.<sup>51</sup>

O principal ponto de tensão da região eram os interesses e os negócios dos estancieiros rio-grandenses na região do atual Uruguai:

Os estancieiros do Rio Grande do Sul relutavam em reconhecer a existência de uma fronteira entre os dois países, transferindo gado, escravos e trabalhadores livres para aquela república e, conseqüentemente, imiscuindo-se nos conflitos políticos locais.<sup>52</sup>

A situação na região continuou intensa na segunda metade do século XIX. Os líderes sul-rio-grandenses solicitaram ao Império a interferência nas tensões que rivalizavam os partidos uruguaios, os partidos Blanco e Colorado, resultando na guerra civil entre esses dois grupos. A intervenção do Império no conflito ocorreu em agosto de 1864, com o apoio ao Partido Colorado. O apoio brasileiro aos colorados no Uruguai contrariava o governo paraguaio, que já havia demonstrado interesse em mediar a situação de forma diplomática.

Em contrapartida, como resposta à intervenção brasileira no Uruguai, o governo do Paraguai promoveu uma série de ataques ao território brasileiro. O Paraguai esteve na ofensiva militar entre dezembro de 1864 e meados de setembro de 1865. "Solano López planejou uma guerra relâmpago, acreditando que seu exército, ao entrar em Corrientes, seria visto como

---

<sup>50</sup> IZECKSOHN, Vitor. Prefácio. In: POSSAMAI, Paulo César (org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010, p.6.

<sup>51</sup> Conforme a autora, até o final da Revolução Farroupilha (1835-1845), ainda não havia se consolidado uma política fiscal para o comércio. FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Tese (Doutorado). Porto Alegre: PUC-RS, 2012, p.128-130.

<sup>52</sup> IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial (1831-1889)*. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.392.

libertador pela oposição federalista argentina, que a ele se juntaria na marcha para o sul, a fim de derrubar o governo Mitre". Em maio de 1865, entretanto, contrariando os planos do líder paraguaio, houve a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, que mobilizava as forças militares do Brasil, da Argentina e do Uruguai, para o enfrentamento contra o Paraguai de Francisco Solano López.<sup>53</sup>

Com isso, o Estado imperial brasileiro percebeu a necessidade de acelerar o recrutamento de tropas para este conflito. O recrutamento, de certa forma, promovia a maior intervenção do governo em localidades, muitas vezes, ultrapassando atribuições e privilégios de líderes locais. Nessa perspectiva, o aumento do contingente militar incluía uma série de novos segmentos militares "mediante formas distintas de incorporação, principalmente pela generalização dos métodos de alistamento, pela ampliação das forças de primeira linha, pela designação de regimentos da Guarda Nacional e pela criação dos corpos de Voluntário da Pátria."<sup>54</sup>

O recrutamento causava conflitos no interior das províncias e o centro dos problemas estava no recrutamento de guardas nacionais para o exército. O poder imperial estava familiarizado com os constantes "problemas relacionados principalmente à designação de guardas nacionais como soldados do Exército". Até aquele momento, a participação na Guarda Nacional exonerava os seus integrantes do recrutamento do Exército, com "exceção feita ao Rio Grande do Sul onde a lógica era diversa. Essa situação modificou-se nos primeiros meses de 1865, quando as forças da Guarda passaram a ser constantemente 'qualificadas' e transferidas para o 'front'."<sup>55</sup>

No Rio Grande do Sul, a estratégia da utilização de tropas da Guarda Nacional era uma prática recorrente, principalmente em situações de invasão de tropas na fronteira. Era a partir destas atribuições que o prestígio dos chefes militares era testado. Os recrutamentos eram marcados por grande politização e resistências políticas à convocação. Sendo assim, o recrutamento na província sul-rio-grandense, apesar do grande número de recrutas designados ao campo de batalha, também passou por complicações. A grande politização do recrutamento era comum na província, sobretudo, em períodos eleitorais, quando em não poucas

---

<sup>53</sup> O governo paraguaio apreendeu o navio brasileiro, *Marquês de Olinda*, que levava o presidente da província de Mato Grosso, invadiu o território dessa província e confiscou armas e alimentos. Além disso, o território da província de São Pedro do Rio Grande do Sul também foi invadido pelas tropas paraguaias. DORATIOTO, Francisco. *A Maldita Guerra: nova história do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.475.

<sup>54</sup> IZECKSOHN, Vitor. *A Guerra do Paraguai*. op. cit. p.397-398.

<sup>55</sup> IZECKSOHN, Vitor; MUGGE, Miquéias H. *A criação do Terceiro Corpo do Exército na Província do Rio Grande do Sul: conflitos políticos resultantes da administração militar nos anos críticos da Guerra do Paraguai (1866-1867)*. Rev. Bras. Hist. 2016, vol.36, n.73, p.4-5.

oportunidades, geravam contendas armadas entre as facções políticas rivais. Nessa perspectiva, tais conflitos políticos "num caso extremo, levou ao adiamento das eleições provinciais no Rio Grande do Sul, para evitar que as rivalidades entre as facções comprometessem ainda mais o já precário estado de recrutamento naquela província estratégica".<sup>56</sup>

A forma encontrada pelo Estado Imperial para a continuação do conflito foi a criação do 3º Corpo do Exército na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com ampla participação dos comandantes da Guarda Nacional dessa província, na captação de soldados. A organização do 3º Corpo do Exército havia iniciado em outubro de 1866. Naquele contexto, o Império estava em seu vigésimo segundo gabinete imperial, o Gabinete do liberal-progressista, Zacharias de Góes e Vasconcellos.<sup>57</sup>

Na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com o apoio de Caxias e de Osório, era nomeado presidente da província, Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, em 1867. Aquele era um momento decisivo para a mobilização militar, a nomeação de Homem de Mello tinha relação com a criação do 3º Corpo do Exército. Manoel Luís Osório tornou-se um dos principais articuladores do Império durante a Guerra do Paraguai, foi indicado pelo Marquês de Caxias, em outubro de 1866, aos cargos de Comandante de Armas da Província e de chefe do 3º Corpo do Exército. Nesse sentido, quando efetivada a nomeação de Osório a tais cargos o que estava em jogo era a concentração dos procedimentos militares sob a sua autoridade.

No entanto, o conflito entre as tropas paraguaias e as da Tríplice Aliança manteve-se, ao menos, até final de 1868, quando após uma série de manobras militares, as tropas da Tríplice Aliança conseguiram tomar a fortaleza de Humaitá. Em consequência, "Caxias, pragmático, acreditou ser o momento de se fazer a paz, para poupar vidas aliadas e recursos financeiros do Brasil, e a propôs ao governo imperial." A proposta de paz foi rejeitada por D. Pedro II, que exigia a captura, prisão ou expulsão de López do território paraguaio. Nesse contexto, em 1º de janeiro de 1869, as tropas brasileiras ocuparam e saquearam a cidade de Assunção. Entretanto, Solano López havia escapado. Nesse mesmo período, "Caxias, exaurido física e psicologicamente, declarou a guerra terminada e, sem esperar instruções superiores, retirou-se do Paraguai, atitude que foi imitada em fevereiro, pelas cúpulas do Exército e da Marinha."<sup>58</sup>

<sup>56</sup> IZECKSOHN, Vitor. *A Guerra do Paraguai*. op. cit. p.404.

<sup>57</sup> Zacharias Góes e Vasconcellos (05/11/1815 - 29/12/1877), nasceu em Valença na província da Bahia. Desempenhou diversos cargos políticos imperiais, foi senador e presidente das províncias do Piauí, Sergipe e Paraná. *Zacharias permaneceu na chefia do Gabinete imperial de agosto de 1866 a julho de 1868*. VARGAS, Túlio. *O Conselheiro Zacarias (1815-1877)*. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2007.

<sup>58</sup> DORATIOTO, Francisco. *A Maldita Guerra: nova história do Paraguai*. op. cit. p.478-479.

Nesse sentido, cabia ao governo imperial a nomeação de um novo comandante do Exército no Paraguai. O clima de instabilidade política do Império, levava a partidização dos oficiais do Exército imperial. Isso de fato prejudicou o desempenho brasileiro na guerra. Como solução do impasse, D. Pedro II nomeou o seu genro, Conde d'Eu, ao comando do Exército no Paraguai. O príncipe contava com o apoio de José Maria da Silva Paranhos e do general Osório. Paranhos era ministro dos Negócios Estrangeiros e encontrava-se em missão no Paraguai, enquanto Osório, que fora gravemente ferido no combate de Avaí e se retirara para o Rio Grande do Sul, cedeu a um insistente pedido do conde para que retornasse à guerra, pois era o general mais popular não apenas entre os soldados brasileiros, mas também entre os argentinos e os uruguaios.<sup>59</sup>

Em março de 1870, quando as tropas comandadas pelo general José Antônio Corrêa da Câmara alcançaram e mataram Solano López, a Guerra do Paraguai chegava ao fim. O desfecho em Cerro Corá, onde López foi derrotado, tornou-se fundamental para a futura trajetória de ascensão política de José Antônio Corrêa da Câmara. Com o desfecho da Guerra do Paraguai, tanto no Estado brasileiro como nas províncias imperiais transcorreu um período de crise econômica e política. O contexto foi de grande insatisfação com relação à centralização administrativa e tributária do sistema imperial. As reivindicações das elites provinciais, aos poucos, promoveram as primeiras manifestações contrárias à monarquia. A historiografia destaca que a situação desse período era de grande instabilidade política.

A campanha de quatro anos e sete meses demonstrou a fragilidade da organização militar do império, apesar da vitória das armas brasileiras. Com isso, as relações entre o poder central e as esferas locais exasperaram, criando embaraços nas relações entre o governo imperial e as lideranças regionais. No plano político a guerra levou ao fim da experiência da Liga Progressista, coalizão de liberais e conservadores cuja queda, ocasionada por intervenção do imperador, levou a redefinições do sistema partidário que modificaram a estrutura estabelecida nos anos 1840. Para a sociedade, a mobilização proporcionou alargamento dos contatos entre os habitantes e o poder central, embora sua crescente intromissão na vida das comunidades nem sempre tenha sido bem recebida.<sup>60</sup>

Na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no entanto, o desfecho da Guerra do Paraguai e os anos finais do Império, não resultaram apenas em crises. Ainda que os conflitos expusessem a província a situações de perigo, pois, "durante as batalhas muitos estancieiros

---

<sup>59</sup> DORATIOTO, Francisco. *A Maldita Guerra: nova história do Paraguai*. op. cit. p.480-481.

<sup>60</sup> IZECKSOHN, Vitor. *A Guerra do Paraguai*. op. cit. p.418.

perderam famílias e trabalhadores e tiveram seus patrimônios saqueados", a participação dos "rio-grandenses na Guerra do Paraguai foi fundamental para o sucesso das batalhas e a Coroa, sabedora disto, tratou de recompensar muitos deles".<sup>61</sup>

Nas tramas de relações políticas entre as províncias e o Estado imperial, o Rio Grande do Sul somente chegou a ocupar posição de maior destaque na última década do Império. A participação mais ativa dos sul-rio-grandenses na política imperial, especialmente tratando-se do acesso aos cargos políticos, alinha-se a certos fatores conjunturais, como as atuações desses indivíduos na Guerra do Paraguai. Ao contrário de outras províncias, como São Paulo e Minas Gerais, que apresentaram redução de seus representantes políticos nos anos finais do Império, a província rio-grandense passou a ocupar com maior frequência os cargos políticos que emanavam da Corte. Os altos esforços empenhados por essa elite no conflito, em grande parte, foram recompensados pelo Estado Imperial através de títulos nobiliárquicos e de cargos político-administrativos. Após a Guerra do Paraguai, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul teve o maior número de ministros e senadores do que durante todo o período imperial. Além disso, quase 70% dos títulos nobiliárquicos recebidos por sul-rio-grandenses no período imperial foram concedidos após essa campanha no Paraguai. Dentre os indivíduos que foram contemplados, a maior parte havia participado diretamente nesse conflito.<sup>62</sup>

Dessa forma, se a Guerra do Paraguai contribuiu para o afastamento das elites de outras províncias imperiais do círculo político da Corte, este mesmo conflito beneficiou muitos indivíduos da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, uma vez que, além dos títulos nobiliárquicos, os cargos políticos também passaram a ser mais frequentes entre os sul-rio-grandenses nos últimos anos do Império. O papel determinante dos rio-grandenses na Guerra do Paraguai e o aumento da inserção desses indivíduos aos gabinetes e pastas do Império, após o desfecho desse conflito, propiciaram um melhor acesso aos mais variados bens simbólicos e materiais que partiam do centro político do Império.

(...) consequência disso, as elites da província conquistaram muitos dos tão cobiçados cargos na burocracia, vários títulos nobiliárquicos, diversos contratos públicos, além de uma rede social de maior importância. Portanto, ao comporem a elite política central, estes homens, que já eram bastante conhecidos e respeitados na sua província, viram as suas clientelas crescerem cada vez mais. A sua capacidade de fazer e encaminhar pedidos e conceder

<sup>61</sup> VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. op. cit. p.192-193.

<sup>62</sup> Isso pode ser entendido como um processo de "aumento no recrutamento de ministros de outras províncias, o que expressa a lenta transformação desta elite e o resultado das pressões regionais por demanda participativa (...)." Ver: VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. op. cit. p.61.

favores aumentou muito o seu poder. Nesse sentido, dentro do mundo da política, os ministros, os senadores e os deputados gerais ocupavam um papel central.<sup>63</sup>

Em outras palavras, as principais recompensas concedidas pelo Império à província de São Pedro do Rio Grande do Sul foram destinadas aos líderes militares sul-rio-grandenses, portanto, esse conflito interferiu positivamente nas carreiras de alguns deles, como é o caso das carreiras de José Antônio Corrêa da Câmara e de Manuel Luís Osório. Porém, antes de examinar o prestígio político desses chefes militares e a influência que estabeleceram nas dinâmicas políticas provinciais, é intenção desse capítulo compreender como estavam estabelecidas as alianças político-partidárias e como se configuravam as eleições na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Ao se investigar tais dinâmicas políticas, o que se pretende destacar são as situações de influência, as alianças e os conflitos pessoais. Ou seja, aspectos informais que poderiam condicionar as disputas eleitorais e o complexo jogo político imperial, especialmente tratando-se de um contexto marcado pelo desfecho da Guerra do Paraguai e o retorno dos chefes militares à província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

A província de São Pedro do Rio Grande do Sul no século XIX conviveu com um cenário de constantes conflitos internos e de diferentes guerras em contexto platino. As guerras faziam nascer e consolidavam fortes lideranças na província. Na Guerra do Paraguai não foi diferente. As disputas que marcam esse espaço fronteiriço e belicoso cujos limites políticos ainda estavam sendo definidos fizeram parte da formação dessa província. De acordo com André Fertig, isso evidencia o "caráter militar do Rio Grande do Sul" e resultou no aparecimento ou "na emergência de chefes militares poderosos (...)".<sup>64</sup>

O Rio Grande do Sul era no século XIX uma "província fronteiriça cuja história se confunde com as lutas com países estrangeiros, tendo como uma de suas características principais a forte militarização da sociedade, a farda de oficial do exército não desmerecia seu portador". Ao contrário disso, a farda do Exército na província rio-grandense poderia significar distinção social e um "considerável poder".<sup>65</sup>

Os chefes militares rio-grandenses que atuaram na Guerra do Paraguai, ao retornarem do conflito, viram crescer o já elevado prestígio militar e a grande influência social que exerciam na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Buscar compreender o prestígio

---

<sup>63</sup> Idem. p.12-13.

<sup>64</sup> FERTIG, André. *A Guarda Nacional e as relações entre os poderes central e local na província do Rio Grande do Sul no século XIX*. Pernambuco, v. 29, n. 01, set./out. 2001.

<sup>65</sup> MOREIRA, P. R. S. *Inquéritos Disciplinares e Fés-de-Ofício: fontes documentais para a análise do comportamento estudantil da mocidade militar no final do Império (Escola Militar/RS)*. Méis (UCS), Caxias do Sul, v. 1, n. 1, 2004, p.150.



político que os militares sul-rio-grandenses representavam na província, principalmente após o desfecho da Guerra do Paraguai, não significa que se esteja pensando a unicidade desse grupo. A dificuldade de explorar aspectos comuns ou de atribuir certo perfil às trajetórias de oficiais do exército no século XIX foi ressaltado por Adriana Barreto de Souza. A autora propôs a compreensão do espaço ocupado pelo exército na política de consolidação do Estado Imperial e percebeu que a ausência de uma formação burocrática mais rígida aos oficiais do Exército teve, como consequência, a formação de um grupo bastante "heterogêneo".<sup>66</sup>

O restrito acesso aos conhecimentos técnicos e específicos da área militar promovia o estabelecimento de variados caminhos que levavam à obtenção de uma alta patente do exército.

O único ponto comum ao grupo era a dependência da Coroa, que detinha o monopólio das patentes militares, podendo regular sua distribuição tal como fazia com outros bens simbólicos. Dada essa ausência de uma formação burocrática mais complexa e impessoal, o nível de formalização das trajetórias dos oficiais militares era baixo. Para se obter uma patente de general, havia vários caminhos possíveis, alguns dos quais sequer exigiam do pretendente experiência institucional, o que explica, por exemplo, um fenômeno comum até a década de 1850: a presença de homens de carreira notadamente política em postos de comando do Exército, distinguidos com altas patentes militares.<sup>67</sup>

No caso de Osório e de Corrêa da Câmara, manter-se ao lado do Império foi um fator preponderante em suas trajetórias como chefes militares. Após anos envolvidos em conflitos, o passado legalista ajudava na construção da imagem desses indivíduos como defensores dos interesses imperiais. A lealdade à Coroa teve ótimos desdobramentos: ambos alcançaram o posto de marechal do Exército, além de terem sido agraciados com títulos nobiliárquicos e com o acesso ao restrito mundo da política imperial.

Nesse sentido, pode-se inferir que, em uma província que se envolveu em diferentes guerras, os militares ocupavam posição-chave e a turbulenta situação da região platina, muitas vezes, garantia a manutenção do prestígio social dos chefes militares da província.

Eles seguiam sendo os principais responsáveis por conseguir homens, cavalos, suprimentos e alianças políticas, que eram os fatores indispensáveis para a guerra no sul. Eles tinham, a seu favor, as relações que haviam estabelecido com outros chefes militares da própria província e além fronteiras; a experiência no tipo de guerra praticado naquelas plagas; o conhecimento do território e dos negócios na fronteira. Como já foi dito, esses fatores, somados

---

<sup>66</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. *Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório*. Topoi, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 90.

<sup>67</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. *Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório*, op. cit. p. 91.

ao prestígio como guerreiros eficientes, formavam um cabedal militar que lhes colocava em posição de serem úteis para o governo central.<sup>68</sup>

Dessa forma, sendo úteis aos interesses do governo central, a campanha no Paraguai também serviu para enobrecer uma série de militares e guerreiros da província sul-rio-grandense. No Rio Grande do Sul, os méritos militares, desde o início até o fim do Estado Imperial sintetiza certo padrão à nobreza sul-rio-grandense, marcada pelo militarismo como decorrência dos constantes conflitos militares da região. Bons exemplos disso são as trajetórias de Corrêa da Câmara e Osório, que foram nobilitados durante a campanha no Paraguai. A remuneração simbólica reconhecia a posição social de liderança constituída por esses indivíduos que foram veteranos de conflitos platinos, legalistas durante a Revolução Farroupilha e "heróis" da Guerra do Paraguai. Os títulos que receberam da Corte buscavam recompensar os sucessos obtidos por eles nos campos de batalha. Após o reconhecimento da Coroa, o Marquês do Herval e o Visconde de Pelotas passaram a conduzir suas atenções às disputas políticas na província de São Pedro.

Entretanto, esses indivíduos já faziam parte das dinâmicas políticas locais antes da Guerra, ainda que, em muitos casos, "não discursassem e nem escrevessem artigos".<sup>69</sup> Sendo assim, o fato de a maior parte dos líderes políticos locais do Rio Grande do Sul no século XIX serem chefes militares, ligados ao Exército ou à Guarda Nacional, não era uma simples coincidência.

Segundo André Fertig, a utilização política da Guarda Nacional durante o Império serviu como um dos principais instrumentos políticos imperiais.

Tal instrumentalização acontecia principalmente pelo caráter clientelista do sistema político, o qual fazia com que a milícia fosse um importante canal para a mobilização dos cidadãos e de seus chefes durante os processos eleitorais, independente de qual lado político-partidário estivessem os indivíduos. Ou seja, a Guarda era, sem sombra de dúvida, como se dizia na época, "espoleta" de todos os partidos.<sup>70</sup>

Portanto, a participação dos chefes militares na política rio-grandense acontecia, mesmo que não concorressem aos cargos, por meio do exercício de influências que resultaram em

<sup>68</sup> FARINATTI, *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. op. cit. p.186.

<sup>69</sup> VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. op. cit. p.181.

<sup>70</sup> FERTIG, André. "Espoleta" de todos os partidos. *A Guarda Nacional nas eleições do Império do Brasil (1850-1873)*. Ciênc. Let., Porto Alegre, n.37, jan/jun, 2005, p.104.

alianças políticas. Eles se dedicavam de formas variadas à política local, mas nem todos tornavam-se políticos de carreira.

### **1.3. Família, guerra e política no século XIX: as relações do Visconde de Pelotas e do Marquês do Herval**

A atuação política de Manoel Luís Osório e de José Antônio Corrêa da Câmara, assim como a de alguns de seus camaradas militares da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, tornam-se relevantes, pois as funções políticas que desempenhavam estes chefes militares e políticos era a de conquistar e consolidar estratégias de alianças com proprietários de terra, comerciantes e militares. As vitórias nos pleitos eleitorais das mais variadas localidades da província dependiam de suas ações políticas.

Embora conterrâneos, Corrêa da Câmara e Osório, viveram em espaços sociais distintos. Manoel Luís Osório, nasceu em 10 de maio de 1808, na Villa de Conceição do Arroio, onde viveu durante boa parte de sua infância. Filho de Manoel Luís da Silva Borges e Ana Joaquina Luísa Osório, Manoel Luís cresceu na estância de seu avô materno. Antes mesmo de completar 15 anos de idade, assentou praça voluntariamente na Cavalaria da Legião de São Paulo. No entanto, somente conseguiu obter o "título de cadete, em 1824, quando o tenente-coronel Tomás José da Silva, assumiu o comando do 3º Regimento de Cavalaria do Exército."<sup>71</sup>

Desde então atuou ao lado do tio, Tomás José da Silva, ingressando como alferes no Exército Real aos 16 anos. No século XIX, era comum que os filhos e/ou parentes de chefes militares atuassem como ajudantes, assistentes e/ou secretários de seus pais, tios ou parentes próximos, no início de suas carreiras, utilizando-se de diretrizes estritamente pessoais "que regiam o preenchimento de cargos dessa natureza."<sup>72</sup>

Manoel Luís Osório poderia ser associado à "cultura do soldado-estancieiro". Era reverenciado por soldados, peões e estancieiros na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Prestava auxílio a muitos desses indivíduos, o que lhe rendia o apoio quase incondicional de seus comandados. Osório sabia usar isto a seu favor. Quando chegava as eleições, recrutava a sua clientela composta por soldados de seu regimento, amigos e camaradas militares e membros de sua família, a votar em candidatos que representassem seus interesses.<sup>73</sup>

---

<sup>71</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. *Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório*, Op. Cit. p.98.

<sup>72</sup> SEIDL, Ernesto. Condicionamentos sociais na composição do Alto oficialato militar brasileiro (1850-1930). In: HEINZ, Flávio. *História Social de Elites*. 2011, p.3.

<sup>73</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. *Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório*, op. cit. p. 94.

Em vista disso, não é difícil identificar de onde vinha o seu sucesso nos pleitos eleitorais. Era ele "controlador de uma clientela formada por esta peonada, muito dos quais dispostos inclusive a morrer por ele nos conflitos armados que, não raro, assumiam um caráter de extrema violência".<sup>74</sup>

A influência política de Manoel Luís Osório na província cresceu logo após sua atuação na Revolução Farroupilha. Após o conflito, se candidatou ao cargo de deputado provincial e, em algumas oportunidades, ajudou a representar os interesses do Império frente aos países vizinhos. Era respeitado também por caudilhos da fronteira platina. Tinha a capacidade de falar tanto a língua dos peões de sua estância quanto a dos salões dos bailes imperiais.

Após a Revolução Farroupilha, o então tenente-coronel fez parte da 2ª Assembleia Provincial de Deputados da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. A primeira eleição após 10 anos de conflitos. Nessas eleições, realizadas em 1º de janeiro de 1846, representantes políticos de famílias de grande prestígio naquela província foram eleitos. Entre eles: Manoel Luís Osório; tenente-coronel Patrício Corrêa da Câmara (tio de José Antônio Corrêa da Câmara); José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo, sogro de José Antônio Corrêa da Câmara); João Propício Menna Barreto e Manuel Marquês de Souza (Conde de Porto Alegre).

Foi também nesse período pós-revolução farroupilha, que foram encontradas as primeiras correspondências entre Osório e Corrêa da Câmara. Durante o ano de 1848, quando Osório ocupava o posto de tenente-coronel do Exército e Corrêa da Câmara servia como Tenente da 7ª Companhia do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira. As boas relações mantidas entre os Osório e os Corrêa da Câmara, também pode ter influenciado na obtenção de vantagens pessoais para José Antônio Corrêa da Câmara. Já nesse período, Manoel Luís Osório atuava nos bastidores das eleições, dos processos de qualificação e das tramas políticas da província de São Pedro. Em 22 de abril de 1848, da cidade de Bagé, Osório escreveu a seguinte carta ao amigo, Corrêa da Câmara:

Amigo e Sr. Tenente Câmara. Recebi o seu ofício conjuntamente com o soldado Rodrigues, e muito a bem louvo o seu procedimento para com o referido soldado. Pelo cabo Jerônimo lhe envio o outro soldado que vai para substituir aquele. Tenho nesta mesma ocasião de dar-lhe a satisfatória notícia, que quando se recolher desse destacamento, terá de gozar uma licença sem

---

<sup>74</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Tese de Doutorado. Niterói: PPG em História da UFF, 2005, p.94.

tempo (se antes disso não lhe apertarem as saudades de Porto Alegre) Seu Camarada e amigo, Manoel Luís Osório.<sup>75</sup>

Como se pode perceber, ter boas relações e ter nascido em uma família de prestígio, renderam favores a José Antônio Corrêa da Câmara. Nascido na cidade de Porto Alegre, diferentemente de muitos de seus camaradas militares, não era proprietário de terras, não correspondendo, portanto, ao perfil de "soldado-estancieiro", tão comum aos líderes militares de sua província. Apresentava um perfil essencialmente urbano e possuía vínculos sociais com indivíduos e famílias importantes da província.

No caso da família de José Antônio Corrêa da Câmara, nota-se o predomínio da carreira militar como atividade profissional, seguida por quase todos os homens da família. José Antônio nasceu em 27 de fevereiro de 1824, em Porto Alegre. Era filho de José Antônio Fernandes Lima e de Flora Corrêa da Câmara, neto por parte de mãe do militar Patrício Corrêa da Câmara (1º Barão e Visconde de Pelotas).<sup>76</sup>

José Antônio Corrêa da Câmara assentou praça aos 15 anos de idade, no 3º Regimento de Cavalaria Ligeira, isto é, na mesma arma de seu avô materno, o 1º Visconde de Pelotas. O ingresso nas armas do Império ocorreu quando a guerra chegou “a porta de sua casa”, na capital da província, isto é, na cidade de Porto Alegre, que havia sido sitiada por tropas farroupilhas, em 1839. Assim, em meio à Revolução Farroupilha, assentou praça nas forças imperiais, atuando como ajudante de campo de Bento Manuel Ribeiro.<sup>77</sup>

Em 1850, foi promovido à capitão e esteve também nas campanhas militares entre 1851-1852, na Banda Oriental do Uruguai. Em 1855, matriculou-se na Escola Militar de Porto Alegre, que havia sido criada em 20 de setembro de 1851. Na Escola Militar funcionavam dois cursos, o de Infantaria e o de Cavalaria. Corrêa da Câmara optou pelo curso de Cavalaria, concluindo em 1857.

A notoriedade conquistada por Manuel Luís Osório e José Antônio Corrêa da Câmara no cenário político imperial, sugere que haviam mecanismos de inter-relação e de

<sup>75</sup> CAMARA, Rinaldo Pereira da. *Marechal Câmara: sua vida militar (V.2)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1970, p.585.

<sup>76</sup> O Comendador José Antônio Fernandes Lima (1767-1834), nasceu em Viamão. Atuou como escrivão da Alfândega de Porto Alegre. Casou-se com Flora Corrêa da Câmara, em 1822, com quem teve dois filhos, Rita de Assis e José Antônio. Flora era filha de Patrício Corrêa da Câmara (1744-1827), português que foi comandante da fronteira de Rio Pardo e do Regimento de Dragões. Destacou-se também na conquista de territórios, no avanço dos limites fronteiriços e na anexação desses territórios à Coroa. CÂMARA, Rinaldo. *Marechal Câmara: Reflexões Introdutórias a sua Biografia (v.1)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1964.

<sup>77</sup> Bento Manuel Ribeiro nasceu em Sorocaba em 1783 e faleceu em Porto Alegre em 1855. Militar, atuou em diversos conflitos militares. Ver: FARINATTI, *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. op. Cit., p.204-219.

interdependência entre a esfera política e a esfera militar. A ausência de instituições independentes, com códigos, leis e regras relativamente próprios à instituição do Exército, não permitiu a consolidação de carreiras militares baseadas em mecanismos e/ou em regimentos internos ao longo do século XIX. Assim sendo, o uso de laços de sociabilidade e de reciprocidade alinhavadas a partir de compromissos pessoais, resumem uma característica estruturante das carreiras de muitos dos oficiais do Exército imperial. Por conseguinte, o uso de alianças baseadas em relações pessoais, alicerçadas na capacidade de acúmulo de bens simbólicos que seriam reconduzidos para emergência na hierarquia militar, foram fatores fundamentais para alavancar a carreira de oficiais do Exército imperial, provenientes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Ainda que já nesse período se pudesse acompanhar um considerável aumento de competência técnica aos oficiais do Exército - através do curso de armas e do estabelecimento de mérito como elemento fundamental para a conquista de altas patentes do oficialato – esses critérios não serviram como um impedimento para que outros fossem utilizados. Entre os outros critérios, verificam-se principalmente os de caráter pessoal. Logo, ter bons relacionamentos na esfera política imperial poderia valer tanto quanto ser um bravo combatente nos campos de batalha.<sup>78</sup>

Atualmente as pesquisas que visam trabalhar com a tríade conceitual: família, elite e relações de poder procuraram ressaltar que as tramas de relações que envolviam os indivíduos e as famílias ao longo do oitocentos deve ser compreendido de maneira mais abrangente. Em suma, tratar de relações familiares nas províncias imperiais brasileiras no século XIX e, especialmente, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, não restringe a abordagem somente ao grau de parentesco biológico entre os indivíduos envolvidos, refere-se também aos comprometimentos e às alianças consolidadas através do matrimônio, do compadrio, de laços de sociabilidade e de reciprocidade. Tais fatores estabeleciam uma certa lógica aquele sistema, o de dar e de retribuir, algo que era legitimado pelas práticas de diferentes esferas de poder.<sup>79</sup>

Nessa perspectiva, é necessário analisar em quais círculos sociais os personagens observados se inseriam, isto é, deve-se perceber como as principais famílias sul-rio-grandenses, os Osório e os Corrêa da Câmara, atuavam na formação de estratégias que, muitas vezes, envolviam diversos atores sociais, promoviam a associação de famílias em projetos que se entrelaçavam em um conjunto de demandas políticas. Para executar tais projetos, esses

---

<sup>78</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. *Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório*, op. Cit. p.91-98.

<sup>79</sup> SCOTT, Ana Volpi; SCHMACHENBERG, Ricardo. *Nas teias da administração local: redes de poder e relações familiares entre oficiais camarários no Brasil meridional (Vila de Nossa Senhora do Rio Pardo – 1811/1830)*. V.13, n.25, 2014, p.89-93.

indivíduos ligavam-se de diversas formas. Portanto, para o entendimento das estratégias é fundamental o entendimento de como funcionava a engrenagem política daquela sociedade, de como se estabeleciam as alianças políticas e de como se formavam os vínculos sociais entre famílias de elite no Rio Grande do Sul oitocentista.

Muitas eram as formas adotadas para estabelecer vínculos entre famílias de elite no século XIX. Algumas famílias estabeleciam estratégias que propiciavam tanto a manutenção quanto a ampliação do patrimônio e da distinção familiar. Em muitos casos, as elites optavam pela diversificação dos laços matrimoniais, misturando alianças incentivadas por interesses ora econômicos, ora políticos, por meio de casamentos endogâmicos e exogâmicos.<sup>80</sup>

Dessa forma, é necessário ressaltar que “a política de casamentos era um artifício importante para garantir a permanência do grupo familiar no seio das melhores famílias”. A política matrimonial era uma das principais ferramentas de acesso ou de manutenção de redes de reciprocidade no Rio Grande do Sul oitocentista. Os laços matrimoniais estabelecidos entre as famílias de José Antônio Corrêa da Câmara e de Maria Rita Fernandes Pinheiro, é um exemplo de como tais estratégias de manutenção do patrimônio entre famílias e também da formação de redes de reciprocidade a partir da engenharia matrimonial.<sup>81</sup>

O sogro de José Antônio Corrêa da Câmara, José Feliciano Fernandes Pinheiro, casou-se com Maria Elisa Julia de Lima (Viscondessa de São Leopoldo), com quem teve dez filhos. Maria Elisa era filha do primeiro casamento do Comendador José Antônio Fernandes de Lima. Do seu segundo matrimônio, com D. Flora Corrêa da Câmara, nasceu José Antônio Corrêa da Câmara, sendo ele, portanto, meio irmão de sua futura sogra, Maria Elisa Julia de Lima.<sup>82</sup>

Dos filhos do Visconde e da Viscondessa de São Leopoldo, sogro e sogra de José Antônio Corrêa da Câmara, apenas um filho homem atingiu a idade adulta, trata-se do Juca, apelido de José Feliciano Fernandes Pinheiro, filho homônimo do Visconde de São Leopoldo. Dessa forma, as filhas do casal desempenharam papel central nos vínculos estabelecidos pela família. Maria Thereza Fernandes Pinheiro casou-se com o tenente-coronel Francisco Antônio da Silva Bittencourt. Maria Rita, nascida em 1829, casou-se com José Antônio Corrêa da

---

<sup>80</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. op. cit. p.185-186.

<sup>81</sup> MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008, p.32.

<sup>82</sup> O Visconde de São Leopoldo (1774-1847) nasceu na cidade de Santos, mas viveu em Porto Alegre por muitos anos. Formado em Direito na Universidade de Coimbra, desempenhou os cargos de deputado, senador e presidente da província do Rio Grande do Sul de São Pedro. Fundou a Colônia de São Leopoldo, quando foi agraciado pela Coroa com o título de Visconde de São Leopoldo. Além disso, enquanto ministro do Império, torna-se um dos responsáveis pela criação de dois cursos jurídicos no Brasil. CAMARA, Rinaldo Pereira da. *O Marechal Câmara: reflexões introdutórias à sua biografia. (V.I)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1964, p.243-248.

Câmara. Ao se casar com Maria Rita Fernandes Pinheiro, José Antônio passou a viver no Solar construído pelo sogro na região central de Porto Alegre. O primo de Câmara, Leopoldo Augusto Câmara Lima (Barão de São Nicolau), completando o círculo de relações familiares, casou-se com uma das filhas do Barão de Sorocaba, compadre do Visconde de São Leopoldo.<sup>83</sup>

As estratégias de manutenção ou de consolidação de privilégios, poder, bens e status sociais eram lógicas e estruturas que caracterizavam a sociedade imperial e, mais especificamente, que faziam parte das estruturas sociais da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no século XIX. A luta das elites em busca de mercês e reconhecimento nos círculos de sociabilidade davam-se por estratégias que envolviam casamentos, redes de compadrio e laços de reciprocidade. Ou seja, tais práticas estavam associadas a tentativa de conquistar destacamentos sociais, status de “nobreza” e reconhecimento enquanto sujeitos políticos.

Nesse sentido, a história das elites tem enfatizado o estudo coletivo desses grupos familiares, por vezes, pondo em relevo as estratégias familiares e, em outros momentos, associando-as ao estudo das trajetórias individuais. O objetivo é ultrapassar modelos interpretativos tradicionais. Ou seja, tais estudos apresentam como argumento, “o fato de que as relações sociais e políticas mantidas pelos agentes históricos envolvidos também devem ser levados em conta, quando se estuda a economia nas sociedades pré-industriais”.<sup>84</sup>

A título de exemplo, salienta-se o trabalho de Luís Augusto Farinatti, que observou como a dinâmica de distribuição de recursos e de terras nos dois lados da fronteira do Uruguai com o Rio Grande do Sul, unia diferentes agentes familiares em uma mesma empresa. Essas tramas de relações interpessoais, são destacadas pelo autor como formas de articulação e de inserção política dessas elites nos espaços políticos imperiais.<sup>85</sup>

No caso desta pesquisa, as dinâmicas políticas da província de São Pedro e as constantes guerras que as famílias sul-rio-grandenses se envolveram no contexto platino fizeram de militares e de guardas nacionais, parte significativa das elites dessa província. As famílias

---

<sup>83</sup> Leopoldo Augusto Câmara Lima, Barão de São Nicolau, nasceu em Rio Pardo, era filho de João Hipólito de Lima e Maria Benedita Corrêa da Câmara, filha do 1º Visconde de Pelotas. Boaventura Delfim Pereira, Barão de Sorocaba (1788-1829), era português nascido em Lisboa, veio para o Brasil com fortes laços de relação com a família imperial, tornando-se Fidalgo e Veador da Casa Imperial. CAMARA, Rinaldo Pereira da. O Marechal Câmara: reflexões introdutórias à sua biografia. (V.1). op. Cit.p.29.

<sup>84</sup> MENEGAT, Carla. Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai. (c. 1845-1865). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015, p.208.

<sup>85</sup> FARINATTI, Luís Augusto. VARGAS, Jonas. “A nossa causa é a causa deles”: Elites regionais, chefes paroquiais e a construção do Estado imperial brasileiro: Rio Grande do Sul (c. 1820 – c. 1880). In: Alexandre Mansur Barata; Maria Fernanda Vieira Martins; Silvana Mota Barbosa. (Org.). Dos poderes do Império: culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX. 1ªEd.Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.



Osório e Corrêa da Câmara eram velhas conhecidas da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porém, antes de atentarmos para a aproximação dos interesses entre essas famílias, primeiramente, torna-se fundamental salientar alguns dos principais eixos de atuação dessas famílias sul-rio-grandenses ao longo do século XIX.

Em 1828, ao retornar da Guerra Cisplatina, Osório que então pertencia ao 5º Regimento de Cavalaria, recebeu ordens de se apresentar ao Quartel de Rio Pardo. Nessa localidade o então Tenente Osório, “assim como seus companheiros de Armas entregava-se aí ao cumprimento de suas obrigações militares, assim também frequentava as reuniões festivas proporcionadas pela Sociedade Rio-Pardense”.<sup>86</sup> É bem possível que nesse período, Manoel Luís Osório tenha consolidado laços de reciprocidade ainda mais fortes com a família Corrêa da Câmara, uma das primeiras e mais reconhecidas famílias de Rio Pardo.

Em 15 de outubro de 1835, Osório casou-se com Francisca Fagundes, filha do fazendeiro e Juiz de Paz da cidade de Bagé, Zeferino Fagundes de Oliveira e de Vicência Constança de Souza Escoto. A família de Vicência Constança era bem relacionada na sociedade sul-rio-grandense, sua irmã, Dorotéia Maria de Souza Escoto era mãe de Joaquina Castorina de Medeiros, esposa de Emílio Mallet. Manoel Luís Osório e Francisca Fagundes foram padrinhos de casamento de Emílio Mallet e de Joaquina C. de Medeiros. A construção de alianças entre famílias, por intermédio de casamentos detinha espaço fundamental nas estratégias de concentração e ampliação de prestígio social. Além disso, existia grande número de oficiais militares do Exército Imperial que construíram laços matrimoniais, entrelaçando famílias de militares. É o caso de Mallet e Osório, por exemplo. Um dos filhos de Emílio Mallet e de Joaquina C. de Medeiros, João Nepomuceno Mallet atuou na Guerra do Paraguai sobre as ordens de Osório. Ao ascender ao cargo de ministro da guerra, em 1878, Osório não evitou de empregar o então major João Nepomuceno Mallet em seu gabinete e nomear Emílio Mallet, comandante da fronteira de Quaraí e de Santana do Livramento.<sup>87</sup>

O casamento de Manoel Luís Osório com Francisca Fagundes, assim como casamento de José Antônio Corrêa da Câmara com Maria Rita Fernandes Pinheiro permitiu-lhes acumular capital social para fazerem parte de redes de sociabilidade que eram compostas por indivíduos notórios dentro e fora da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

---

<sup>86</sup> OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Pelotas: Tipografia do Diário Popular, 2º volume., 1915, p.207.

<sup>87</sup> Emílio Mallet (Barão do Itapevi) nasceu na França em 1801 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1886. Foi Marechal do Exército e atuou em diversos conflitos pelo exército imperial. SEIDL, Ernesto. *Condicionamentos sociais na composição do Alto oficialato militar brasileiro (1850-1930)*. op. cit. p.13-14.

É nesse sentido que o conceito de sociabilidade é utilizado pela presente pesquisa. Ou seja, como um instrumento metodológico para o estudo de estratégias e de articulações políticas entre indivíduos que ascenderam politicamente, utilizando-se de vínculos sociais e de serviços prestados ao Império, decorrentes de suas participações nos constantes conflitos de fronteira. A sociabilidade de Guerra, nesse contexto representado pelos laços de amizade e de reciprocidade entre os militares, José Antônio Corrêa da Câmara e Manoel Luís Osório, demonstram que as diretrizes do sistema social oitocentista, eram regidas por códigos e regras nada específicos, iguais aos do sistema político.<sup>88</sup>

Do Rio Grande do Sul, durante todo o Império, foram nomeados treze ministros dos quais sete foram designados para o Ministério da Guerra. Importa dizer que esse foi o único ministério do período imperial no qual a província sul-rio-grandense conseguiu construir certa tradição, o que contribui ainda mais para o entendimento de que as elites desta província eram lembradas e recrutadas pela Corte quando o assunto em questão era a guerra. A influência e o prestígio de Manoel Luís Osório e de José Antônio Corrêa da Câmara no Rio Grande do Sul refletiam o histórico de conflitos dessa província, a capacidade de articulação desses chefes militares e de suas redes de sociabilidade.

Em 1857, o brigadeiro Manoel Luís Osório no Comando da Fronteira de Missões teve a incumbência de comandar expedições para a exploração dos campos no Sertão do Uruguai juntamente ao então Presidente da Província, Patrício Corrêa da Câmara. Patrício era o filho mais novo e homônimo do 1º Visconde de Pelotas e, portanto, tio de José Antônio Corrêa da Câmara. Tratavam-se dos campos de ricos ervais, também denominado campo das “Vacac Brancas”.<sup>89</sup> Com o sucesso da expedição, Osório foi contemplado com o título de Visconde do Herval. As correspondências de Osório com Patrício Corrêa da Câmara também são fontes importantes, pois revelam a coesão de interesses entre esses indivíduos.

Em 09 de Março de 1857, Patrício Corrêa da Câmara comunicava-se com Osório anunciando estar no comando da Presidência da Província de São Pedro, utilizando os seguintes termos: “Espero que V.S. continue a prestar sua valiosa cooperação a bem dos interesses da Província e rigorosa manutenção da disciplina dos Corpos confinados ao seu Comando”. Logo em seguida, em 11 de março de 1857, Patrício tornava a escrever a Osório, mas agora o trato era diferente, a intenção era de garantir o apoio e a proteção política de Osório:

---

<sup>88</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. *Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório*, op. Cit. p.104-105.

<sup>89</sup> OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894, p.601-610.

Exmo. Amigo, e Sr. Osório. Ontem comuniquei oficialmente a V. Ex. que me achava na Administração de nossa Província; hoje o faço como seu particular amigo, assegurando-lhe os desejos que nutro de ser empregado no seu serviço e pedindo-lhe a sua valiosa coadjuvação[...]<sup>90</sup>

Nota-se através dos fragmentos das cartas entre Patrício Corrêa da Câmara com Osório, que o encontro entre os Osório e os Corrêa da Câmara não foi algo estabelecido de maneira pragmática, por terem eles apenas interesses semelhantes ou por terem em comum o ofício militar. Por mais que tais situações também pudessem fortalecer os laços de amizade, a coesão de interesses, as sociabilidades e os laços de reciprocidade eram estruturas e estratégias articuladas entre as elites. Portanto, a relação de Manoel Luís e de José Antônio estava calcada em alianças que envolviam uma teia de relações de compromisso entre indivíduos e famílias do extremo sul do Império do Brasil.

Esta análise procura focalizar, como já mencionamos anteriormente, núcleos sociais mais amplos. Ou seja, a análise ainda que parta da relação entre dois sujeitos específicos, não se resume a eles, perpassa por diferentes núcleos, situações políticas e esferas sociais.

Antes de ascenderem aos cargos políticos, esses indivíduos atuavam nos bastidores das eleições e das tramas políticas, estabeleciam influência e contribuía com as candidaturas de correligionários e de parceiros políticos. Quando chegaram ao Senado e ao Ministério da Guerra, Osório e Corrêa da Câmara ascenderam a um dos círculos sociais mais restritos do Império. A representação política no senado era desempenhada em mandato vitalício e a escolha era feita por D. Pedro II, a partir de uma lista tríplice definida pelos eleitores das províncias.

---

<sup>90</sup> OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. op. cit. P.602-603.

## **Capítulo II: “Entre camaradas e amigos”: sociabilidade de guerra e diálogos políticos na província de São Pedro do Rio Grande do Sul**

O objetivo deste capítulo é analisar as correspondências trocadas entre o Visconde de Pelotas e o Marquês do Herval, entre 1869-1879. Ao valorizar esses diálogos epistolares intenta-se compreender os vínculos sociais e as estratégias políticas articuladas entre esses indivíduos. Sendo assim, o segundo capítulo será dividido em três itens.

No primeiro item, *A correspondência como fonte de análise da relação entre militares e políticos no século XIX*, o objetivo é a identificação do fluxo de correspondência mantida entre o Visconde de Pelotas e o Marquês do Herval, bem como a identificação das temáticas presentes nos diálogos desses políticos e militares. No segundo item, *A fase final da Guerra do Paraguai através das correspondências de Osório e de Corrêa da Câmara*, o intuito é analisar o conteúdo das cartas trocadas entre Osório e Corrêa da Câmara, no ano de 1869. Para tanto, fez-se necessário esclarecer as datas de emissão dessas cartas e situar as localidades de origem de onde foram enviadas. As correspondências desse ano revelam a aproximação e a confiança construídas entre esses militares durante a Guerra do Paraguai.

O terceiro item, *Guerra e Comunicação na Fronteira: os interesses das elites rio-grandenses nas fronteiras da província de São Pedro do Rio Grande do Sul* o objetivo é analisar os interesses políticos e militares das elites da província de São Pedro do Rio Grande do Sul na região fronteira platina. Inseridos em uma província de fronteira, marcada por diferentes conflitos, a troca de informações entre Manoel Luís Osório e José Antônio Corrêa da Câmara também refletem a situação da fronteira, após o fim da Guerra do Paraguai.

## 21. A correspondência como fonte de análise da relação entre militares e políticos no século XIX

O estudo da correspondência trocada entre José Antônio Corrêa da Câmara e Manoel Luís Osório, entre outras questões, revelam os diálogos entre dois indivíduos que passaram a dedicar maiores esforços quando os assuntos giravam em torno da temática política do Rio Grande do Sul e do Império, especialmente, a partir da década de 1870. Ao destacar os momentos de aproximação entre os indivíduos e/ou grupos políticos no século XIX, por meio de análise de correspondência, pretende-se visualizar situações de influência, elementos que condicionavam as disputas eleitorais, bem como os vínculos e as alianças políticas construídas por Corrêa da Câmara e por Osório. Tais questões, que estão relacionadas às atuações das elites políticas e militares, foram expressas nas cartas trocadas entre indivíduos que eram líderes do Partido Liberal sul-rio-grandense e que chegaram as mais altas patentes do Exército no século XIX.

Nessa perspectiva, a utilização de correspondência, como principal aporte documental desta dissertação, possui a finalidade de revelar diálogos e aproximações que, em grande parte, evidenciam os vínculos sociais e as estratégias políticas constituídas de maneira relacional entre os indivíduos. A correspondência permite a reconstrução de vínculos relacionais que envolvem remetente e destinatário e, assim, conferem a possibilidade de “analisar o entremeado social com base nas ‘trocas’ entre atores de diferentes estratos e (*status*) sociais.”<sup>91</sup>

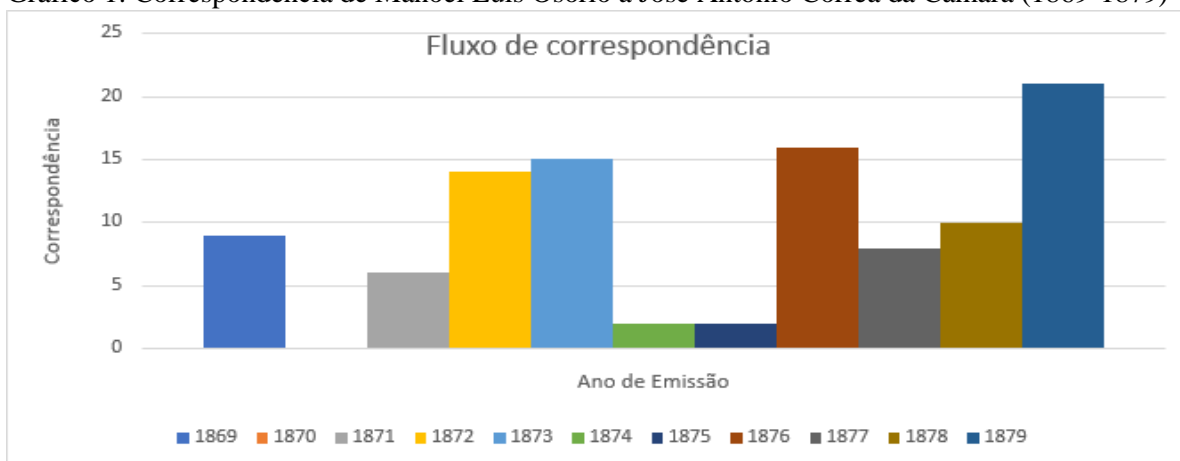
Todavia, é indispensável salientar que existe atualmente um número considerável de estudos sobre correspondência. As cartas de políticos, por exemplo, já serviram como fonte documental de diversas obras historiográficas. Portanto, torna-se necessário esclarecer que os procedimentos metodológicos a serem adotados para abordar essas fontes variam de acordo com as premissas teóricas norteadoras de cada pesquisa.

Na correspondência remetida por Manoel Luís Osório à José Antônio Corrêa da Câmara, que está sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), foram encontradas 101 cartas. No gráfico 1, a seguir, é apresentado o fluxo da correspondência remetida por Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara entre os anos de 1869 a 1879.

---

<sup>91</sup> MUGGE, Miquéias H. *A elite da Guerra – comandantes superiores da Guarda Nacional do Brasil meridional: dinâmicas relacionais (1850-1873)*. op. cit. p.9.

Gráfico 1: Correspondência de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara (1869-1879)

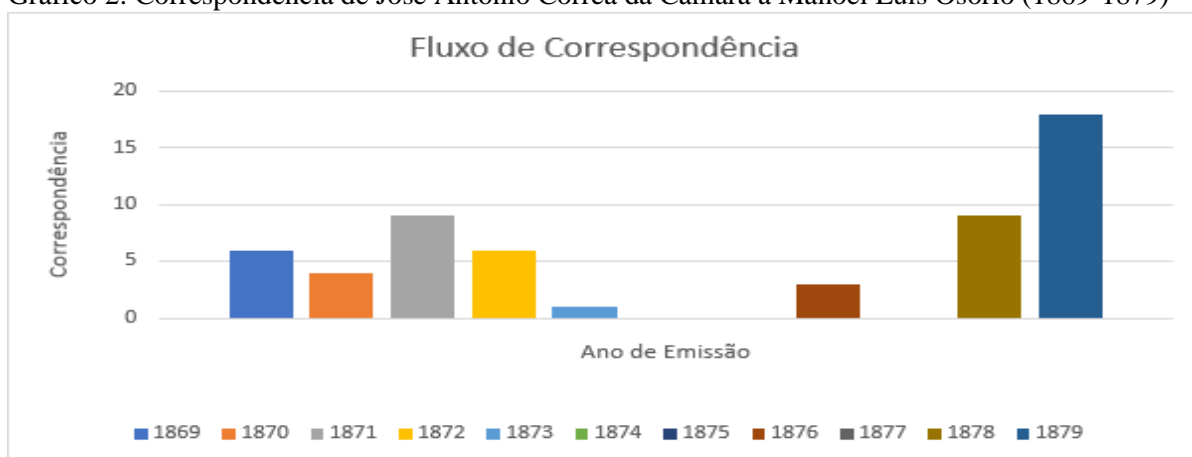


Fonte: Fundo General Câmara (IHGRS) - correspondência enviada por Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara.

Através do gráfico pode-se perceber que o fluxo de correspondência oscila ao longo dos dez anos observados. Com exceção ao ano de 1870, quando não foram encontradas cartas de Osório a Corrêa da Câmara, todos os outros anos observados registraram duas ou mais cartas. Durante os primeiros anos após a Guerra do Paraguai, Osório se dedicou às suas propriedades nas localidades de Pelotas-RS e de Arapeí-Uru. Dessas localidades, partiram todas as cartas de Osório a Corrêa da Câmara, entre os anos de 1871 e 1872. Durante a década de 1870, Manoel Luís Osório foi o principal correspondente de José Antônio Corrêa da Câmara.

Na correspondência remetida por José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório, que está sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foram encontradas 50 cartas. Na montagem do gráfico abaixo, foram incluídas 6 cartas enviadas por Corrêa da Câmara a Osório, durante o ano de 1869, que foram encontradas na biografia escrita por Fernando Luís Osório. No gráfico 2, abaixo, é apresentado o fluxo da correspondência remetida por José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório entre os anos de 1869 a 1879.

Gráfico 2: Correspondência de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório (1869-1879)



Fonte: Coleção General Osório (IHGB); OSÓRIO, Fernando Luís. - Correspondência enviada por José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório.

Com base nos dados do gráfico, nota-se que o fluxo de correspondência tem uma oscilação bastante acentuada na metade da década 1870. Durante os anos de 1874, 1875 e 1877, não foram encontradas cartas remetidas por Corrêa da Câmara. No entanto, pode-se inferir que, após a Guerra do Paraguai, esses indivíduos mantiveram a relação que haviam consolidado durante o conflito. Através dos gráficos com o fluxo das correspondências entre Corrêa da Câmara e Osório, nota-se que o período de maior incidência das cartas trocadas entre eles foi durante o ano de 1879. Durante esse ano, Osório ocupava os cargos de senador e de ministro da guerra, enquanto Corrêa da Câmara atuou como conselheiro de guerra, cargo que desempenhou de 1877 a 1884. A ascensão desses indivíduos aos cargos supracitados, serão trabalhados no terceiro capítulo, a partir da análise de suas correspondências.

Durante a análise do conteúdo presente nas correspondências trocadas entre José Antônio Corrêa da Câmara e Manoel Luís Osório, foram identificadas as temáticas mais recorrentes em seus diálogos, entre 1869 e 1879, que estão divididas em quatro categoriais: temática política, temática fronteira, temática sociabilidade e temática militar.

A temática política reúne as cartas que tratam das atuações de Corrêa da Câmara e de Osório como chefes políticos do Partido Liberal na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. As cartas relacionadas nessa categoria abordam, principalmente, pedidos de apoio político, nomeações a cargos públicos e organização de chapas eleitorais.

A temática fronteira foi classificada separadamente, pois, ainda que possa ser compreendida como política, optou-se por separá-la haja vista as correspondências que tratam sobre esta temática referirem-se a conflitos armados e a tensões políticas que marcaram o

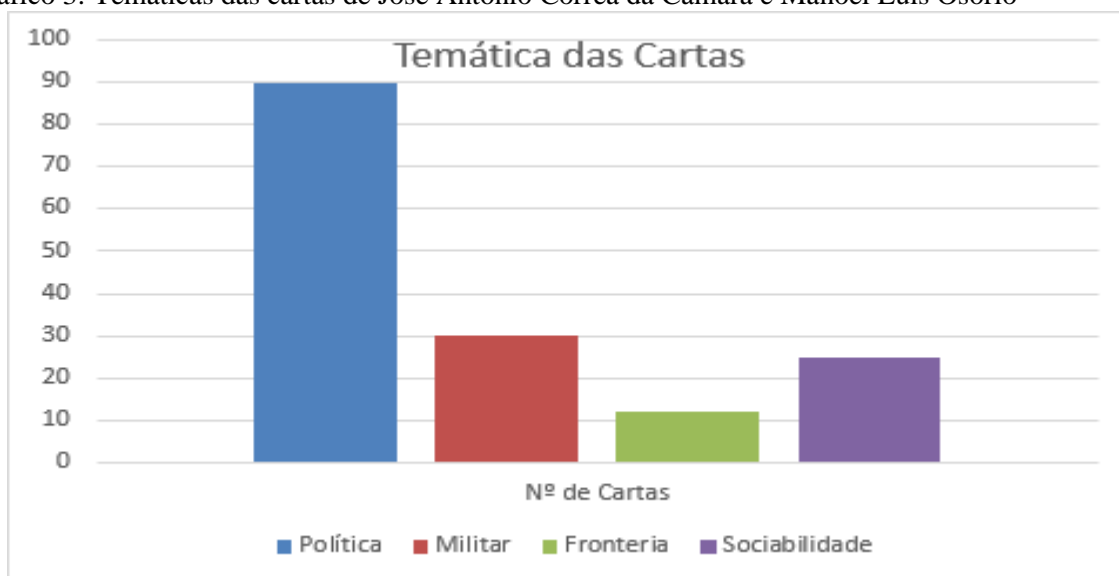
cotidiano da região limítrofe da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, após a Guerra do Paraguai.

A temática sociabilidade aborda a correspondência que trata de relações de sociabilidade, isto é, de encontros, de reuniões, de jantares e de festividades que Corrêa da Câmara e Osório participavam ou que fizeram menção nas correspondências. Tais encontros reuniam indivíduos das elites, muitas vezes, essas oportunidades eram utilizadas para o estabelecimento de vínculos sociais e políticos.

A temática militar reúne a correspondência que trata das atuações de Corrêa da Câmara e de Osório como oficiais do Exército imperial. As cartas relacionadas nessa categoria tratam de questões relacionadas, especialmente, à guerra, às tropas do Exército, à logística militar do Exército imperial, aos comandos militares.

No gráfico 3 abaixo, foram expostas as categorias supracitadas e a recorrência com que tais temáticas aparecem nas cartas de Manoel Luís Osório e de José Antônio Corrêa da Câmara, entre 1869-1879. Na montagem deste gráfico, foram sistematizadas as 101 cartas enviadas por Manoel Luís Osório e as 56 cartas enviadas por José Antônio Corrêa da Câmara. É importante ressaltar que nem sempre as cartas entre esses indivíduos tratavam apenas de uma temática. Uma mesma correspondência contempla, muitas vezes, duas ou até mesmo três temáticas diferentes. Por essa razão, o somatório das temáticas das cartas excede o número total de correspondência trocada entre eles.

Gráfico 3: Temáticas das cartas de José Antônio Corrêa da Câmara e Manoel Luís Osório



Fonte: Fundo General Câmara (IHGRS); Coleção General Osório (IHGB).



No gráfico acima, foram identificadas as temáticas das cartas de José Antônio Corrêa da Câmara e de Manoel Luís Osório, entre 1869-1879. Através do gráfico, pode-se perceber que política era a principal temática presente nas cartas de José Antônio Corrêa da Câmara e de Manoel Luís Osório. Correligionários políticos, tornaram-se duas das principais lideranças políticas da província de São Pedro do Rio Grande do Sul durante a década de 1870. As correspondências, as circulares e os telegramas estavam entre os principais meios de comunicação e de divulgação das opiniões políticas dos chefes do partido liberal quando as demandas políticas apareciam nas localidades mais longínquas da província. Ou seja, era através desses meios que os correligionários políticos ficavam sabendo a respeito dos rumos a serem tomados em conformidade com a opinião dos chefes partidários.

Após a Guerra do Paraguai, homenagens, festividades e jantares foram oferecidos aos generais Corrêa da Câmara e Osório. Tais espaços foram utilizados pelas elites como situações fundamentais para o estabelecimento de relações de sociabilidade e de vínculos políticos com indivíduos da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. As correspondências entre esses indivíduos são aportes documentais expressivos, pois revelam elementos que estão relacionadas às atuações das elites do século XIX, negociações que poderiam acontecer em diferentes espaços e situações, como em jantares, em recepções e em encontros particulares. Entretanto, tratando-se de assuntos estratégicos, em caso de distanciamento entre as partes envolvidas, davam-se, principalmente, por meio da troca de correspondência.<sup>92</sup>

A temática fronteira, ainda que com menor recorrência, também esteve presente nas cartas de Osório e de Corrêa da Câmara. Através das cartas que tratam desse tema, pode-se perceber que os conflitos entre as nações limítrofes à fronteira da província de São Pedro do Rio Grande do Sul não se encerraram com o fim da Guerra do Paraguai. Em 1871, os conflitos civis no Estado Oriental do Uruguai e na Argentina geraram preocupação entre os dois militares. Como nas fronteiras da província de São Pedro do Rio Grande do Sul muitas atividades econômicas, militares e políticas necessitavam da cooperação de indivíduos de diferentes nacionalidades, o intercâmbio de pessoas e de mercadorias tornaram-se comuns aos indivíduos envolvidos na fronteira dessa província.

A temática militar também foi bastante recorrente entre as cartas de Corrêa da Câmara e Osório. Isso demonstra que os campos de batalha também serviram para consolidar vínculos entre os indivíduos. A relação entre os generais Corrêa da Câmara e Osório se intensificou

---

<sup>92</sup> ROSSATO, Mônica. *Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. op. cit. p.106.

durante o período em que atuaram juntos na Guerra do Paraguai. As cartas trocadas entre eles, durante o ano de 1869, são bons indícios disso, pois revelam a aproximação entre os dois generais durante os movimentos finais das operações militares no Paraguai. Nessa esteira, encaminha-se o próximo item deste capítulo, no qual serão analisados os conteúdos das cartas entre Corrêa da Câmara e Osório ao longo do ano de 1869.

## 22 A fase final da Guerra do Paraguai através das correspondências de Osório e de Corrêa da Câmara

Durante o ano de 1868, o então coronel Corrêa da Câmara atuou no comando da 5ª Divisão de Cavalaria, a qual pertencia às linhas avançadas do 3º Corpo do Exército, comandado pelo general Manoel Luís Osório. A relação entre Corrêa da Câmara e Osório intensificou-se durante esse período que atuaram juntos nos campos de batalha. Assim, mesmo que não fosse a ideia central desta pesquisa, a utilização das correspondências de Osório e de Corrêa da Câmara, ainda envolvidos na Guerra do Paraguai, a relevância do conteúdo de suas comunicações e a notória aproximação entre eles durante a fase final da guerra, fez com que a análise documental partisse de cartas trocadas entre esses indivíduos a partir do ano de 1869.<sup>93</sup>

A tabela abaixo apresenta as datas de emissão e as localidades de origem das cartas enviadas por Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara, durante o ano de 1869.

Tabela 1: Correspondência de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara durante o ano de 1869

Remetente	Destinatário	Data de Emissão	Localidade
1 Osório	Corrêa da Câmara	31/01/1869	Montevideo-Uru
2 Osório	Corrêa da Câmara	31/01/1839	Montevideo-Uru
3 Osório	Corrêa da Câmara	03/06/1869	Piraju-Par
4 Osório	Corrêa da Câmara	20/06/1869	Piraju-Par
5 Osório	Corrêa da Câmara	13/10/1869	Etanislau-Par
6 Osório	Corrêa da Câmara	29/10/1869	Capivari-Par
7 Osório	Corrêa da Câmara	29/10/1869	Capivari-Par
8 Osório	Corrêa da Câmara	03/11/1869	Capivari-Par
9 Osório	Corrêa da Câmara	30/11/1869	Assunção-Par

Fonte: Fundo General Câmara (IHGRS) - correspondência enviada por Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara.

<sup>93</sup> Corrêa da Câmara foi promovido a Brigadeiro em dezembro de 1868, por atos de bravura demonstrada na Batalha de Avaí. CAMARA, Rinaldo Pereira da. *O Marechal Câmara: reflexões introdutórias à sua biografia*. (V.I). op. cit. p.445.

Através da tabela, pode-se perceber que as cartas remetidas pelo general Osório ao general Corrêa da Câmara, durante o ano de 1869, foram enviadas de variadas localidades. Durante o ano de 1869, Osório retornou a Pelotas em duas oportunidades. A primeira, em janeiro de 1869, a fim de recuperar-se dos ferimentos que voltaram a agravar. A segunda, em novembro de 1869, quando se retira definitivamente dos campos de batalha e retorna à cidade de Pelotas.

Com relação as cartas remetidas por Corrêa da Câmara a Osório, a tabela abaixo apresenta as datas de emissão e as localidades de origem dessas cartas, durante o ano de 1869.

Tabela 2: Correspondência de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório durante o ano de 1869

<b>Remetente</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Data de Emissão</b>	<b>Localidade</b>
Corrêa da Câmara	Osório	13/02/1869	Assunção-Par
Corrêa da Câmara	Osório	23/02/1869	Assunção-Par
Corrêa da Câmara	Osório	30/10/1869	Conceição-Par
Corrêa da Câmara	Osório	05/11/1869	Conceição-Par
Corrêa da Câmara	Osório	09/11/1869	Conceição-Par
Corrêa da Câmara	Osório	08/12/1869	Conceição-Par

Fonte: OSÓRIO, Fernando Luís. - Correspondência enviada por José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório.

A tabela apresentada indica que o general Corrêa da Câmara não se retirou do território paraguaio durante o ano de 1869. Em Assunção, Corrêa da Câmara esteve durante a tomada desta capital e a fuga de López para o interior do território do Paraguai. Na cidade de Conceição, permaneceu por mais de dois meses, pois, durante o final do ano de 1869, essa localidade serviu como base das tropas brasileiras.

Entre agosto e dezembro de 1868, as vitórias da Tríplice Aliança nas batalhas de Avaí, Itororó e Lomas Valentina, permitiram a destruição de grande parte da defensiva paraguaia. As vitórias nessas batalhas propiciaram a tomada da capital paraguaia, Assunção, em janeiro de 1869. Em consequência disso, Solano López fugiu para o interior do país, em direção à Cordilheira de Angostura. Com isso, Caxias, que era o comandante do Exército imperial, retornou ao Brasil, pois, para ele, a guerra estava terminada. Contudo, para o Imperador, o conflito só teria fim com a captura de López. Em substituição a Caxias, D. Pedro II nomeou seu genro, Luís Felipe Fernando Gastão de Orleans (Conde d'Eu), como comandante das forças brasileiras.

No início de 1869, Osório também se retira do Paraguai, com licença de saúde, retornando à província de São Pedro do Rio Grande do Sul. No dia 31 de janeiro de 1869,

Osório estava na cidade de Montevideo-Uru, em trânsito para a província, quando remeteu duas cartas a Corrêa da Câmara. Em uma delas, comunicava a Corrêa da Câmara as razões que o levavam a optar por se recuperar na cidade de Pelotas: “Não posso me tratar aqui porque inquietaria minha pobre família sem proveito do País, fazendo uma despesa com que não posso, com isso vou até Pelotas bem constrangido, porque meu pensamento está nesse Exército(...)”. Nessa mesma carta, fez o seguinte pedido a Corrêa da Câmara: “(...) não há operações nem paz, peço a V. Ex. que faça entender os nossos distintos chefes de cavalaria, que dobrem sua paciência como tem sabido e levarem-se por seu patriotismo e valor. Faço a V. Ex. este meu pedido (...)”.<sup>94</sup>

Nessa correspondência, pode-se perceber que após a ocupação da cidade de Assunção e a fuga de Solano López para o interior do território paraguaio, a deserção dos oficiais do Exército brasileiro tornou-se uma preocupação para os chefes do Exército imperial. Nesse sentido, Osório recorreu a sua relação de confiança com Corrêa da Câmara, na tentativa de manter os chefes de cavalaria engajados no conflito.

Na segunda carta, de 31 de janeiro de 1869, Osório pediu que Corrêa da Câmara repassasse a lista de oficiais que morreram em combate no Paraguai, para que as viúvas desses oficiais fossem recompensadas pelo governo imperial:

Falando ao Sr. Marques sobre proteção às viúvas dos nossos camaradas falecidos em campanha, S. Excelência pediu-me com instância a relação desses oficiais, nomes de suas mulheres, residência e causa da morte dos mesmos oficiais, excluindo-se aquelas viúvas a quem já o Governo tenha concedido meios de subsistência. Rogo-lhe que mande a todos os comandantes de Corpos e de departamentos de todas as armas, cópia desta minha carta, dizendo-lhes que mandem-me estas relações com sobrecapa à Antônio Fernandes Braga, negociante em Montevideo, e com urgência. Seu amigo e camarada. Visconde do Herval<sup>95</sup>

Na carta acima, pode-se perceber que Osório mencionou a articulação do ainda então Marquês de Caxias na medida de concessão de pensão às viúvas de militares. As campanhas militares aproximavam os oficiais do Exército, que passaram a ter demandas próprias da função, sobretudo, após a Guerra do Paraguai. Todavia, no dia 13 de fevereiro de 1869, em Assunção, Corrêa da Câmara respondeu as duas correspondências de Osório, assinalando ter realizado as

<sup>94</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 31.01.1869. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência Recebida).

<sup>95</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 31.01.1869. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência Recebida).

solicitações feitas pelo general, tanto providenciando os papéis referentes a morte de militares durante batalhas no Paraguai, quanto mantendo os ânimos entre os chefes de cavalaria:

Tenho a honra de acusar as duas cartas do V. Ex. de 31 de janeiro estimando sobremodo que V. Ex. houvesse chegado a Montevideo melhor do seu incomodo como desejo que iguais melhoras tenha encontrado em sua viagem para a Província. Dei no mesmo dia cumprimento às ordens de V. Ex. fazendo extrair copias de sua carta e dando-lhes o destino que queria. A relação dos oficiais mortos na minha Divisão com os esclarecimentos que quer V. Ex. remeto-lhe nesta ocasião. Nada de novo neste Exército, que se conserva como V. Ex. deixou[...] espero mais tarde a V. Ex. porque para mim é certo que teremos necessidade de ir procurar o Lopez onde quer que ele esteja.<sup>96</sup>

Através dessa correspondência, verificou-se que Corrêa da Câmara assinalava a Osório a manutenção do engajamento no Exército, mesmo durante um período de poucos combates. Além disso, no final da correspondência, Corrêa da Câmara assinalou também sua expectativa pelo retorno de Osório aos campos de batalha. A liderança de Osório era significativa para o êxito das tropas no conflito. Dessa forma, em 23 de fevereiro de 1869, da cidade de Assunção, Corrêa da Câmara foi ainda mais enfático em sua expectativa de ter o regresso de Osório aos campos de batalha:

[...]estamos prevenidos para a marcha que deve fazer o Exército, não sabemos quando; e ansiosos esperamos pelo restabelecimento de V. Ex., porque nele vemos a garantia do seu regresso. Não falte V. Ex. porque a nossa decepção seria tão grande como e grande o nosso desgosto vendo-o separado de nós.<sup>97</sup>

Em abril de 1869, iniciou a Campanha da Cordilheira, uma longa guerra de guerrilhas para capturar Solano López e seus seguidores. O retorno de Manoel Luís Osório ao Paraguai aconteceu durante o final do mês de maio e o início do mês de junho de 1869, quando chega a localidade de Piraju-Par. A nova fase da Guerra do Paraguai ficou marcada por operações militares também conhecidas como caça a Solano López. Durante essa fase da guerra, a principal arma do Exército para o fim do conflito, eram as tropas de cavalaria.

Durante a nova fase do conflito, os problemas em suprir meios para a continuação da guerra, tais como: a falta de cavalos aptos para marchar em busca de Solano López e a escassez de recursos para alimentar as tropas. Ambas fizeram parte das principais reclamações realizadas pelos comandantes das tropas do Exército. O acesso a víveres às tropas do Exército imperial

---

<sup>96</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 13.02.1869. OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. op. cit.p.544-545.

<sup>97</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 23.02.1869. OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. op. cit.p.546.

durante a Guerra do Paraguai, aconteceu por meio do estabelecimento de contratos com fornecedores. No entanto, em certas oportunidades os chefes militares mandavam suas forças recolherem o gado solto pelos campos paraguaios, para a subsistência de suas tropas. Não foram raras as situações de fome nas tropas do Exército.<sup>98</sup>

Para o general Corrêa da Câmara, o abastecimento das tropas poderia ser intermediado por oficiais do Exército e/ou por comandantes das tropas. Tal procedimento, segundo ele, reduziria as longas demoras na obtenção de meios para prosseguir com a caça a López. Em 20 de junho de 1869, Osório estava em Piraju-Par e explicava a Corrêa da Câmara, em correspondência reservada, isto é, com certo grau de confidencialidade, que um ofício remetido pelo general Corrêa da Câmara seria destinado a autoridade responsável, mas que seria provável que o fornecimento de suprimentos ao exército permaneceria com os fornecedores. Assim escreve: "Ilustríssimo Sr. Corrêa da Câmara. Reservada. Vai subir o seu ofício a devida altura, porém creio que o fornecedor vencerá (...). Hoje há gado de fornecedor para a carneada. Seu camarada e amigo. Visconde do Herval."<sup>99</sup>

No trecho da carta exposto acima, Osório comenta a dificuldade de aprovação do ofício realizado por Corrêa da Câmara, justificando que naquele momento havia gado para ser abatido. O interesse de Corrêa da Câmara no fornecimento de víveres às tropas, devido a forma confidencial que tratava desse assunto com o general Osório, poderia ter relação com a tentativa de obtenção de vantagens e/ou de maiores vencimentos aos comandantes militares com a compra e a venda do gado solto que encontravam nos campos paraguaios.

Na segunda metade do ano de 1869, o fornecimento de víveres permanecia como o grande desafio para a sequência da perseguição a Lopez. Apesar disso, Osório destacava, no dia 29 de outubro, em Capivari-Par, as vitórias conquistadas pelas tropas brasileiras: "Receba um abraço de alegria pela vitória que obtive e pelo mesmo motivo dê também um abraço no Joca." As vitórias que Osório mencionava referiam-se aos ataques realizados por tropas comandadas pelo general Corrêa da Câmara e pelo coronel João da Silva Tavares nas imediações de Conceição-Par. Em outro trecho dessa mesma correspondência, Osório reconheceu a precariedade do serviço de fornecimento às tropas:

[...]As providências para fornecimento do Exército, não estão nas proporções das necessidades; o que se tem passado lhe dirá o Braga. Creio que sua Alteza

---

<sup>98</sup> FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas-FFLCH-USP; FAPESP, 2001, p.123-150.

<sup>99</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 20.06.1869. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência Recebida).

resolveu que a sua correspondência seja com o general Victorino por se achar este no Porto do Rosário e pediu assim providência a satisfazer as requisições de V. Excelência mais prontamente.<sup>100</sup>

Nessa correspondência, Osório indicou que o major Braga iria informar Corrêa da Câmara sobre os problemas enfrentados no fornecimento regular de suprimentos às tropas imperiais. Além disso, também assinalou que, a partir daquele momento, o comandante das tropas imperiais, príncipe Conde d'Eu, havia determinado que a correspondência oficial de Corrêa da Câmara passasse a ser com o marechal Victorino de Almeida. O general Corrêa da Câmara remeteu a seguinte correspondência a Osório, em 05 de novembro de 1869, em Conceição-Par, destacando a necessidade de permanecer naquela localidade à espera de gado e de mulas para o carregamento de suprimentos:

Sabia antes da chegada do major Braga dos padecimentos desse Exército, e lamentando-os peço a Deus que se não reproduzam. Ter-me-ia acontecido o mesmo ou pior, se não regressasse a toda a pressa para este ponto, donde tive necessidade de mandar 2 vezes encontrar a infantaria com cargueiros de charque[...] Desgraçadamente eu não posso sair daqui enquanto não tiver chegado 800 rezes e 100 mulas, estas para carregar Charque para o depósito que na marcha pretendo fazer em Tacuaty, e aquelas para alimentar-me a força até encontrar-me com o inimigo. Não acha V. Ex. que isto é indispensavelmente necessário? O Cypriano e Chicuta que se acham, o 1º no Taquaral e o 2º no Pedernal, tinham já agarrado 100 e tantas rezes, rezes que necessito. Estou passando a Charque e guardando os meus bois como avarento a seu ouro.<sup>101</sup>

Nessa carta, Corrêa da Câmara afirmava estar em difícil situação com relação à alimentação, já tendo destacado forças de seu regimento para aprisionar o gado solto de localidades próximas à Conceição. Com relação ao procedimento realizado por Conde d'Eu, que colocou como seu interlocutor oficial o marechal Victorino, Corrêa da Câmara pediu para que Osório intervisse, usando sua influência junto a Victorino para que fossem enviados mais “dois corpos de cavalaria além de três batalhões”.<sup>102</sup>

A relação que Corrêa da Câmara e Osório haviam construído durante a guerra já nesse período mostrava-se ir além da esfera militar. Entretanto, a confiança nas operações militares comandadas pelo general Corrêa da Câmara não parecia ser unanimidade entre os oficiais do

<sup>100</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 29.10.1869. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência Recebida).

<sup>101</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 05.11.1869. OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. op. cit. p.638-639.

<sup>102</sup> Idem, p.639.

Exército. No dia 8 de novembro de 1869, Osório recebeu correspondência do marechal Victorino, na qual destacava que a demora das tropas comandadas por Corrêa da Câmara poderia comprometer o fim da guerra, caso López atingisse o rio Apa, onde: “[...]nenhum mal lhe poderá fazer o Câmara, porque mandou-me dizer que estava reunindo recursos para seguir por esses 15 dias. Ora, 15 dias de demora, e 20 para chegar ao Panadero, onde estará López então?”<sup>103</sup>

Esse trecho da correspondência do marechal Victorino ao general Osório revelava a insatisfação de Victorino com a demora de Corrêa da Câmara. O que faz crer que os conflitos pessoais e políticos entre os oficiais do Exército imperial podem ter sido causadores do prolongamento das operações militares no Paraguai. O desafeto entre Corrêa da Câmara e Victorino de Almeida, por exemplo, já havia se manifestado anos antes de iniciar o conflito em terras paraguaias, em 1847, quando o então tenente Corrêa da Câmara servia na 7ª Companhia do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, e estava sob ordens interinas do capitão Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro. Certa vez, Victorino acusou Corrêa da Câmara de ter sido indisciplinado e por ter mentido para conseguir uma licença de saúde. Corrêa da Câmara acabou preso por 16 dias. A acusação de Victorino ficou presente no livro de Registro da conduta de oficiais. Conforme Victorino, Corrêa da Câmara era um oficial de “boas qualidades sociais, mas não será nunca bom oficial, pouco entende do serviço e é insubordinado”. O episódio foi encaminhado e submetido a um Conselho de Investigação, cujo resultado favoreceu Corrêa da Câmara, “sendo julgadas improcedentes as acusações”.<sup>104</sup>

A rivalidade estabelecida por Corrêa da Câmara em relação a Victorino, que se tornou posteriormente um dos chefes do Partido Conservador no Rio Grande do Sul, pode ter contribuído decisivamente para que o Visconde de Pelotas tenha optado por representar o Partido Liberal em sua província. Através de questões como essa, pode-se perceber que os bastidores das tramas políticas no século XIX, que envolviam chefes militares e políticos de diferentes localidades, eram formadas por meio de estratégias de alianças construídas a partir de laços pessoais. As preferências políticas também poderiam aproximar os chefes militares. A correspondência de Corrêa da Câmara a Osório no dia 30 de novembro, sugere que permanecia aliado ao Partido Liberal:

---

<sup>103</sup> Carta de Victorino Ribeiro de Almeida a Manoel Luís Osório. 08.11.1869. OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. op. cit. p.639.

<sup>104</sup> CAMARA, Rinaldo Pereira da. *O Marechal Câmara: reflexões introdutórias à sua biografia. (V.1)*. op. cit. p.361-368.



Quanto a meu modo de pensar na política de meu país, me parece que não seria na minha idade, e depois meus precedentes, que eu teria necessidade de fazer uma nova profissão de fé; nem meus amigos serão injustos para comigo ao ponto de exigirem de mim uma ratificação de princípios; mas, se o querem, declaro: ainda não desertei do Partido Liberal. Pelo que respeita às ulteriores disposições do Partido, eu confio na união, na firmeza, e civismo dos cidadãos que o dirigem empresando-me para prestar-lhe, se me for permitido voltar ao lar pátrio, o meu débil, mas decidido concurso, como sempre. Autorizo a fazer o uso que quiser desta carta.<sup>105</sup>

Na carta acima, pode-se perceber que os interesses dos dois generais também se aproximavam com relação à questão política/partidária na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. A manifestação de Corrêa da Câmara, revelando sua manutenção no projeto político liberal torna-se significativa, na medida em que revela também a aproximação dele com Osório, durante a Guerra do Paraguai. Essa aproximação pode ter sido importante para a permanência de Corrêa da Câmara como integrante do Partido Liberal. Foi nessa fase do conflito que conquistou grande notoriedade e prestígio. Isso pode explicar a sua manifestação de compromisso com o Partido Liberal. Esse diálogo pode ter interferido também nas pretensões políticas de Corrêa da Câmara após o término da guerra.

Manoel Luís Osório retornou à província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em novembro de 1869. O principal motivo de seu retorno era o de tratar de sua saúde, debilitada devido às atividades e aos ferimentos decorrentes de sua atuação nos campos de batalha, que novamente o incomodavam. A saída do general Osório da Guerra do Paraguai aconteceu em 24 de novembro de 1869. Algumas das cartas remetidas por Osório foram escritas em trânsito, durante o seu retorno ao Rio Grande do Sul.

Em 30 de novembro de 1869, em Assunção no Paraguai, Osório enviou a seguinte correspondência pessoal ao general Corrêa da Câmara, avisando de sua saída do conflito:

Excelentíssimo Amigo e Sr. General Câmara.  
Aqui cheguei esta noite de passagem para Pelotas, deixando o Exército por se terem agravado os meus padecimentos. Felizmente em momentos que aprecio o justo crédito que Vossa Excelência tem adquirido as mais que bem fundadas esperanças que todos depositam em Vossa Excelência. Mande-me as suas ordens e notícias de sua saúde, Vossa Excelência sabe que é seu amigo e admirador o Visconde do Herval. Despeço-me e abraço aos nossos bons camaradas e a todos ofereço o que poderá prestar-lhes o camarada que admira de confiança e valor de cada um deles.<sup>106</sup>

---

<sup>105</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 30.11.1869. OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. op. cit. p.637.

<sup>106</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 30.11.1869. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência Recebida).

Nessa correspondência, é possível visualizar que as expectativas do general Osório, quanto ao desempenho das tropas brasileiras na Guerra do Paraguai, estavam depositadas no general Corrêa da Câmara. A cordialidade entre esses chefes militares, há que se ressaltar, pois permanece mesmo durante as operações militares. Com a saída da guerra, ao retornar ao Rio Grande do Sul, Osório dirige-se à cidade de Pelotas onde se concentrou em reestruturar a fortuna que havia dispendido durante os anos em que esteve na guerra. Todavia, mesmo distante dos campos de batalha, não deixou de se corresponder com oficiais do exército imperial que permaneciam no Paraguai.

Em resposta à carta de despedida de Osório da guerra e de seus camaradas do Exército, Corrêa da Câmara remete, em 08 de dezembro de 1869, em Conceição-Par, a seguinte correspondência:

Respondo penhoradíssimo a carta de Vossa Excelência de 30 do mês passado. Agradeço cordialmente as expressões benévolas de Vossa Excelência sentindo somente não poder orgulhar-me por as ter merecido. Bem pouco é o que tenho feito e o que poderei fazer ainda; mas, sobram-me desejos e boa vontade para bem servir ao meu país; sentindo-me feliz em lembrar-me que em Vossa Excelência tive o Mestre e o mais nobre exemplo de inimitável dedicação e sublime abnegação. Vou na minha comissão lutando com embaraços que dificilmente e com a maior morosidade vou vencendo.<sup>107</sup>

Através dessa correspondência pessoal, além das cordialidades ao camarada Osório, pode-se perceber que Corrêa da Câmara permanecia em Conceição-Par, local em que se manteve ao menos até o fim de dezembro 1869, quando combateu a vanguarda de López em Cambacibá-Par. Após esse combate, retornou à localidade de Conceição-Par, onde permaneceu durante janeiro e fevereiro de 1870 preparando as ações militares que dariam fim à guerra. Durante os primeiros meses de 1870, Corrêa da Câmara passou a monitorar os movimentos de Solano López, por meio de informações de prisioneiros e de soldados desertores. A demora na captura de Solano López fazia com que as expectativas pelo fim do conflito fossem diminuindo.<sup>108</sup>

Durante janeiro e fevereiro de 1870, muitos oficiais do Exército imperial já haviam retornado ao Brasil, assim como boa parte dos corpos dos voluntários da pátria começavam a retornar. Conde d'Eu, comandante do Exército em operação no Paraguai, em 6 de fevereiro de 1870, remeteu correspondência a Corrêa da Câmara mostrando-se pouco esperançoso com o fim do conflito, destinando seus esforços para a organização do retorno das tropas dos

<sup>107</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 08.12.1869. OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. op. cit. p.644.

<sup>108</sup> OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. op. cit.,p.639-641.

voluntários da pátria ao território brasileiro: “Quanto à perseguição à Lopez a entrego ao marechal e a Vossa Excelência, certo que se for possível capturar esse monstro, ele será por Vossa Excelência.” O marechal a quem o Conde d’Eu referia-se era Victorino de Almeida, e o fim do conflito cabia as tropas comandadas pelo general José Antônio Corrêa da Câmara.<sup>109</sup>

O fim da Guerra do Paraguai ocorreu em 1º de março de 1870, em Cerro Corá, quando as tropas comandadas por Corrêa da Câmara alcançaram Solano López. No dia 17 de março, José Antônio Corrêa da Câmara foi agraciado com o título de Visconde de Pelotas e, no dia seguinte, em 18 de março de 1870, é promovido a marechal-de-campo, por ter comandado as expedições que resultaram na morte de Solano López e no término do conflito. Além disso, em 16 de abril de 1870, foi promovido a comandante-chefe do Exército imperial estacionado no Paraguai, após o embarque de Conde d’Eu ao Brasil.

A notícia do fim do conflito não demorou muitos dias para que as primeiras correspondências fossem enviadas do Paraguai às províncias do Império, noticiando o triunfo de Corrêa da Câmara às margens do rio Aquidabã e a vitória do Exército imperial brasileiro na guerra. Com isso, José Antônio Corrêa da Câmara passou a receber correspondência de políticos, de militares, de parentes e de correligionários. Apesar de não ter remetido cartas a Corrêa da Câmara durante o ano de 1870, Manoel Luís Osório se tornou o seu principal correspondente nos anos seguintes.

As temáticas que envolvem as cartas do Marquês do Herval ao Visconde de Pelotas, em grande parte, revelam que os interesses desses indivíduos, enquanto membros da estrutura política e burocrática imperial, estavam amplamente associadas às decisões políticas e militares da província de São Pedro.

Sendo eles companheiros de farda, os conflitos nas regiões fronteiriças também fizeram parte de suas comunicações. Com o término do conflito em terras paraguaias, iniciava-se uma nova passagem da relação entre as elites sul-rio-grandenses e o governo imperial, isto é, os conflitos não seriam mais a favor ou contra o Império, mas pelo controle político provincial e pelo acesso ao mundo político da Corte.<sup>110</sup>

Nessa linha de pensamento, acredita-se que compreender os interesses envolvidos na defesa e/ou nas demandas fronteiriças possibilitaram o entendimento do conteúdo presente nas cartas de Osório e de Corrêa da Câmara relacionados à temática fronteira. Portanto, no item

---

<sup>109</sup> Carta de Gastão de Orleans (Conde D’Eu) a José Antônio Corrêa da Câmara. 06.02.1870. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência Recebida).

<sup>110</sup> VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. op. cit. p.11.

seguinte, serão analisados os conflitos fronteiriços e os interesses dos chefes militares sul-rio-grandenses na região da fronteira da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

### **23. Guerra e Comunicação na Fronteira: os interesses das elites rio-grandenses nas fronteiras da província de São Pedro do Rio Grande do Sul**

A política implementada pela Coroa em buscar aproximação com as elites rio-grandenses, especialmente após a Revolução Farroupilha, promoveu o suporte militar principal para a consolidação da hegemonia política imperial na região do Prata. Os enfrentamentos bélicos de fronteira contribuíram para a formação de estratégias que dependiam de relações familiares e de complexas alianças políticas e militares. Foi nesse espaço conflituoso que se constituiu no território rio-grandense uma elite de guerra, que procurou multiplicar o seu poder e a sua influência por meio de alianças, reciprocidades e serviços oferecidos à Coroa. Em outras palavras, para a Corte imperial, tornou-se “imprescindível a participação dos estancieiros e de seus agregados na defesa e conquista do território”. Em consequência disso, a Corte teve de negociar espaço políticos com as elites de terra e de guerra da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.<sup>111</sup>

A partir da segunda metade do século XIX, a província de São Pedro do Rio Grande do Sul passou por transformações relacionadas ao acesso às terras. A aplicação da Lei de Terras na província propiciou a aproximação do Império com as elites rio-grandenses. A participação das elites nesse processo abriu espaço para apropriação de terras nas áreas florestais a oeste da província. O controle e a posse dessas áreas, que “eram ricas em erva-mate, férteis para a agricultura e próprias para a criação de colônias imigrantes”, dependia da conivência da presidência da província encarregada de legitimar as posses, a medição e o controle das terras públicas. Nessa perspectiva, pode-se considerar que os negócios relacionados às propriedades e às atuações dos estancieiros rio-grandenses, nas regiões de fronteira, entre 1850-1880, estiveram no centro das negociações políticas entre as elites milicianas da província de São Pedro e a Corte.<sup>112</sup>

Após a Guerra do Paraguai, o governo imperial continuou a monitorar as fronteiras da província sul-rio-grandense. Os conflitos civis nos países limítrofes à fronteira da província

<sup>111</sup> VOGHT, Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima (Org.). *Vale do Rio Pardo: (Re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, p.84.

<sup>112</sup> CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010, p.63.

motivaram o interesse do governo imperial em saber o que estava acontecendo na região platina. Ter boas relações com a elite fronteiriça poderia render informações necessárias à Corte. Assim, em janeiro de 1871, Corrêa da Câmara foi nomeado inspetor dos corpos estacionados no Rio Grande do Sul, cargo que desempenhou até 17 de agosto de 1872. O cargo poderia render o estabelecimento de relações de compromissos e de vínculos com os comandantes de regimentos da província, porém a função era submetida ao comando das armas da província, que era desempenhada naquele momento por Victorino de Almeida, Barão de São Borja.<sup>113</sup>

Contudo, o principal ponto de tensão desse período foi a situação das fronteiras do Rio Grande do Sul com as nações vizinhas. Em 11 de janeiro de 1871, da cidade de Porto Alegre, Corrêa da Câmara em correspondência a Osório mostrava que a situação de abandono nas fronteiras do Império poderia levar os conflitos das nações vizinhas ao território da província:

Sei que partiu para o Alto Amazonas o coronel Tibúrcio com ordem de reparar alguns fortes que aí temos e construir outros. O nosso paternal governo espreguiça-se, pois, sendo de esperar medidas sérias quando de todo despertar. Então será talvez um pouco tarde, e quem sabe se não teremos de ver reproduzidas as cenas de 1865.<sup>114</sup>

Na carta acima, pode-se perceber que Corrêa da Câmara fazia críticas ao governo imperial, ora comandado pelo Gabinete de José Antônio Pimenta Bueno (Visconde de São Vicente), do Partido Conservador. Apesar das críticas, Corrêa da Câmara ressaltou a tentativa de fortificar as fronteiras com a nomeação do coronel Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza, veterano da Guerra do Paraguai. A falta de proteção nas fronteiras poderia levar ao princípio de mais um conflito, assim como havia acontecido em 1865, durante a invasão das tropas paraguaias ao território do Rio Grande do Sul.

A troca de informações entre Osório e Corrêa da Câmara é expressiva durante esse período, pois evidencia as preocupações desses chefes militares com as notícias que chegavam dos conflitos que aconteciam nas nações vizinhas. A troca de informações entre os militares dependia das relações desses indivíduos com os líderes locais da fronteira. Em muitos casos, os conflitos no território uruguaio e/ou nas províncias argentinas atingiam os interesses de estancieiros sul-rio-grandenses que possuíam terras ou negócios na região. O Marquês do Herval possuía uma estância no Estado Oriental e mostrava sua preocupação ao camarada e

---

<sup>113</sup> CAMARA, Rinaldo Pereira da. O Marechal Câmara: reflexões introdutórias à sua biografia. (V.1). *op. cit.* p.450-451.

<sup>114</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 11.01.1871. (IHGB – Coleção General Osório - Correspondência recebidas – L.237).

amigo Visconde de Pelotas, com relação ao trânsito das tropas de rebeldes orientais na fronteira. Em 12 de janeiro de 1871, o Marquês do Herval relatava que:

[...] A imigração pela nossa fronteira dos beligerantes orientais é um pouco avultada. A batalha de fato diminuiu a Infantaria e Artilharia dos Blancos e a Cavalaria dos colorados. Esta diferença de força fará a guerra longa. O nosso Fidelis recebeu dinheiro do governo oriental, fez sua proclamação e está reunindo ao Norte do Rio-Negro; já vê V.Ex. que nas fileiras de ambos os exércitos o grande número de nossos patrícios e me noticiam que não respeitam nacionalidades nas reuniões que fazem. Seu amigo e Camarada Marquês do Herval.<sup>115</sup>

Essa correspondência demonstra a tensão que perdurou na fronteira durante o período posterior a Guerra do Paraguai. Outrossim, a carta acima revela a participação, em ambos os lados do conflito, de indivíduos provenientes da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Vale ressaltar que não foi somente nesse período que os interesses das elites de terra e de guerra dessa província estiveram entrelaçados aos assuntos relacionados à fronteira com as nações platinas. Mesmo que o contexto impossibilitasse outra missão ou intervenção militar externa, os residentes nessa região de fronteira mostravam sua insatisfação.<sup>116</sup>

A fronteira da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, tanto com a República Oriental do Uruguai quanto com as antigas províncias unidas de Buenos Aires, tem sido ressaltada por um número considerável de pesquisas acerca das funções políticas, econômicas e sociais desse território. De acordo com Thompson e Farinatti, os territórios de fronteira podem ser analisados por meio da atuação dos indivíduos, isto é, a partir das experiências pessoais e relacionais entre os envolvidos nesse espaço. Dessa forma, a “fronteira manejada” foi o recurso identificado por esses autores com o intuito de ressaltar que tal fronteira não era demarcada por um local fixo, mas sim por “algo instável, dinâmico e sempre disputado, podendo ser constantemente resignificado, assumindo diferentes sentidos para os diversos atores sociais em diversos contextos.” Dessa forma, o espaço fronteiriço platino é entendido como um território dinâmico, de intenso intercâmbio e de não raros conflitos ao longo do século XIX. A ocupação, a organização e a construção desse território estiveram amplamente associadas às dinâmicas políticas decorrentes do processo de independência e de consolidação dos Estados

---

<sup>115</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 12.01.1871. (IHGRS - Fundo General Câmara - correspondência recebida).

<sup>116</sup> CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. op. cit. p.74.

Nacionais do Brasil, da Argentina e do atual Uruguai. Ou seja, os elementos que compuseram esse cenário político-social produziram forte influência na constituição social da fronteira.<sup>117</sup>

Em 12 de janeiro de 1871, da cidade de Porto Alegre, Corrêa da Câmara assinalou, em correspondência enviada a Osório, que os conflitos no Estado Oriental e na província de Entre Rios demorariam a cessar:

Ex. Sr. Marquês do Herval. Tenho o prazer de responder a carta de V. Ex. vejo pelos últimos acontecimentos do Estado Oriental e Entre Rios, que a guerra promete durar em ambos os países, parecendo-me mesmo, que os dois governos precisão entrar em acomodações com os rebeldes, para terem a paz.<sup>118</sup>

No trecho da correspondência acima, Corrêa da Câmara destacava não somente os conflitos que aconteciam no Estado Oriental, mas também na província argentina de Entre Rios. As fronteiras da província abrigavam um conjunto grandioso de relações comerciais, políticas, sociais e militares. As alianças dependiam de múltiplas relações estabelecidas na fronteira do Rio Grande do Sul, entre sul-rio-grandenses e indivíduos de outros países. Assim, existia entre esses povos limítrofes uma “fronteira viva” que promovia o estabelecimento de alianças que dependiam da “inter-relação proporcionada pelo convívio intenso” na fronteira.<sup>119</sup>

As relações que Corrêa da Câmara e Osório constituíram do outro lado da fronteira eram valiosos canais de informação. Em 26 de janeiro de 1871, de Porto Alegre, Corrêa da Câmara assinalava a Osório, as informações que recebia da situação na fronteira: “As últimas notícias que me dá o Rio da Prata prometem longa duração da guerra, que não terminará, segundo penso, sem que os respectivos governos façam concessões aos rebeldes.”<sup>120</sup>

Apesar da situação da fronteira promover preocupação entre Corrêa da Câmara e Osório, torna-se relevante ressaltar que os conflitos fronteiriços serviam, muitas vezes, como

---

<sup>117</sup> THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; FARINATTI, Luís Augusto E. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Experiências Nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo, 2009, p.159.

<sup>118</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 12.01.1871. (IHGB – Coleção General Osório - Correspondência recebidas – L.237).

<sup>119</sup> FERRER, Francisco. *Brasil e Uruguai: a “fronteira viva” como estopim para a eclosão da Guerra do Paraguai*. HISTORIAE, Rio Grande, 2010, p.32.

<sup>120</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 12.01.1871. (IHGB – Coleção General Osório - Correspondência recebidas – L.237).

possibilidade de ganho para as elites da província. Durante a Guerra do Paraguai, a indústria de charque da cidade de Pelotas alcançou número recorde de exportações.<sup>121</sup>

Em contextos bélicos, chefes militares e comandantes de fronteiras encontravam liberdade de ação necessária e autorizada para atuarem não somente servindo aos interesses do Estado Imperial. Apesar de tais práticas não deixarem de acontecer também em contextos não bélicos. Entretanto, vale a pena destacar que a dinâmica de tensão política na região fronteira platina, logo após o término da Guerra do Paraguai, deixou “os comandantes de fronteira em estado de alerta”.<sup>122</sup>

Sendo Osório proprietário de terras no Estado Oriental do Uruguai, a Estância do Cruzeiro em Arapeí-Uru, não se torna difícil acreditar que a guerra nos países vizinhos poderia prejudicar seus negócios. No trecho da correspondência do dia 16 de julho de 1871, na cidade de Pelotas, Osório relatou a Corrêa da Câmara que havia tentado influenciar na paz dos países vizinhos, mas que não havia conseguido: “Com efeito não consegui a paz dos vizinhos, e nem a pensam. Porém dei um passo largo e creio que conseguirá intervir o governo Argentino, aonde a muito se trabalha. Seu amigo e camarada. Marquês do Herval.”<sup>123</sup>

Nessa carta, pode-se inferir que Osório buscou utilizar de seu prestígio com lideranças do Prata para o término dos conflitos na fronteira. As atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias e pelos círculos sociais próximos de Corrêa da Câmara e de Osório na província estavam ligadas às atividades econômicas da fronteira. Os interesses das elites na região fronteira aconteceram devido a essa região permitir a inter-relação de pessoas e o intercâmbio de mercadorias. Tais práticas estavam amplamente imbricadas em redes de relações cujas atividades econômicas estavam associadas ao comércio, ao contrabando de mercadorias e/ou às arreadas de gado.<sup>124</sup> As relações familiares e de compadrio entre autoridades militares de destaque permitiram que contrabandistas agissem com a proteção e as conveniências de autoridades políticas e militares.

---

<sup>121</sup> VARGAS, Jonas M. “Entre Jaguarão e Tacuarembó”: Os charqueadores de Pelotas (RS) e os seus interesses políticos e econômicos na região da campanha rio-grandense e no norte do Uruguai (c. 1840- c. 1870). ESTUDIOS HISTORICOS - CDHRPyB- Año V - Diciembre 2013 - Nº 11, p.18-19.

<sup>122</sup> CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. op. cit. p.71.

<sup>123</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 16.07.1871. (IHGRS - Fundo General Câmara - correspondência recebida).

<sup>124</sup> Importante ressaltar que o contrabando era uma prática que acontecia em ambos os lados da fronteira. Ao longo do século XIX, os produtos que transitavam pela fronteira entre o Brasil e o Uruguai, por meio do comércio lícito e/ou por meio do contrabando eram variados, dentre eles se destacam o “comércio” de gado, de produtos manufaturados, industrializados e agrícolas (erva-mate, farinha, fumo, cachaça etc). Para informações detalhadas acerca da prática do contrabando e dos seus principais agentes, sugere-se: THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul - (1851-1864)*. Dissertação (Mestrado História). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2007, p.15-20.



A família Osório tinha propriedades na região de Pelotas e no Arapeí, do outro lado da fronteira com o Estado Oriental. Além disso, Osório possuía vínculos aproximados com ricos charqueadores de Pelotas, como: João Antônio Moreira, Barão de Butuí. O interesse dos charqueadores, na região platina, entre outras razões, era o de estabelecer concorrência com os preços do charque produzido nos países vizinhos. Após o fim da Guerra do Paraguai, Osório utilizou do empréstimo de João Moreira para retomar os negócios em suas propriedades. A relação entre as elites de guerra e de terra da província era algo construído a partir de amplos vínculos sociais.<sup>125</sup>

As atividades econômicas desempenhadas por integrantes da família Corrêa da Câmara estavam amplamente ligadas às atividades militares, mas também comerciais e mercantis. Os vínculos da família com a fronteira começaram a ser estabelecidos pelo avô materno de José Antônio, Patrício Corrêa da Câmara, o 1º Visconde de Pelotas. Patrício foi comandante da fronteira de Rio Pardo, onde atuou em diversos conflitos que anexaram territórios à Coroa, além de atuar na concessão de sesmarias.<sup>126</sup>

Nesse sentido, grupos mercantis, assim como “comerciantes de Rio Grande e Porto Alegre, através de representantes na Assembleia Legislativa, jornais e Associações Comerciais, buscavam meios de proteger seus mercados de produtos contrabandeados.”<sup>127</sup>

A construção de linhas férreas na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, conquistada pela representação liberal na esfera política da Corte, estavam ligadas as tentativas das elites de favorecerem o intercâmbio comercial na província e também de facilitar a proteção das fronteiras. O projeto das ferrovias da província de São Pedro contou com ampla participação dos chefes políticos do Partido Liberal: Manoel Luís Osório, Gaspar Silveira Martins e José Antônio Corrêa da Câmara. A aprovação da proposta foi comandada por Silveira Martins na Câmara de Deputados, enquanto o parecer estratégico das linhas férreas, foram traçadas por Corrêa da Câmara e por Osório. As negociações referentes à construção das linhas férreas na província aconteceram durante o ano de 1873 e serão trabalhadas no próximo capítulo.

---

<sup>125</sup> VARGAS, Jonas M. “Entre Jaguarão e Tacuarembó”: Os charqueadores de Pelotas (RS) e os seus interesses políticos e econômicos na região da campanha rio-grandense e no norte do Uruguai (c. 1840- c. 1870). *op.cit.*, p.20.

<sup>126</sup> O pai e o sogro de Corrêa da Câmara, José A. Fernandes Lima e José Feliciano Fernandes também tiveram atuação aproximada com os setores mercantis da província. Ambos atuaram na Alfândega de Porto Alegre. José Feliciano chegou a receber o título de Visconde de São Leopoldo, por ter sido entusiasta na organização das colônias de imigrantes alemães. CAMARA, Rinaldo Pereira da. O Marechal Câmara: reflexões introdutórias à sua biografia. (V.1). *op. cit.* p.108-120.

<sup>127</sup> FLORES, Mariana F. C. Thompson. Contrabando na fronteira meridional do Brasil – por fora e por dentro da Alfândega (1845-1889). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo, v.4, n.7, 2012, p.132.

O contrabando na fronteira também gerou a discussão sobre a criação da “Tarifa Especial” para a província de São Pedro do Rio Grande do Sul. As tratativas e discussões sobre o tema principiaram ainda na década de 1850, mas passaram a ser mais frequentes em 1864. Mesmo assim, a lei somente entrou em vigor no ano de 1879.

### **Capítulo III- "Dos campos de batalha à Corte imperial": atuação política do Visconde de Pelotas e do Marquês do Herval através de suas correspondências**

Considerando que as ações de mediação somente são efetivadas a partir de certas variáveis, como: o prestígio social que os indivíduos dispunham, o acesso aos cargos e aos títulos nobiliárquicos imperiais, bem como a habilidade de inserção em diversos círculos de sociabilidade, pretende-se estabelecer quais foram os elementos que habilitavam Corrêa da Câmara e Osório a atuar como mediadores entre os centros de poder provincial e imperial. Neste capítulo, o objetivo é discutir a atuação política do Visconde de Pelotas e do Marquês do Herval, enquanto chefes do Partido Liberal da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a partir dos principais assuntos e temáticas presentes nas correspondências por eles trocadas entre 1870-1879.

Para isso, este capítulo está dividido em três itens. O primeiro, *Sociabilidade e Política: as relações do Visconde de Pelotas e do Marquês do Herval*, tem por objetivo analisar os círculos de sociabilidade que os chefes militares, José Antônio Corrêa da Câmara e Manoel Luís Osório, constituíram. Para tanto, serão analisadas as correspondências que tratam desses encontros após o fim da Guerra do Paraguai. O segundo, *Negociações e Estratégias políticas nas correspondências do Visconde de Pelotas e do Marquês do Herval*, tem por objetivo analisar a atuação política do Visconde de Pelotas e do Marquês do Herval durante o início da década de 1870, período em que o Partido Liberal construiu grandes vitórias eleitorais na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Finalmente, o terceiro, *Diálogos entre Mediadores Políticos: as Correspondências do Visconde de Pelotas e do Marquês do Herval*, tem por objetivo analisar as mediações políticas que se configuraram nas correspondências trocadas entre o Visconde de Pelotas e o Marquês do Herval, já que os diálogos mantidos entre esses indivíduos envolviam importantes demandas políticas.

### 3.1. Sociabilidade e Política: as relações do Visconde de Pelotas e do Marquês do Herval

O retorno efetivo de José Antônio Corrêa da Câmara ao Brasil, após o fim da Guerra do Paraguai, aconteceu somente em setembro 1870, uma vez que havia ficado na incumbência de comandar as forças imperiais que continuavam a ocupar o Paraguai. Entre março e setembro desse mesmo ano, Corrêa da Câmara comunicou-se frequentemente com o ministro José Maria da Silva Paranhos (Partido Conservador) e, através dessas correspondências, Paranhos noticiava à Corrêa da Câmara as tratativas pela concessão de pensões e de títulos concedidos pelo Império aos oficiais do Exército e da Guarda Nacional da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.<sup>128</sup>

Em 21 de setembro de 1870, no Rio de Janeiro, Paranhos, em correspondência a Corrêa da Câmara, assinalou que o governo imperial iria oferecer: "várias pensões a oficiais da Guarda Nacional dessa província, que as merecem por seus serviços de campanha e escassez de recursos. O Sr. Herval, por outros motivos, terá provavelmente uma pensão igual a de V. Excelência e será a única dessa importância".<sup>129</sup>

A pensão concedida a José Antônio Corrêa da Câmara era de 6:000\$000 contos de réis, pelos feitos que significaram ao Império o fim do extenso conflito em terras paraguaias. Conforme a carta remetida por Paranhos, igualava-se ao valor recebido por Manoel Luís Osório. Além disso, ambos foram contemplados com títulos conferidos pelo Império: de Marquês do Herval a Manoel Luís Osório, em 29 de dezembro de 1869 e de Visconde de Pelotas a José Antônio Corrêa da Câmara, conferido pelo Império em 17 de março de 1870.<sup>130</sup>

Em 25 de setembro de 1870, José Antônio Corrêa da Câmara foi convidado a ocupar o Ministério da Guerra. No entanto, o Ministério seria comandado pelo Partido Conservador sob supervisão do Visconde de São Vicente, que seria o novo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Em 25 de outubro de 1870, remetia a seguinte correspondência a Corrêa da Câmara, insistindo em ouvir a sua resposta pessoalmente:

Ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Visconde de Pelotas cumprimenta o seu afetuoso amigo Visconde de São Vicente, e rogo a Vossa Excelência de

<sup>128</sup> A retirada completa de tropas imperiais do Paraguai, ocorreu apenas em 1876. CAMARA, Rinaldo Pereira da. *O Marechal Câmara: reflexões introdutórias à sua biografia*. (V.1). op. cit. p.452.

<sup>129</sup> Carta de José Maria da Silva Paranhos a José Antônio Corrêa da Câmara. 21.09.1870. (IHGRS - Fundo General Câmara - correspondência recebida).

<sup>130</sup> OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. op. cit. p.449; CAMARA, Rinaldo Pereira da. *O Marechal Câmara: reflexões introdutórias à sua biografia*. (V.1). op. cit. p. 647.

cuja casa vem, o obséquio de chegar à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros onde o estão esperando.<sup>131</sup>

A viagem do Visconde de Pelotas à Corte e os motivos que o fizeram negar o convite para assumir o Ministério da Guerra, em reunião com o Presidente do Conselho de Ministro, foram registrados em um dos volumes de sua biografia. A explicação sobre a recusa à Pasta da Guerra é pontuada por Rinaldo Pereira da Câmara como trama política construída pelo gabinete do Visconde de São Vicente que, segundo ele, tinha como objetivo atrair o Visconde de Pelotas ao Partido Conservador por meio do convite ao ministério. No entanto, o Visconde de Pelotas, alegando problemas de saúde e incapacidade de desempenhar o cargo, recusa a proposta.<sup>132</sup>

As razões dessa recusa apresentadas em sua biografia são distintas das divulgadas pelo Periódico Liberal “O Novo Mundo”, radicado em Nova York. Conforme consta em o “Novo Mundo”, o chefe militar sul-rio-grandense “não podia aceitar a pasta porque os seus princípios políticos não eram os do Gabinete a quem se entregavam a direção do Estado”.<sup>133</sup>

Nesse sentido, as motivações que levaram à recusa de Corrêa da Câmara em aceitar o comando de tão significativo cargo, alinhava-se aos compromissos forjados entre ele e os chefes políticos do Partido Liberal, antes de receber qualquer convite pelo Partido Conservador. Mesmo que por cordialidade, Corrêa da Câmara, ao se dirigir a um ministro do Império, não tenha dado as mesmas explicações que foram divulgadas tanto pelo periódico Novo Mundo quanto em sua biografia, foi de fundamental importância para esta pesquisa trazer as diferentes versões que retratam a política e os discursos políticos no século XIX. Dessa forma, prosseguindo com as justificativas de Corrêa da Câmara, o periódico o Novo Mundo ressaltava que:

O ínclito general professou as ideias liberais; e posto que não tivesse ainda tomado parte ativa nas lutas políticas do país, o seu posicionamento, as suas crenças, não o deixaram fascinar-se, e rejeitou a parte de que o queriam encarregar. Tão nobre e ativo procedimento valeu-lhe o aplauso geral.<sup>134</sup>

---

<sup>131</sup> Carta de José Antônio Pimenta Bueno a José Antônio Corrêa da Câmara. 25.10.1870. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência Recebida).

<sup>132</sup> CAMARA, Rinaldo Pereira da. *O Marechal Câmara: reflexões introdutórias à sua biografia*. (V.1). op. cit. p.55.

<sup>133</sup> O Novo Mundo, Periódico Ilustrado. 23.10.1873. P.15. O Novo Mundo, Periódico Ilustrado, era editado em Nova York (1870-1875) tinha como principal redator e proprietário, José Carlos Rodrigues (1844-1933). Para melhor compreender o surgimento desse periódico, ver: ASCIUTTI, Monica Maria Rinaldi. Um lugar para o periódico O Novo Mundo (Nova York, 1870-1879). Dissertação (Mestrado em História) Universidade de São Paulo, SP, 2010.

<sup>134</sup> O Novo Mundo, Periódico Ilustrado. 23.10.1873. p.15.

A tentativa de cooptar o general Câmara para as forças políticas conservadoras, mesmo sabendo de sua liderança no Partido Liberal, também poderia ser uma tentativa de enfraquecer a coesão política demonstrada entre os chefes liberais rio-grandenses no início da década de 1870. A sedução de figuras políticas que possuíam prestígio e notoriedade faziam parte das estratégias utilizadas nas tramas políticas oitocentistas, na perspectiva de criar fissuras nas alianças políticas do partido opositor.

Contudo, entende-se que os interesses e a boa convivência de Corrêa da Câmara com integrantes do Partido Liberal da província de São Pedro do Rio Grande do Sul foram determinantes nessa conjuntura. Isso fica nítido através das palavras escritas e assinadas por membros do Diretório Liberal de Porto Alegre ao Visconde de Pelotas, em 14 abril de 1870:

Ilustre e Excelentíssimo Senhor. O Diretório Liberal desta Província, compreendendo as vantagens da paz, da terminação dessa guerra que o Brasil sustentou com tanta galhardia e nobreza como com denodo e tenacidade, vem cheio de gratidão e entusiasmo saudar a Vossa Excelência por ter sido o general feliz, que nos campos de Aquidaban pôs remate às glórias dos bravos que em terras estranhas souberam honrar o seu país, desagravando-o de afrontas feitas à sua honra e integridade nacional. O diretório Liberal sente a maior satisfação em ver as honras com que o Governo Imperial o distinguiu; e assegura a Vossa Excelência do quanto está animado de prazer por vê-lo assim distinto entre os que deram pela pátria o sacrifício de fadiga sem conta, de sangue e de vida. Deus guarde a Vossa Excelência por dilatados anos. Sala do Diretório Liberal aos 14 de abril de 1870. Ilustre e Excelentíssimo Senhor Marechal de Campo Visconde de Pelotas. Assinado: Presidente, Conde de Porto Alegre; Secretário Dr. José Antônio do Valle Caldre Fião; José Pinto da Ferreira Guimarães; Timóteo Pereira da Rosa; Dr. Luís da Silva Flores; Florêncio Carlos de Abreu e Silva; Antônio Corrêa de Oliveira.<sup>135</sup>

Através da correspondência acima, pode-se assinalar que a sociabilidade que construiu com indivíduos pertencentes ao Diretório Liberal também influenciou na escolha de Corrêa da Câmara pela causa liberal. Além dos integrantes do Diretório, sua relação com o Marquês do Herval também foi determinante nessa decisão. Em 19 de outubro de 1870, da cidade de Rio Grande, mas partindo em viagem ao Rio de Janeiro, o Visconde de Pelotas a fim de explicar sobre os rumores de que assumiria o Ministério da Guerra junto ao Partido Conservador, endereçou a seguinte carta ao Marquês do Herval:

Estou à espera que a Barra me dê passagem para cumprir a ordem que por duas vezes tive, com urgência, de apresentar-me na Corte. Dizem-me que faço parte do atual ministério! Como a Vossa Excelência anunciou também custou-

<sup>135</sup> Carta do Diretório Liberal de Porto Alegre a José Antônio Corrêa da Câmara. 14.04.1870. (IHGRS - Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

me a crer em semelhante nomeação. Não sei se a insistência em chamarem-me ao Rio tem por fim obrigar-me a aceitar a pasta, que por telegrama, já recusei. Se for assim, terei de lutar com o Rei, luta que me constrangerá, mas que me não mete medo. Penso estar de volta muito breve, então terei o prazer de abraçá-lo. De V. Excelência, amigo afeiçoado e dedicado servo. José Antônio Corrêa da Câmara.<sup>136</sup>

Na carta acima, nota-se que a relação aproximada do Visconde de Pelotas com o Marquês do Herval também foi decisiva para a negativa ao Ministério da Guerra. Nesse sentido, atenta-se para os locais de convivência e as ocasiões que possibilitavam socialização entre os indivíduos. O cenário político dos anos posteriores à Guerra do Paraguai na província de São Pedro do Rio Grande do Sul possibilitou a ascensão política de indivíduos que possuíam vínculos sociais estreitos com os principais chefes militares dessa província.

Durante as campanhas militares, as relações de sociabilidade entre comandantes militares e oficiais do exército faziam com que o sistema social continuasse a reproduzir a lógica hierárquica da sociedade brasileira oitocentista. Em outras palavras, os códigos sociais estabelecidos nos círculos sociais mais distintos da Corte imperial não eram tão diferentes daqueles aplicados nos campos de batalha. Portanto, a relação aproximada entre comandantes militares e oficiais do exército estava amplamente relacionada a critérios sociais e políticos da sociedade imperial, em que a boa convivência e a troca de favores poderia produzir importantes retornos individuais. No caso de Corrêa da Câmara e Osório, o bom convívio ficava ainda mais visível através de suas correspondências.

Durante o ano de 1870, as correspondências entre Manoel Luís Osório e José Antônio Corrêa da Câmara foram escassas e, predominantemente, tratavam de assuntos referentes ao retorno das tropas do exército às respectivas províncias do Império. As festas, as homenagens, os bailes e os festejos que foram oferecidos aos oficiais do Exército Imperial, especialmente durante os anos de 1870-1871, também preencheram a agenda de compromissos de Osório e de Corrêa da Câmara. As oportunidades de aproximação entre elites do século XIX, como as homenagens oferecidas pelo fim da guerra, representavam oportunidades de acesso a espaços de sociabilidade únicos para sujeitos que buscavam alinhar laços de reciprocidade ou negócios políticos.

Tais espaços de sociabilidade não foram considerados pela historiografia política tradicional como um meio representativo das relações de poder no século XIX. Entretanto, aqui considera-se que os espaços de sociabilidade, os quais promoviam encontros entre os sujeitos

---

<sup>136</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 19.10.1870. (IHGB – Coleção General Osório - L.237).

das elites oitocentistas, estavam amplamente associadas aos debates ou aos compromissos políticos, especialmente, tratando-se de chefes militares e políticos da longínqua província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Nessa perspectiva, os encontros em festividades, homenagens, bailes, reuniões, serviam muitas vezes para aproximar ou confirmar interesses de indivíduos das mais variadas províncias e localidades, com círculos sociais distintos que integravam o mundo da Corte.

Após a Guerra do Paraguai, é oferecida a Osório, como recompensa aos trabalhos dedicados durante o conflito, uma homenagem pública na cidade de Porto Alegre. Na comissão de festejos, encontravam-se presentes sujeitos de destaque no cenário político da província, estando na presidência dessa comissão José Antônio Corrêa da Câmara, o Visconde de Pelotas.

Em carta remetida de Porto Alegre, em 04 de junho de 1871, o Visconde de Pelotas, juntamente com membros da Comissão de Festas do Diretório Liberal de Porto Alegre, quais sejam, José Pinto da Fonseca Guimarães, Gaspar Silveira Martins, Luís da Silva Flores, Manoel Soares Lisboa, Timóteo Pereira da Rosa, destinava ao Marquês do Herval o seguinte convite:

Ilustríssimo e Exmo. Snr. O Exército que gloriosamente desafrontou a Nação na grande guerra contra O Paraguai ofereceu a V. Ex. uma espada de honra, demonstração tanto mais especial, quanto espontânea, do alto apreço que tantos bravos consagram ao valor e méritos de V. Ex. Um acaso, que consideramos feliz, permitiu que o oficial comissionado pelo Exército para fazer entrega da preciosa insígnia, viesse à esta cidade antes de cumprir sua honrosa comissão. Do grêmio dos amigos e admiradores de V. Ex. partiu a ideia de convidar a V. Ex. para receber na Capital desta Província o objeto com que o Exército Brasileiro honrou os serviços de V. Ex. Essa ideia encontrou da parte da população mais uníssonas e completa adesão; de modo que a Comissão que subscreve se julga autorizada a convidar á V. Ex., em nome do povo de Porto Alegre, para vir aqui receber a espada de honra, destinada à V. Ex. a povo da Capital abraça pressurosa esta ocasião, que se lhe oferece de expandir os sentimentos de gratidão e alto apreço, em que tem os extraordinários serviços do bravo e benemérito General, a quem tanto deve a Nação pela sua desafronta, e pela glória de suas armas. A Comissão, interprete de seus sentimentos, espera que V. Ex. se dignará aceitar este convite, e designar a época em que possa realizar a sua vinda. Deus Guarde a V. Ex. - Visconde de Pelotas, José Pinto da Fonseca Guimarães, Gaspar Silveira Martins, Luís da Silva Flores, M. Soares Lisboa, Timóteo Pereira da Rosa.<sup>137</sup>

A homenagem ao general Osório aconteceu em 30 de julho de 1871. Chegando à capital, foi recepcionado pelo presidente da comissão de festejos, general José Antônio Corrêa da Câmara. Os dois seguiram juntos em cortejo pelas ruas de Porto Alegre. Em 06 de agosto de

---

<sup>137</sup> Carta do Diretório Liberal de Porto Alegre a Manoel Luís Osório. 04.06.1871. (IHGB - Coleção General Osório - L.237).



1871, foi organizada uma festa para a entrega de uma espada de honra ao general Osório, na qual foi recebido por uma comissão de militares cujo presidente era o então coronel Deodoro da Fonseca.<sup>138</sup>

As homenagens ao general Osório mantiveram-se durante todo o período que esteve em Porto Alegre. Osório retornou a Pelotas no dia 09 de agosto de 1871, após participar de uma série de festas, bailes e homenagens na cidade de Porto Alegre. Em 09 de setembro de 1871, já em Pelotas, Osório escreveu ao amigo José Antônio Corrêa da Câmara:

Excelentíssimo amigo Sr. Visconde de Pelotas.  
Há 3 dias e com boa viagem chegamos a esta cidade, ainda impressionado por tanto favor e consideração que me dispensaram meus camaradas e mais habitantes dessa capital, a que sempre recordarei com a maior gratidão.<sup>139</sup>

Na carta acima, pode-se perceber que Osório ainda se mostrava impressionado com as celebrações realizadas em sua homenagem, já que o momento propiciou a reunião dos principais chefes do Partido Liberal da província. Entretanto, nem sempre Osório, Corrêa da Câmara e os demais membros do Partido Liberal encontravam-se para decidir os pleitos e as candidaturas as quais iriam concorrer, em certas ocasiões, as negociações políticas se davam por meio das correspondências por eles trocada. As eleições e a representação do Partido Liberal na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foram temas frequentes de suas cartas. Durante as homenagens oferecidas, Osório e os membros do Diretório Liberal oficializaram a decisão do Partido Liberal em pleitear as eleições vindouras. Essa decisão pode ser observada na correspondência enviada pelo Visconde de Pelotas ao Marquês do Herval, em 23 de janeiro de 1872, da cidade de Porto Alegre, na qual se refere à reunião política realizada entre os chefes do Partido Liberal, durante as homenagens à Osório:

Excelentíssimo amigo e Senhor Marquês do Herval. Só hoje posso responder a carta de V. Ex. de 12 deste mês, tendo porém, por telegrama antecipado já a resposta que lhe daria. Pela carta inclusa do nosso amigo Dr. Flores, verá V. Ex. que o centro liberal desta capital está disposto a pleitear as futuras eleições, de acordo com o que se havia anteriormente combinado, em casa de V. Ex. quando aqui esteve. De V. Ex. amigo afetuosíssimo e camarada agradecido - Visconde de Pelotas.<sup>140</sup>

<sup>138</sup> OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. op. cit. p.668-669.

<sup>139</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 09.09.1871. (IHGRS - Fundo General Câmara - correspondência recebida).

<sup>140</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 23.01.1872. (IHGB - Coleção General Osório - L.233).

Na carta acima, pode-se inferir que durante a passagem do general Osório pela cidade de Porto Alegre aconteceram reuniões entre integrantes do Partido Liberal com a finalidade de construção da proposta de pleitear as eleições na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. A reunião mencionada pelo Visconde de Pelotas foi realizada na casa de parentes de Manoel Luís Osório, na cidade de Porto Alegre.<sup>141</sup>

O Partido Liberal reunia-se, muitas vezes, no Diretório Liberal de Porto Alegre, na capital da província. Os encontros também aconteciam nas residências de líderes do partido, o Solar dos Câmara em Porto Alegre, a residência de Gaspar Silveira Martins, assim como a residência de outros distintos correligionários serviam como sede das tramas políticas do Partido Liberal. Em 19 de agosto de 1871, por exigência do Marquês do Herval, o correligionário Timóteo Pereira da Rosa consultou o Visconde de Pelotas sobre a possibilidade de sua casa sediar a conferência entre as lideranças do Partido Liberal:

Exmo. Sr. Visconde. Depois que saí de sua casa estive com o G. Martins, que insiste em que, sem embargo da reunião do Diretório em casa dele, na de V. Ex. deve fazer-se, como estava combinado com o Marquês, a conferência por este exigida. Pedindo-lhe, pois, me desculpe estas idas e vindas (que me fazem dores de cabeça); por meio deste previno a V. Ex. de que às sete horas o iremos importunar, se não for de seu desagrado que voltemos ao primeiro acordo sobre o lugar da reunião. De V. Ex. Atencioso, verdadeiro, estimado amigo, Timóteo Pereira da Rosa.<sup>142</sup>

Nessa carta, nota-se a estreita convivência mantida entre os membros do Partido Liberal em Porto Alegre. Na casa de Corrêa da Câmara, seria realizada uma conferência e, na de Gaspar Silveira Martins, uma reunião do Diretório Liberal. Assim, ao longo da década de 1870, Corrêa da Câmara ganhou espaço político no Partido Liberal, tornando-se gradativamente um dos principais chefes políticos na província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

É possível observar a alta expressão de confiança e de prestígio que Corrêa da Câmara construiu nos campos de batalha, assim como as alianças e os vínculos sociais que estabeleceu com sujeitos de destaque no cenário político provincial e na Corte imperial, através do seguinte convite remetido por rio-grandenses que residiam no Rio de Janeiro. O convite foi remetido no dia 29 de outubro de 1870 e consistia em convidá-lo a comparecer a um jantar oferecido no Rio de Janeiro, em sua homenagem:

---

<sup>141</sup> Trata-se da residência do cunhado de Osório, João Carlos Augusto Bordini, casado com uma de suas irmãs, Maria Felícia Osório. OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. op. cit. P.667.

<sup>142</sup> Carta de Timóteo Pereira da Rosa a José Antônio Corrêa da Câmara. 19.08.1871. (IHGRS - Fundo General Câmara - correspondência recebida).

Os abaixo assinados, vem em nome de seus comprovincianos rio-grandenses, residentes nesta Corte, felicitar ao Exmo. Sr. Visconde de Pelotas, pelos relevantes serviços por V. Ex.<sup>a</sup> prestados a pátria, por ocasião da Guerra do Paraguai, que com tanto patriotismo, dedicação e zelo soube dar termo a ela com glória para o Brasil. E querendo mais os seus comprovincianos darem uma demonstração de apreço a V. Ex.<sup>a</sup>, resolvemos oferecer um jantar, tendo V. Ex.<sup>a</sup> a bondade de designar o dia.<sup>143</sup>

Esse convite foi assinado por grande número de indivíduos, destacam-se as assinaturas de: Dr.<sup>o</sup> Sebastião Ferreira Soares, João Valverde de Miranda, Zeferino Ferreira de Faria, Justo A. Malvino, João Lins Sobral, José João da Cunha Telles, Antônio Alves de Pereira Coruja e Antônio dos Santos França. Grande parte desses indivíduos que ofereceram o jantar em homenagem ao Visconde de Pelotas, pertenciam à Sociedade Rio-grandense Beneficente e Humanitária, com sede no Rio de Janeiro.<sup>144</sup>

Os vínculos de sociabilidade constituídos pelos indivíduos no século XIX podem sugerir as atividades econômicas e os grupos políticos aos quais pertenciam. José Antônio Corrêa da Câmara e Manoel Luís Osório constituíram vínculos políticos e de sociabilidade bastante amplos, sobretudo, após a Guerra do Paraguai, que lhes renderam a capacidade de atuarem como mediadores das estratégias e das negociações políticas do Partido Liberal sul-rio-grandense. Essas negociações políticas serão desenvolvidas no capítulo que segue.

---

<sup>143</sup> Carta de rio-grandenses residentes no Rio de Janeiro a José Antônio Corrêa da Câmara. 29.10.1870. (IHGRS - Fundo General Câmara - correspondência recebida).

<sup>144</sup> A Sociedade Rio-Grandense Beneficente e Humanitária possuía fortes laços com a maçonaria. Ver: SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. *"Etnia e classe no mutualismo no Rio Grande do Sul (1854-1889)"*. In: Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, Ed-PUCRS, V.25, N.2, dezembro, 1999, p.147-174.

### 3.2. Negociações e Estratégias políticas nas correspondências do Visconde de Pelotas e do Marquês do Herval

Durante o ano de 1872, foram realizadas eleições para deputado geral na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. As cartas do Visconde de Pelotas e do Marquês do Herval revelam a participação desses indivíduos nesse processo eleitoral, enquanto lideranças políticas do Partido Liberal. Ao longo da década de 1870, o predomínio político do Partido Liberal no Rio Grande do Sul foi construído através estratégias que geravam o controle das forças da Guarda Nacional, a representatividade no poder legislativo provincial e a gestão das câmaras municipais. Isso somente foi possível mediante negociações entre os líderes do Partido Liberal e os principais representantes e chefes políticos locais. Nessa perspectiva, sendo o Marquês do Herval e o Visconde de Pelotas aliados políticos e dois dos principais chefes do Partido Liberal, o caminho que os aproximou dos cobiçados cargos políticos do Império não seria possível sem que antes houvessem negociações de alianças estratégicas em diferentes localidades da província.<sup>145</sup>

Em períodos eleitorais, as comunicações entre os chefes político-partidários eram fundamentais. As chapas do Partido Liberal começavam a ser construídas meses antes do processo iniciar. Tais negociações envolviam diversos indivíduos e a inclusão nas chapas dependia de uma série de fatores, eram critérios fundamentais: a condição econômica, o prestígio social e a capacidade de fazer alianças.

Em correspondência do dia 12 de janeiro de 1872, da cidade de Pelotas, o Marquês do Herval consultou o Visconde de Pelotas acerca da organização política do Partido Liberal para as eleições: “[...]Como vamos de política em Porto Alegre? Diga-me francamente se lhe parece que devemos ou não tratar de eleições futuras, e que providências tem tomado a respeito o centro liberal de Porto Alegre.”<sup>146</sup> No fragmento selecionado, Osório buscava mostrar a Corrêa da Câmara a necessidade de acionar os principais líderes do Partido Liberal para o trabalho no processo eleitoral.

---

<sup>145</sup> MARTINY, Carina. *“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”*. *Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Cai, 1875-1900)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

<sup>146</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 12.01.1872. (IHGRS - Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

Na sequência da correspondência, o Marquês do Herval mostrava-se incomodado com a falta de notícias dos demais chefes políticos do Partido Liberal: “Nada sei do Conde de Porto Alegre, e do Gaspar Martins que por aqui passou voando nada me disse.” A falta de informações poderia ser interpretada de formas distintas entre as lideranças políticas. Ainda na mesma correspondência, Osório assinalava para que se fizessem as eleições, mas que os trabalhos fossem realizados com sigilo: “É minha opinião que, se trabalharmos devemos ser reservados nas providências que se tomarem e nos trabalhos que se fizerem. Muita saúde lhe deseja o seu amigo e camarada, Marquês do Herval.”<sup>147</sup>

A tentativa de Osório em animar seus correligionários políticos teve resultado, uma vez que a resposta do Visconde de Pelotas ao Marquês do Herval foi enviada em 21 de janeiro de 1872, através do seguinte telegrama: "Previno a V. Ex. que a nossa resposta de sua carta de 12 deste mês é no sentido afirmativo. Rogamos a V. Ex. que nos acuse este telegrama. Visconde de pelotas". Como se pode perceber, o sigilo sugerido pelo Marquês do Herval foi seguido pelo Visconde de Pelotas ao enviar a sua resposta por telegrama e sem muitas informações sobre as negociações políticas. A resposta positiva que ofereceu ao Marquês do Herval refere-se às instruções de pleitear aquelas eleições vindouras.<sup>148</sup>

As negociações políticas, em muitos casos, envolviam questões de prestígio e de barganha, tais práticas configuravam uma das formas de atuação política durante o século XIX. Em certas oportunidades, as eleições eram decididas pelo empenho dos chefes políticos e partidários durante o processo eleitoral. A construção de alianças e de estratégias para obtenção de votos poderia render em contrapartida, acesso privilegiado aos cargos públicos, às nomeações ligadas à Guarda Nacional e ao Exército.

Durante o processo eleitoral, a província de São Pedro do Rio Grande do Sul era dividida em dois distritos eleitorais. O 1º Distrito Eleitoral tinha como sede a cidade de Porto Alegre e o 2º Distrito tinha como sede a cidade de Rio Grande. Nas eleições para a Câmara de deputados, os eleitores deveriam escolher os representantes através de uma lista tríplice de candidatos apresentada em cada distrito eleitoral.<sup>149</sup>

---

<sup>147</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 12.01.1872. (IHGRS - Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

<sup>148</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 21.01.1872. (IHGB - Coleção General Osório - L.233A).

<sup>149</sup> O 1º Distrito era formado pelos colégios dos municípios de Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Vila de Taquari, Rio Pardo, Vila de Cachoeira e Caçapava. O 2º Distrito era formado pelos colégios das cidades de Rio Grande, Vila de Santa Cruz, Vila de Itaqui, Alegrete, Bagé, Vila de Piratini, Pelotas e Jaguarão. PANIAGUA, Edson. *A construção da ordem fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867)*. op. cit., p.259.

No dia 28 de janeiro de 1872, da cidade de Pelotas, Manoel Luís Osório anunciou a Corrêa da Câmara suas primeiras medidas relacionadas às eleições:

Excelentíssimo amigo, Senhor Visconde de Pelotas. Recebi a sua carta de 23 cobrindo a do Dr. Flores e fica entendido da Resolução de pleitear as eleições, já escrevi para São Borja e o vou fazer em breve para o Alegrete e Livramento, já prevenindo, também dizer algo para Santana(...) Uruguaiana nesta última localidade supondo o nosso partido liberal pela ausência do Barão de quem nada sei. O Dr. Flores, a quem mais convinha, deve dar a lista para o Passo Fundo a Cruz Alta, e se quiserem alguma carta minha ainda que nada valha, digam o nome do sujeito a quem deve ser dirigida; [...] Como V. Ex. entendo que o Dr. Gaspar deve ir sim ser um dos nossos candidatos.<sup>150</sup>

Através da correspondência acima, pode-se perceber que a influência política de Osório era sentida em diversas localidades da província. O Barão citado por Osório na correspondência era Bento Martins (Barão de Ijuí), coronel da Guarda Nacional e uma das principais lideranças do Partido Liberal na região de Uruguaiana. Outra liderança liberal mencionada por Osório, o médico Luís da Silva Flores, até as eleições de 1867, era um dos líderes do Partido Progressista no 1º Distrito Eleitoral. Durante aquele processo eleitoral, Gaspar Silveira Martins conseguiu a tarefa de unir integrantes do Partido Progressista ao Partido Liberal nas disputas políticas na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Essa união atraiu, ao Partido Liberal Histórico, duas lideranças importantes: Luís da Silva Flores e o Barão de Porto Alegre. A capacidade de negociação política e as alianças importantes de Gaspar Silveira Martins garantiram a confiança de Osório. No final da correspondência acima, o Marquês do Herval assinalou ao Visconde de Pelotas que apoiava a candidatura de Gaspar Silveira Martins.<sup>151</sup>

As correspondências do Marquês do Herval, em períodos próximos das eleições na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, eram solicitadas com frequência por seus correligionários políticos. No dia 11 de julho de 1872, o Visconde de Pelotas remeteu a seguinte correspondência ao Marquês do Herval, solicitando-lhe que escrevesse recomendações políticas:

Excelentíssimo, amigo e Senhor Marquês. Manda-me V. Ex. uma carta para o Coronel Francisco R. de S. Feijó no sentido de ajudar-nos. Seria também

<sup>150</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 28.01.1872. (IHGRS - Fundo General Câmara - correspondência recebida).

<sup>151</sup> VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. op. cit., p.57.

conveniente que escrevesse ao J.L. de Lima Brandão e ao irmão João Estácio. (...) De V. Ex. amigo, obrigado e criado, Visconde de Pelotas.<sup>152</sup>

A solicitação realizada pelo Visconde de Pelotas ao Marquês do Herval na carta acima parece ter sido cumprida, pois, no dia 14 de julho de 1872, o Marquês do Herval enviou a seguinte correspondência endereçada ao Sr. João Estácio de Lima Brandão, solicitando-lhe apoio político para o Partido Liberal nas eleições. Esta carta foi encontrada dentre os documentos recebidos pelo Visconde de Pelotas, uma vez que era ele quem havia solicitado a carta abaixo:

Ilustríssimo Sr. João Estácio de Lima Brandão. Estimarei que tenha gozado a melhor saúde. Empenhando a respeitosa amizade e consideração que lhe tributo, peço-lhe o especial favor de acompanhar com seu voto nas eleições que se aproximam, ao Partido Liberal que pleiteia a eleição nessa capital, se V. Ex. acolhe o meu pedido como espero sirva-se entender-se a respeito com o meu cunhado Tenente Bordini, que V. Senhoria conhece, não lhe-é estranho o desembaraço com que se levantar o despotismo de muitos e que tem produzido igual desembaraço no partido republicano, que se organiza; um e outro produziram a marcha, e é o Partido Liberal que pode salvarmos e restabelecer o governo monárquico representativo (...) é este o fim da eleição que vamos pleitear. Seu Patrício e amigo. Marquês do Herval.<sup>153</sup>

Não se conseguiu informações precisas sobre os irmãos João Estácio e José Luís de Lima Brandão, porém o conteúdo desta carta revela que, entre os argumentos utilizados por Osório para atrair os votos para o Partido Liberal, estava a tímida organização do Partido Republicano na província. Ao que tudo parece, Corrêa da Câmara solicitou a influência política de Osório com os irmãos Lima Brandão, que eram simpáticos à causa republicana. O Partido Republicano Rio-grandense (PRR) somente foi inaugurado em 1882, três anos após a morte de Osório. No Rio de Janeiro, porém, o Partido Republicano teve início em 1870, e o retrato de Manoel Luís Osório alçado “na sala de sessões do Club”.<sup>154</sup> A permanência de Osório como chefe político do Partido Liberal e as demandas defendidas pelo partido propiciaram a criação tardia do Partido Republicano na província rio-grandense.

A liderança política construída pelo Visconde de Pelotas, sobretudo após a Guerra Paraguai, também foi significativa na província. Portanto, em períodos eleitorais, não somente as cartas e circulares do Marquês do Herval eram solicitadas na província de São Pedro do Rio

<sup>152</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 11.07.1872. (IHGB - Coleção General Osório - L.233A).

<sup>153</sup> Carta de Manoel Luís Osório a João Estácio de Lima Brandão. 14.07.1872. (IHGRS - Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

<sup>154</sup> OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. op. Cit., p.664.

Grande do Sul, o prestígio e os vínculos sociais estabelecidos pelo Visconde de Pelotas também o colocaram na incumbência de ativar suas redes de reciprocidade e de sociabilidade para o êxito do Partido Liberal nas eleições.

No dia 23 de junho de 1872, da cidade de Pelotas, o Marquês do Herval solicitou ao Visconde de Pelotas uma carta de recomendação para a cidade de Bagé:

(...)Os nossos amigos de Bagé me pedem uma carta sua para o Coronel Genuíno. pedindo-lhe que não hostilize aos liberais e que vote de acordo com o Dr. Pena, isto é, com os nossos, eu podia escrever porém os nossos amigos pressentiram que o Genuíno é muito seu dedicado e que ainda se recente de eu ter devolvido o Batalhão que ele comandou, lá na guerra(...)<sup>155</sup>

Em períodos eleitorais, as alianças pessoais poderiam ser utilizadas tanto na consolidação de apoio político, quanto no trabalho contrário. No fragmento da carta acima, o prestígio político do Visconde de Pelotas foi solicitado para influenciar nos votos do coronel Genuíno Olímpio Sampaio, sujeito que possuía algum ressentimento de cunho pessoal com Osório. Genuíno residia no município de Bagé, região de fronteira que foi palco de disputas políticas acirradas entre a facção liberal e a conservadora. O objetivo de Osório era atrair apoio e votos ao Partido Liberal.<sup>156</sup>

No dia 02 de julho de 1872, em outra correspondência enviada de Pelotas, o Marquês do Herval salientou novamente a importância do envio da carta do Visconde de Pelotas para o coronel Genuíno: “Excelentíssimo, amigo Sr. Visconde de Pelotas. [...] o coronel Genuíno disse que só votaria com os Tavares se não tivesse algum pedido de V. Ex. contra, já vê quanto é preciso que V. Ex. me mande uma carta para ele [...]”<sup>157</sup>

A carta acima revela como eram construídas as negociações e as alianças políticas em períodos eleitorais na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. A família do estancieiro João da Silva Tavares, Barão de Serro Alegre, citado na carta acima, estabeleceu grande influência política em Bagé, sendo o principal rival político dos liberais naquele município.

<sup>155</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 23.06.1872. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

<sup>156</sup> Genuíno Olímpio Sampaio nasceu na província da Bahia, mas foi transferido para o Rio Grande do Sul durante a Revolução Farroupilha. Também atuou nos conflitos platinos e teve destaque na Guerra do Paraguai. Após o fim da Guerra do Paraguai atuou no comando de um batalhão nos municípios de Bagé e de Porto Alegre. Ver: GEVEHR, Daniel Luciano. *Abaixo os miseráveis! Morram os assassinos! – os soldados avançam sempre: a heroização do Coronel Genuíno Sampaio na batalha contra os Mucker*. História: Debates e Tendências – v. 14, n. 1, jan./jun. 2014, p. 49-62.

<sup>157</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 02.07.1872. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).



Osório sabia a relevância de atrair o apoio político do coronel Genuíno, ainda mais se tratando de um território marcado por disputas políticas acirradas.

A influência da família Tavares e a política do Partido Conservador na região somente enfraqueceu com a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro 1871, pelo gabinete conservador de José Maria da Silva Paranhos. A lei contrariou os desejos de proprietários escravocratas da região da campanha rio-grandense, que não admitiam tais reformas em um governo ligado ao Partido Conservador. Esse foi o início da cisão interna do Partido Conservador no Rio Grande do Sul, que ficou dividido em dois grupos: os lobos (considerados conservadores “puros” e críticos à decisão de Paranhos) e os cordeiros (antigos membros do Partido Progressista que se mantiveram aliados ao governo).<sup>158</sup>

A divisão do Partido Conservador abriu espaço político para o Partido Liberal na região da campanha. Além da família Tavares, em Bagé, a região ainda contava com a forte influência da família Ribeiro de Almeida, em Alegrete. A situação em Alegrete mudou quando o coronel da Guarda Nacional Vasco Alves, Barão de Santana do Livramento, estancieiro do município de Alegrete, deixou a facção conservadora e passou a lutar pela causa liberal nas eleições de 1872. Vasco Alves era veterano da Guerra do Paraguai e até aquelas eleições era aliado político da família Ribeiro de Almeida, chefiada, naquela conjuntura, por Victorino de Almeida, Barão de São Borja. No entanto, Vasco ressentia-se do Barão de São Borja “por não ter intermediado uma possível nomeação dele para o Comando da Fronteira naquela região.”<sup>159</sup>

A mudança de facção política de Vasco Alves contou com a influência e com o prestígio dos amigos e camaradas dos campos de batalha no Paraguai, Osório e Corrêa da Câmara. Em correspondência do dia 16 de maio de 1872, da cidade de Pelotas, Osório ressaltou a Corrêa da Câmara o procedimento político realizado pelo coronel Vasco Alves: “Estimarei que vá melhor de seus incômodos de saúde e que esteja contente do procedimento do nosso amigo e camarada Vasco Alves segundo a carta que ele me mandou(...)”. O procedimento de Vasco Alves, referia-se aos seus trabalhos nas eleições em prol do Partido Liberal. Contando com o apoio de Vasco, o Partido Liberal venceu a eleição no município de Alegrete.<sup>160</sup>

---

<sup>158</sup> João da Silva Tavares foi comandante superior da Guarda Nacional de Bagé, entre 1866 e 1872, além de ter sido um dos chefes do Partido Conservador na região da Campanha. Ver: VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. op. cit., p.221-222.

<sup>159</sup> VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. op. cit., p.221.

<sup>160</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 16.05.1872. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

Durante o ano de 1872, Corrêa da Câmara desempenhou o cargo de inspetor dos corpos estacionados no Rio Grande do Sul. O cargo era submetido ao comandante de armas da província, que estava sob comando do chefe da facção conservadora, general Victorino de Almeida. O comando de Victorino parecia dificultar a atuação política de Corrêa da Câmara. Em correspondência no dia 1º de junho de 1872, o Visconde de Pelotas revelou ao Marquês do Herval o interesse em deixar os serviços de inspeção, para se dedicar à luta eleitoral:

Ex. Sr. Marques do Herval(...)De Porto Alegre penso officiar ao ajudante general pedindo demissão do cargo, que não posso já exercer por doente, como também porque quero mais livremente empenhar-me na luta eleitoral. Na capital, aguardo suas ordens. Sou de V. Ex. com particular estima. Amigo devotado e obrigado criado, Visconde de Pelotas.<sup>161</sup>

A carta acima foi enviada pelo Visconde de Pelotas do município de Santana do Livramento, quando este prestava o serviço de inspeção dos corpos estacionados na região. Após o envio dessa carta ao Marquês do Herval, o Visconde de Pelotas não permaneceu por muito tempo no cargo de inspetor, sendo exonerado do cargo no dia 17 de agosto de 1872. O empenho desses chefes políticos nas eleições para a Assembleia Legislativa provincial rendeu a vitória do Partido Liberal na província. Em carta ao Marquês do Herval, o Visconde de Pelotas, no dia 10 de outubro de 1872, exaltou a vitória dos liberais: “Excelentíssimo amigo e sr. marquês do Herval. O triunfo do Partido Liberal, nesta província, indubitavelmente é devido a V. Ex. [...]”<sup>162</sup>

Na carta acima, a vitória do Partido Liberal nas eleições à Assembleia provincial era atribuída pelo Visconde de Pelotas aos trabalhos eleitorais realizados pelo Marquês do Herval. Dentre as principais atribuições dos deputados provinciais, estavam a criação e a cobrança de tarifas de impostos, além da distribuição de cargos na província e nos municípios. Devido à importância dessas demandas, as Assembleias se tornaram um dos principais canais de negociação política no século XIX. A partir dessas eleições, o Partido Liberal conquistou grande hegemonia política na província. Entre os representantes liberais eleitos estavam: Gaspar Silveira Martins, Conde de Porto Alegre, José de Araújo Brusque, Florêncio de Abreu, Barão de Mauá e Luís da Silva Flores.<sup>163</sup>

---

<sup>161</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 01.06.1872. (IHGB – Coleção General Osório - L.233A).

<sup>162</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 10.10.1872. (IHGB – Coleção General Osório - L.233A).

<sup>163</sup> PADOIN, Maria Medianeira; ROSSATO, Monica (Orgs.). *Gaspar Silveira Martins: perfil biográfico, discursos e atuação na Assembleia Provincial*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013, p.25.

Todavia, logo no início do ano 1873, em sessão da Assembléia Geral, houve um conflito entre dois deputados do Partido Liberal: Barão de Mauá e Gaspar Silveira Martins. O motivo da divergência deu-se por Mauá ter se mostrado apoiador do Gabinete Conservador do Ministro Paranhos. A atitude de Mauá gerou a crítica de Gaspar Silveira Martins, que considerou o posicionamento de seu correligionário “oposta aos representantes da ideia liberal no Rio Grande do Sul.”<sup>164</sup>

O conflito entre dois representantes liberais na Câmara de Deputados, em 1873, fizeram parte dos assuntos das correspondências entre o Marquês do Herval e o Visconde de Pelotas. No dia 27 de fevereiro de 1873, em Arapeí, o Marquês do Herval enviou a seguinte correspondência para o Visconde de Pelotas, mostrando sua opção pela defesa de Gaspar Silveira Martins em detrimento de Mauá:

Ilustríssimo amigo e sr. General Câmara. Resultado oriundos dos nossos compaheiros sobre a desagradável ocorrência que se deu na Câmara dos deputados entre o ilustre Dr. Gaspar da Silveira Martins e o Barão de Mauá, dei a resposta que a cópia autentica lhe envio com o fim de ser conhecida minha opinião pelos nossos amigos e eleitores. A habilidade dos nossos deputados Gaspar Martins, Florêncio e Brusque tem feito a política do governo menos dura para esta província; tanto entendo que se lhes deve dar toda a força moral por parte dos eleitores [...] Seu amigo e camarada, Marquês do Herval.<sup>165</sup>

A manifestação da opinião de Osório e de Corrêa da Câmara era importante para os correligionários políticos. Diante do desentendimento interno no Partido Liberal, houve a necessidade dos eleitores do 2º Distrito da província de São Pedro do Rio Grande do Sul também manifestarem qual dos dois representantes liberais, Silveira Martins ou Mauá, melhor representava os ideais liberais. Muitos votos de adesão foram oferecidos a Gaspar Silveira Martins em detrimento do Barão de Mauá. A vontade dos eleitores coincidia com a opinião política de Osório e de Corrêa da Câmara.<sup>166</sup>

O conflito entre Silveira Martins e Mauá ficou conhecido como repto a Mauá e sucitou a possibilidade do Barão de Mauá ser excluído da Assembléia Provincial. Assim sendo, na iminência dessa exclusão, em correspondência remetida no dia 23 de junho de 1873, o Marquês

---

<sup>164</sup> MARTINS, Gaspar Silveira. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 4 fev. 1873, p. 25. Apud: ROSSATO, Mônica. *Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. op. cit. p. 112.

<sup>165</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 27.02.1873. (IHGRS - Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

<sup>166</sup> ROSSATO, Mônica. *Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. op. cit. p.112.

do Herval consultou o Visconde de Pelotas, caso fosse excluído o nome de Mauá, se aceitaria o cargo de deputado provincial: "Excelentíssimo amigo Sr. Visconde de Pelotas. Diga-me V. Excelência se fizesse a eleição para substituto do Mauá, V. Ex aceitará o lugar?"<sup>167</sup>

O Barão de Mauá não foi excluído da Assembleia, porém, no dia 28 de junho de 1873, em resposta ao Marquês do Herval, o Visconde de Pelotas recusou o convite e explicou os motivos de sua decisão:

Excelentíssimo amigo Sr. Marquês do Herval. Tenho a honra de responder as cartas de V.Ex de 23 e 24 deste mês, ontem recebidas. Sou sumamente grato à consideração com que me distingue V.Ex. oferecendo-me o lugar de deputado por esse distrito, na vaga que supõe-se dar-se com a renúncia do Sr. Barão de Mauá, que, como verá V.Ex. pelos jornais da Corte, não foi aceita pela Câmara dos Deputados. Ainda, porém, que isto não tivesse acontecido, eu agradeceria a V.Ex., não aceitando o lugar de honra que dignou indicarme, porque, conscio da minha incapacidade para exercer tão importante cargo, eu não poderia nem devia condescender com a cavalheirosa generosidade de V.Ex. [...]<sup>168</sup>

Na carta acima, nota-se que, quando respondeu, Visconde de Pelotas já estava ciente que o Barão de Mauá não seria excluído da Assembleia. No entanto, em suas alegações ao Marquês do Herval para não aceitar o cargo, afirmava não ter capacidade de exercer o cargo de deputado. É curioso que, mesmo participando ativamente das disputas políticas e eleitorais da província, a política formal ainda não parecia estar nos planos do Visconde de Pelotas.

Durante o ano de 1873, foi aprovado na Câmara de Deputados o financiamento da construção de duas estradas de ferro para província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Essa aprovação foi conquistada pelos deputados sul-rio-grandenses, especialmente, a partir de negociações comandadas por Gaspar Silveira Martins na Assembleia. Em correspondência enviada no dia 05 de junho de 1873, da cidade do Rio de Janeiro, Gaspar Silveira Martins noticiou a Corrêa da Câmara a aprovação do projeto de ferrovia para a província:

[...] a comissão de obras públicas entende-se com a deputação do Rio Grande sobre a Estrada de Ferro e como aceita o projeto que apresentei, e mais o que nós aí queríamos conceder ao Ewbank, acedi aos seus desejos depois os haver garantido os direitos de Ewbank, que em vez de uma estrada teremos duas, desde logo. (...)Tenho para mim que esta notícia encherá de contentamento,

<sup>167</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 23.06.1873. (IHGRS – Fundo General Câmara - correspondência recebida).

<sup>168</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 28.06.1873. (IHGB - Coleção General Osório - L.230).

porque parece-me fora de dúvidas, que teremos a garantia de juros sobre os 40 mil contos[...]<sup>169</sup>

Na carta acima, Gaspar Silveira Martins fez questão de mencionar que a construção das duas estradas de ferro da província ficaria sob responsabilidade do engenheiro José Ewbank da Câmara, primo do Visconde de Pelotas. Por essa razão, Silveira Martins ressaltou que a notícia encheria o Visconde de Pelotas de contentamento.<sup>170</sup>

As ferrovias favoreciam os interesses econômicos da província, uma vez que o crescimento da imigração e de colônias de imigrantes exigiam um melhor escoamento dos produtos coloniais. Além disso, as estradas ajudariam na proteção das fronteiras da província, região limítrofe com a região do Prata e que foi cenário de inúmeros conflitos ao longo do século XIX.<sup>171</sup>

Após a aprovação da construção das estradas de ferro, o Marquês do Herval e o Visconde de Pelotas foram consultados quanto ao traçado da linha férrea da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Para o Marquês do Herval, o governo imperial tardou em investir no progresso da província. Em 09 de setembro de 1873, o Marquês do Herval escreveu ao Visconde de Pelotas a seguinte correspondência:

Excelentíssimo, Amigo Sr. Visconde de Pelotas. Muito lhe agradeço a remessa que me fez da cópia de suas ideias transmitidas ao Dr. Ewbank sobre Estrada de Ferro; importantíssimo melhoramento que otimizam muito à nossa província, não utiliza menos a despesa desta fronteira do Império, tenho porém, minhas dúvidas que ainda chegue a tempo este melhoramento que nunca esteve na mente do governo geral, quem sempre pense que a sua política a respeito do Rio Grande era evitar-lhe o progresso material e moral.[...] concluo declarando-lhe que a minha vez lhe envio cópia da minha resposta ao Eubank[...]<sup>172</sup>

No trecho acima, pode-se perceber que Corrêa da Câmara e Osório também se envolveram na construção das ferrovias na província. Ambos enviaram suas ideias ao engenheiro Ewbank. Ainda na mesma correspondência, Osório mencionou que a proposta de

<sup>169</sup> Carta de Gaspar da Silveira Martins a José Antônio Corrêa da Câmara. 05.06.1873. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

<sup>170</sup> José Ewbank da Câmara (1843-1890), era filho de Eufrásia March Ewbank e de Belchior Corrêa da Câmara. Belchior era primo de primeiro grau de José Antônio Corrêa da Câmara. José Ewbank estudou na Escola Politécnica no Rio de Janeiro, trabalhando em diversas obras de infraestrutura na Província de São Pedro e no Rio de Janeiro, onde foi diretor da Ferrovia D. Pedro II. CÂMARA, 1964, op. cit.,p.109.

<sup>171</sup> LAROQUE, L. Fernando; LUCENO, Cristiane. A ferrovia como agente de progresso e desenvolvimento: a inserção em ambiente mundial, brasileiro e sul-rio-grandense. Revista Destaques Acadêmicos, CCHJ/UNIVATES, Ano 3, n.2, 2011, p.92.

<sup>172</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 09.09.1873. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

Corrêa da Câmara se assemelhava à sua: “As nossas ideias sobre a estrada de ferro são mais ou menos conforme.” Sendo assim, a elaboração de um projeto de viação que contava com mais de um percurso para a província sul-rio-grandense tinha como finalidade a construção de uma rota que promovesse maior integração econômica na província, mas que também servisse para a proteção do território fronteiriço, questões políticas centrais para esses generais.<sup>173</sup>

Através de negócios estratégicos para a província, como a construção das linhas férreas, observa-se que o prestígio de Osório e de Corrêa da Câmara havia aumentado a capacidade de negociação política da província de São Pedro do Rio Grande do Sul com relação ao governo imperial, assim como o poder de influência de suas redes familiares e de sociabilidade. As negociações políticas por eles conduzidas referiam-se não somente a questões particulares, mas também a questões políticas e relacionadas a obras públicas com alto grau de relevância para província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Entre os anos de 1874 e de 1875, o Marquês do Herval enviou poucas cartas ao Visconde de Pelotas. Durante esse intervalo de tempo, apenas quatro correspondências foram remetidas pelo Marquês do Herval ao Visconde de Pelotas, todas enviadas de sua estância em Arapeí. Não foram encontradas correspondências enviadas pelo Visconde de Pelotas ao Marquês do Herval durante esse período. Ainda que tenham sido menos frequentes durante esse período, a troca de informações entre os dois não deixaram de acontecer.

Desse modo, destaca-se que uma das principais dificuldades de se trabalhar com correspondência, enquanto fontes documentais de análise histórica, perpassa pelo fato de tais fontes serem, em muitos casos, submetidas à seleção do que deve ou não ser preservado. Tratando-se de militares e de políticos suas correspondências eram preservadas por tratarem não apenas da relação constituída entre remetente e destinatário, mas por interesses comprobatórios sobre suas personalidades e suas resoluções políticas. Entretanto, nem sempre a tarefa de “receber, ler, responder e guardar cartas” se confirmava por completo, ainda mais quando as fontes passam por longos períodos de tempo em arquivos privados, também submetidos à selectividade.<sup>174</sup>

Durante a primeira metade da década de 1870, a postura adotada pelo Visconde de Pelotas e pelo Marquês do Herval foi a de atuarem como mediadores das demandas políticas de correligionários e amigos, sem que para isso precisassem ocupar cargos políticos formais

---

<sup>173</sup> HEINSFELD, Adelar. As ferrovias: na ordem positivista, o progresso corre sobre trilhos. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *República Velha (1989-1930)*. Passo Fundo: Méritos, v.3, t.1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul), 2007, p. 274.

<sup>174</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p.19

e/ou institucionais. No entanto, na segunda metade dessa década, as dinâmicas políticas da província de São Pedro do Rio Grande do Sul promoveram a aproximação desses indivíduos a cargos políticos ligados à Corte no Rio de Janeiro. Nesse sentido, impõe-se discutir as atuações de Corrêa da Câmara e Osório, enquanto mediadores políticos entre a província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a Corte imperial, temática central do próximo item.

### **3.3. Diálogos entre Mediadores Políticos: as correspondências do Visconde de Pelotas e do Marquês do Herval**

O distanciamento entre as localidades do interior do Rio Grande do Sul em relação à capital Porto Alegre (no período o principal centro político e administrativo da província de São Pedro) assim como a distância dessa capital provincial em relação à sede da Corte no Rio de Janeiro, serviram como dois dos principais obstáculos aos indivíduos que se dedicaram aos assuntos políticos no Rio Grande do Sul do século XIX. Esse cenário promoveu o estabelecimento de indivíduos que buscavam conectar as demandas da província à esfera política da Corte. Nessa província fronteiriça, poucos foram os indivíduos que conseguiram circular com distinção nos espaços políticos da Corte e de lá captar recursos, bens materiais e imateriais. Tais situações somente foram possíveis a partir da capacidade de negociação, de influência e de prestígio dos mediadores políticos.<sup>175</sup>

Ao longo do século XIX, José Antônio Corrêa da Câmara e Manoel Luís Osório afirmaram-se como membros do alto oficialato do Exército imperial. Após retornarem da Guerra do Paraguai, esses chefes militares sul-rio-grandenses ampliaram o prestígio político que possuíam no Rio Grande do Sul e tornaram-se lideranças políticas ainda mais fortes nessa província. Com isso, José Antônio Corrêa da Câmara e Manoel Luís Osório passaram a destinar maior atenção às dinâmicas políticas e aos processos eleitorais no Rio Grande do Sul. Líderes do Partido Liberal sul-rio-grandense, os serviços políticos e as mediações das demandas entre o Rio Grande do Sul e a Corte passaram a ser exigidos com maior frequência por seus correligionários políticos na segunda metade da década de 1870.

No ano de 1876, aconteceram novas eleições para deputado geral e senador na província de São Pedro e, durante esse processo eleitoral, as rivalidades entre liberais e conservadores demonstravam-se ainda mais intensas. Em correspondência do dia 22 de março de 1876, em

---

<sup>175</sup> VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. op. cit., p.36.

Arapeí-Uru, o Marquês do Herval consultou o Visconde de Pelotas acerca daquele processo eleitoral: “[...]que há de pensar sobre as futuras eleições? Penso que o governo tomou mansamente todas as providências para derrotarmos – ative o Diretório.” As providências tomadas pelo governo a fim de derrotar o Partido Liberal, mencionadas pelo Marquês do Herval nesse trecho da correspondência, referiam-se principalmente às mudanças previstas pela Lei eleitoral de 1875, conhecida como “Lei do Terço”.<sup>176</sup>

Essa lei promovia algumas modificações quanto aos critérios de qualificação de votantes, tornando a participação destes ainda mais restrita. A Lei do Terço também incluiu desembargadores e juízes de direito no processo de qualificação eleitoral, tentativa de burocratização os pleitos eleitorais. Esse processo de burocratização já estava em curso desde a aprovação das leis da Guarda Nacional, em 1873, e da lei do Recrutamento Militar, em 1874. Essas leis tinham como objetivo restringir o uso de coações e perseguições nos processos eleitorais, assim como diminuir a interferência de chefes militares da Guarda Nacional e do Exército nas disputas.

Ainda na correspondência do dia 22 de março, o Marquês do Herval transmitiu ao Visconde de Pelotas sua opinião quanto à inclusão de Gaspar Silveira Martins nas chapas de senador e deputado. Além disso, também declarou sua expectativa em ver o nome de seu filho, Fernando Luís Osório, dentre os representantes liberais à deputado geral:

Eu estimarei como muito conveniente que o Silveira Martins fosse incluso nas duas chapas para senador e deputado, em nada quero para mim já lhe disse, estimaria que os nossos amigos por isto nos levarem o meu filho para deputado não o suponho melhor que os outros, porém o necessário é só o Martins, dos mais ninguém faz caso na Corte [...] Seu amigo, Marquês do Herval.<sup>177</sup>

A inclusão de Silveira Martins nas duas chapas seria uma manobra política que evitaria a possibilidade de ficar fora da lista de deputado geral, caso não fosse escolhido como senador. Além disso, pode-se perceber a tentativa de Osório para encaminhar a ascensão política do filho. O investimento na carreira política dos filhos se tornou uma característica das famílias da elite sul-rio-grandense no século XIX, haja vista os filhos serem fundamentais para assegurar a extensão das redes de reciprocidade e de sociabilidade da família, bem como para ampliar as

<sup>176</sup> A “Lei do Terço” por Decreto 2.675 de 20 de outubro de 1875, tinha como finalidade acabar com a unanimidade, concedendo à minoria política, ao menos, 1/3 da representação. MARTINY, Carina. *“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”*. *Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010, p.81.

<sup>177</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 22.03.1876. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).



possibilidades políticas e econômicas familiares. Fernando Osório era bacharel em Direito e já havia sido eleito em 1874 ao cargo de deputado provincial.<sup>178</sup>

Em outra correspondência, no dia 9 de agosto de 1876, em Arapeí, o Marquês do Herval assinalou ao Visconde de Pelotas sua preocupação quanto às transformações eleitorais previstas para aquele ano: “Aproximam-se as eleições gerais que se devem praticar pela nova lei que o partido conservador tem procurado iludir nas qualificações de votantes, com o fim sem dúvida de suplantar a grande maioria liberal da província.”

O Partido Liberal ganhou grande repercussão no Rio Grande do Sul durante esse período, mesmo estando na oposição à presidência da província. A escolha dos presidentes da província dependiam do gabinete imperial que estava sob poder do Partido Conservador. Todavia, foi na oposição aos conservadores que o Partido Liberal conseguiu grandes vitórias nas eleições provinciais, entre os anos de 1873-1877.<sup>179</sup>

Na sequência da correspondência do dia 9 de agosto de 1876, o Marquês do Herval apresentou ao Visconde de Pelotas os nomes dos indivíduos que gostaria que fizessem parte da chapa liberal:

Para senadores : Dr. Gaspar da Silveira Martins; Marquês do Herval; Dr.Luís da Silva Flores. Para Deputados Gerais: Dr.Gaspar da Silveira Martins. Dr.Fernando Luís Osório; Dr. Florêncio Carlos de Abreu e Silva; Dr.Francisco Carlos de Araujo Brusque. Esta é a chapa que nesta data envio a alguns dos nossos correligionários das diversas localidades da província, e estimarei que seja do agrado de V.Excelência, e de mais companheiros. Sou com estima e toda a consideração de V.Excelência, camarada e amigo. Marquês do Herval.<sup>180</sup>

No fragmento da carta acima, nota-se que o Marquês do Herval estava presente na lista de candidatos ao cargo de senador pela província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Além do mais, pode-se perceber que, mesmo com a existência do Diretório Liberal em Porto Alegre, as chapas eleitorais do partido contavam com a direção do Marquês do Herval. Em certos casos, os nomes sugeridos pelo Marquês do Herval eram modificados a partir da manifestação de seus correligionários.

Na correspondência do dia 14 de setembro de 1876, remetida de sua estância em Santana do Livramento, Osório solicitava que Corrêa da Câmara entrasse em contato com o Diretório

---

<sup>178</sup> VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. op. cit., p.67.

<sup>179</sup> Idem, p.142.

<sup>180</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 09.08.1876. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

acerca das possíveis modificações na lista de candidatos: “Por aqui não se sabe até agora, que alteração fará o Diretório nas chapas de senadores e deputados gerais que lhe mandei.” Nessa mesma correspondência, Osório ainda salientava que não eram somente eleições para senador e deputado geral que seriam realizadas. As eleições à Assembléia provincial também foram convocadas para ano de 1876. Sendo assim, Osório ressaltava a necessidade da inclusão de novos nomes para a chapa de deputado provincial:

Excelentíssimo amigo e Sr. General Visconde de Pelotas. Pedi ao Gaspar Martins, que formassemos a chapa de deputados provinciais, porque o tempo nos podia faltar para combinações mais longa: o Gaspar disse-me que era cedo e que só de Janeiro além, poderia ter lugar essa eleição. Chego na tarde de hoje à Santana, e aqui encontro a notícia da convocação feita pelo presidente da província, para essa eleição no dia 31 de outubro próximo. Avista do que peço-lhe que solicite do Diretório a maior prontidão na organização e expedição da chapa; observando de minha parte, que abrindo-se a assembléia geral em janeiro, se alguns dos seus membros, ou todos, entrarem na chapa de deputados provinciais, faltarão a sessão de uma das câmaras[...].<sup>181</sup>

Na carta acima, Osório solicitava a Corrêa da Câmara sua mediação junto ao Diretório Liberal na apresentação com maior urgência dos candidatos do partido. Ainda salientava a inconveniência de ter nomes repetidos nas chapas para deputado provincial e geral, pois, caso fossem eleitos, ficariam obrigados a faltar a sessão de uma das Assembleias. As eleições no século XIX poderiam ocorrer com muita frequência, haviam eleições nos colégios eleitorais a cada quatro anos para juiz de paz, para vereador, bem como para deputado geral e provincial. Nas eleições para deputados, eram necessários dois processos eleitorais: um para que os votantes elegeassem os eleitores que formariam os colégios eleitorais e outro para que os eleitores escolhessem os deputados. Ainda haviam eleições para o senado, como estes possuíam cargo vitalício, as eleições aconteciam somente com a morte de um senador.<sup>182</sup>

As disputas eleitorais frequentes aumentavam as rivalidades locais. As negociações e as tramas eleitorais exigiam das lideranças políticas o poder de articulação e de negociação política. As estratégias dependiam da coesão de interesses entre os correligionários políticos, pois nas eleições estavam em disputa o prestígio dos chefes políticos e a capacidades de atuarem como mediadores. Apesar das mudanças nas regras eleitorais, as eleições na província de São

<sup>181</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 14.09.1876. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

<sup>182</sup> MARTINY, Carina. *“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”*. *Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010, p.77-78.

Pedro do Rio Grande do Sul, em não poucas oportunidades, terminavam em contendas armadas. Os partidos políticos junto com seus bandos armados buscavam concretizar seus interesses políticos.<sup>183</sup>

Nas eleições de 1876, os principais problemas enfrentados pelo Partido Liberal foram o processo crime que envolveu um dos líderes dessa facção na região de Uruguaiana, o veterano da Guerra do Paraguai Bento Martins (Barão de Ijuí), por conflitos de cunho político. Bento Martins foi acusado de ser mandante do assassinato de um dos líderes do Partido Conservador na região, Feliciano Ribeiro de Almeida, importante líder do Partido Conservador em Alegrete e em Uruguaiana, localidades onde atuou como comandante superior da Guarda Nacional. O crime aconteceu em uma igreja de Uruguaiana, onde aconteciam as eleições:

O mandante do crime, dizia-se, era o estancieiro Bento Martins, o Barão de Ijuí, chefe do Partido Liberal no mesmo município de Uruguaiana e companheiro de guerra do general Osório. Os familiares da vítima empenharam-se em tentar punir os culpados, sendo que mais vinte já haviam sido presos na primeira semana após o crime. No entanto, o mandante do crime acabou livrando-se de uma maior punição(...)<sup>184</sup>

A defesa do Barão de Ijuí precisou da mediação de Corrêa da Câmara e, principalmente, de Osório. Logo que ficou sabendo das informações que de Uruguaiana partiram, Osório solicitou a Corrêa da Câmara a busca por advogado capaz de construir a defesa do Barão de Ijuí, em telegrama enviado no dia 26 de outubro de 1876: “Peço-lhe a vinda do Dr. Felisberto ou outro por ele que mereça confiança(...)”. O Dr. Felisberto Pereira da Silva era bacharel em direito formado em São Paulo e estabeleceu sua carreira política e profissional em Porto Alegre.  
185

Corrêa da Câmara, assim que soube do ocorrido em Uruguaiana, também buscou ativar suas redes para ajudar na defesa do Barão de Ijuí. Antes mesmo do pedido de Osório, no dia 24 de outubro de 1876, Corrêa da Câmara recebeu a confirmação de que o correligionário político Dr. Felisberto Pereira da Silva aceitava defender o Barão de Ijuí naquele caso:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Visconde de Pelotas. A sua estimada carta em que me comunica o telegrama que da Uruguaiana acabo de receber, respondo que ponho à disposição de meu nobre partido, e do ilustre Barão de Ijuí os

---

<sup>183</sup> PANIAGUA, Edson. *A construção da ordem fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867)*. op. cit., p.363-364.

<sup>184</sup> VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. op. cit., p.227-228.

<sup>185</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 26.10.1876. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

meus fracos serviços de advogado. De V. Ex. Amigo muito atencioso e criado, Felisberto Pereira da Silva.<sup>186</sup>

Com o envolvimento do Marquês do Herval e do Visconde de Pelotas nessa questão, o mandante desse crime político, o Barão de Ijuí, livrou-se da punição. Portanto, pode-se perceber que a atuação dos mediadores políticos não se resumia a organização de chapas do partido ou à representação em algum cargo político e/ou institucional. A atuação dos mediadores políticos também implicava na possibilidade efetiva de recorrer a uma rede de relações disposta a atuar sob influência. Em muitos casos, os indivíduos favorecidos pela ação dos mediadores poderiam renovar compromissos políticos. A ampliação da influência e do prestígio dos chefes políticos eram consequências de suas ações como mediadores. Era assim que se estabeleciam vínculos sociais e relações de reciprocidade no Rio Grande do Sul durante o século XIX.

No início do ano de 1877, um dos principais líderes do Partido Liberal foi eleito senador pela província de São Pedro, Manoel Luís Osório. O crescimento político do Partido Liberal na província de São Pedro do Rio Grande do Sul conduziu a ascensão desse líder e, posteriormente, de outros representantes liberais a ocupar o senado imperial. Até esse ano, o Rio Grande do Sul só havia emplacado senadores conservadores.<sup>187</sup>

Durante o ano de 1877, o Marquês do Herval foi à Corte para tomar posse de sua cadeira no senado. No entanto, durante esse ano, as correspondências enviadas pelo Marquês do Herval revelam que o seu camarada Visconde de Pelotas passou por problemas de saúde. Na cidade de Santana do Livramento, antes de partir à Corte, o Marquês do Herval, em 03 de março de 1877, mostrava preocupação com as notícias da saúde do seu amigo Visconde de Pelotas: “Sr. Visconde de Pelotas. Anciava por notícias suas, desde que saí de Pelotas, quando ontem recebi sua carta noticiando-me que estava em convalescença de grave enfermidade e vejo que sofreu muito por que desconheci a sua assinatura (...)”<sup>188</sup>

A notícia da enfermidade do Visconde de Pelotas preocupava não somente Osório, mas também a indivíduos influentes na Corte. Com isso, Corrêa da Câmara passou a receber constantes convites para se restabelecer no Rio de Janeiro. O Marquês do Herval, através da correspondência do dia 25 de junho de 1877, no Rio de Janeiro, foi intermediário de um desses

---

<sup>186</sup> Carta de Felisberto Pereira da Silva a José Antônio Corrêa Câmara. 02.10.1876. (IHGRS - Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

<sup>187</sup> VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. op. cit., p.49.

<sup>188</sup> Carta do Marquês do Herval a José Antônio Corrêa da Câmara. 03.03.1877. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

convites e chegou a copiar as palavras do Visconde de Sinimbú, que insistia com o Visconde de Pelotas para tratar de sua saúde na Corte:

Excelentíssimo amigo Sr. Visconde de Pelotas. Ontem estive até meia noite com o Consolheiro Sinimbú quem me repetiu por terceira vez o seguinte: - "Escreva ao Câmara e diga-lhe de minha parte que venha restabelecer-se da saúde na Côrte, que eu me obrigo a tratar dele sem que se incomode com causa alguma." Portanto está dado o recado- e acredito que há aqui bons médicos, boas habitações e bom clima nesta quadra [...]

O Visconde de Sinimbú seria Presidente do Conselho de Ministros do Gabinete de 5 de janeiro de 1878, que teria no Ministério da Guerra, Manoel Luís Osório, e, no Ministério da Fazenda, Gaspar Silveira Martins. Todavia, nem mesmo a insistência dos correligionários residentes na Corte, fez o Visconde de Pelotas mudar de ideia, permanecendo até sua recuperação na cidade de Porto Alegre. Nessa mesma correspondência do dia 25 de junho de 1877, o Marquês do Herval salientou a recepção que teve no Rio de Janeiro, como relatou ao Visconde de Pelotas no seguinte trecho: “Meu amigo, a população da Côrte tem me honrado com excesso de carinho; não ficaram distantes dos meus patrícios, Portoalegrenses, a cuja frente figurou V.Excelência; faça porém ideia quanto acanhamento sofri diante de gente tão ilustrada[...].”<sup>189</sup>

Nesse fragmento, o Marquês do Herval destacou a distinta recepção que teve na Corte e a comparou com a homenagem que recebeu quando esteve na cidade de Porto Alegre. Ainda no ano de 1877, o Visconde de Pelotas foi nomeado ao cargo de conselheiro de guerra por decreto do dia 27 de junho de 1877. Através da correspondência a seguir, remetida do Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1877, o Marquês do Herval noticiou a nomeação do amigo:

Excelentíssimo amigo sr. Visconde de Pelotas. Soube que vai convalecendo e que breve se robusteça.(...) saberá pelos Jornais (...) o despacho que a V.Excelência foi dado de conselho de guerra muito merecido (...)creio que V.Excelência virá para perto dos filhos e do seu novo lugar e lhe direi que a sua saúde ganhará.

Na carta acima, nota-se que o Marquês do Herval buscava influenciar o Visconde de Pelotas a seguir rumo à Corte. Com a nomeação ao cargo de conselheiro de guerra, o Visconde de Pelotas passou a receber 2:400\$000 contos de réis anuais, lembrando que tanto o Visconde de Pelotas quanto o Marquês do Herval ainda recebiam do governo imperial, a pensão de

---

<sup>189</sup> Carta do Marquês do Herval a José Antônio Corrêa da Câmara. 25.06.1877. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

6:000\$000 contos de réis devido ao destaque que tiveram na Guerra do Paraguai. Portanto, não era por falta de condições financeiras que o Visconde de Pelotas permanecia em Porto Alegre. Na sequência da correspondência, o Marquês do Herval ainda salientou: “tocou-me na loteria a graduação de marechal do Exército.”<sup>190</sup>

Com essa promoção, o Marquês do Herval atingiu ao mais alto cargo do Exército imperial. Ao terem acesso aos altos cargos políticos e às instâncias formais de poder, abria-se a esses indivíduos um caminho para a realização das mediações políticas. No início do ano de 1878, o Marquês do Herval também foi alçado ao Ministério da Guerra e, em razão disso, em 10 de janeiro de 1878, o Visconde de Pelotas enviou a seguinte correspondência ao Marquês do Herval, felicitando-o pela nomeação a ministro:

Ex.Sr. Marques do Herval. Não é a V. Ex. a quem vou felicitar, mas ao país, e sobretudo ao exército, por vê-lo nomeado Ministro dos Negócios da Guerra. Para V.Ex, compreendo bem, deve ser grande o sacrifício, não pelo que tem de árdua a missão, mas pelas contrariedades que há de sofrer. Muitas vezes, no decorrer de seu alto cargo, e que partindo de cima deixam de externar melhor resultados. Que deus lhe dê forças para levar ao fim o bem que pode fazer, são os desejos de quem é com a maior consideração de V.Ex. Amigo e atencioso obrigado criado Visconde de Pelotas.<sup>191</sup>

Assim que tomou posse do Ministério da Guerra, o Marquês do Herval passou a receber sucessivos pedidos de seus correligionários políticos. Nessas solicitações, estavam em jogo nomeações, promoções e transferências no Exército. Não foram raras as oportunidades que o Visconde de Pelotas enviou seus pedidos ao Marquês do Herval. Em contrapartida, o Marquês do Herval utilizava da mediação e dos conselhos do Visconde de Pelotas, seja em assuntos ligados à pasta da guerra, seja nas estratégias políticas do Partido Liberal. Na correspondência do dia 30 de janeiro de 1878, do Rio de Janeiro, o Marquês do Herval solicitava os conselhos militares do Visconde de Pelotas:

Tive o prazer de saber que vai melhor dos seus incomodos e que pensa estar breve na Côrte. É portador desta o nosso amigo Silveira Martins que lhe dirá o que eu julgo escusado aqui tratar. Estimaria que me protegesse com o seu conselho e alguns apontamentos que podem servir-me, por enquanto, não vai V.Excelência executá-los. Seu amigo, Marquês do Herval.<sup>192</sup>

<sup>190</sup> Carta do Marquês do Herval a José Antônio Corrêa da Câmara. 02.07.1877. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

<sup>191</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 10.01.1878. (IHGB - Coleção General Osório - L.233A).

<sup>192</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 30.01.1878. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

Na correspondência acima, o Marquês do Herval ressaltou que Silveira Martins faria a entrega de sua carta, ficando também responsável por transmitir os interesses julgados pelo Marquês do Herval desnecessários de serem tratados pelo ministério. O Marquês do Herval ainda solicitava os conselhos do Visconde de Pelotas a respeito de ações ligadas ao Exército que seriam realizadas futuramente. Esses assuntos eram tratados com sigilo entre os dois chefes militares. Em resposta ao Marquês do Herval, no dia 19 de fevereiro de 1878, da cidade de Porto Alegre, o Visconde de Pelotas remeteu a seguinte correspondência:

Ex. Sr. marechal do exército Marques do Herval. Tenho a honra de acusar o recebimento de carta de V. Ex de 30 do mês pretérito, agradecendo-lhe mais cordialmente, as benevolências com que permite que lhe mande alguns apontamento sobre coisas que tem relação com o exército. Prevalecendo-me, pois, dessa autorização, apresento a V. Ex a nota inclusa que V.Ex tomará na consideração que merecer. Continuo convalescendo da penosa enfermidade que sofri; tendo prazer e esperança de poder recolher-se a essa Corte em princípios de Maio, e acaso antes, se me achar de todo bom. Desejando a V.ex a melhor saúde, subescrevo-me com a mais alta consideração de V. Ex. Amigo, atencioso e grato criado, Visconde de Pelotas.<sup>193</sup>

Na correspondência acima, nota-se que o Visconde de Pelotas respondia à carta do Marquês do Herval, agradecendo-lhe as cordialidades, assim como a possibilidade de emitir seus conselhos acerca do Exército. Não foram encontradas as notas avulsas assinaladas pelo Visconde de Pelotas ao Marquês do Herval, contudo, através da resposta do Marquês do Herval, enviada no dia 24 de fevereiro de 1878, do Rio de Janeiro, pode-se inferir que, entre suas considerações, o Visconde de Pelotas também manifestou seus pedidos de favorecimento:

Excelentíssimo amigo e Sr. General Câmara. O seu recomendado capitão Teixeira Juinor foi empregado no Arsenal, e o seu parente da Secretaria da guerra mandou-me a sua carta, está no seu lugar. Eu cheguei doente e tenho me conservado assim, pouco melhor, com um exército à frente do inimigo teria menor socego. Não pode fazer ideia do mau estado das finanças do nosso país e da desordem que encontramos na administração. Todos os meus colegas dizem que acharam as coisas pior do que pensavamos.<sup>194</sup>

Na carta acima, o Marquês do Herval atendia os pedidos do Visconde de Pelotas, que conseguiu a nomeação de um parente à Secretaria da Guerra e o emprego de seu recomendado,

---

<sup>193</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 19.02.1878. (IHGB - Coleção General Osório - L.233A).

<sup>194</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 24.02.1878. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

capitão Teixeira Junior, para o Arsenal de Guerra. Na sequência da correspondência, Osório reclamava da situação financeira do Império e da desorganização administrativa, que seria herança deixada pelos conservadores. O Marquês do Herval, enquanto ministro da guerra, proporcionou o favorecimento das solicitações de seus correligionários, camaradas dos campos de batalha e amigos pessoais. Assim, os pedidos realizados pelo Visconde de Pelotas geralmente eram considerados pelo Marquês do Herval.

Apesar de ser uma prática comum, os pedidos de nomeação e de favorecimento são relevantes ao serem analisadas as justificativas que os sustentavam. Os pedidos de nomeação também poderiam demonstrar a capacidade de articulação dos mediadores políticos. No dia 20 de setembro de 1878, da cidade de Porto Alegre, o Visconde de Pelotas solicitou ao Marquês do Herval a nomeação do seu sobrinho Padre Barnabé Corrêa da Câmara ao cargo de capelão do Exército, através da seguinte correspondência:

Ex. Sr. Marques do Herval. Desejo a V.Ex a melhor saúde. Sou obrigado a uma importunação mais. O meu sobrinho, Padre Barnabe Corrêa da Câmara de exemplar comportamento, empenha-se com V. Ex para nomeá-lo capelão do exército, servindo na guarnição desta capital; e isto porque, vive em companhia da mãe, senhora velha e pobre, que não pode sair daqui. Nesta guarnição serve um capelão italiano, que poderá ser removido para outra parte, deixando o lugar a um filho desta terra, Bisneto do 1º Visconde de Pelotas e neto do general Bento Corrêa da Câmara, dois cidadãos que muito serviram a sua pátria. Se V. Ex., pois, querer fazer-me o favor de nomeá-lo muito grato lhe ficará, quem se confessa com a maior consideração de V. Ex. atencioso amigo e obrigado criado Visconde de Pelotas.<sup>195</sup>

O pedido realizado pelo Visconde de Pelotas ao Marquês do Herval e a sua justificativa apresentada revelou que a relação desses indivíduos estava alicerçada em laços de compromisso constituídos entre as famílias Corrêa da Câmara e Osório. Ao reivindicar a memória de seu avô, Patrício Corrêa da Câmara (1º Visconde de Pelotas) e do seu tio, Bento Corrêa da Câmara, José Antônio Corrêa da Câmara buscava reforçar a relevância e a conveniência daquele pedido ao Marquês do Herval. O clientelismo servia com uma forma de legitimação das estruturas políticas vigentes na sociedade imperial, isto é, essa prática reafirmava as hierarquias por meio do intercâmbio de favores.<sup>196</sup>

<sup>195</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 20.09.1878. (IHGB - Coleção General Osório - L.233).

<sup>196</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p.337.



Em resposta a essa solicitação, o Marquês do Herval assinalou, no dia 10 de outubro de 1878, do Rio de Janeiro, a relação de documentos necessários para que o sobrinho do Visconde de Pelotas tivesse sua nomeação aprovada:

Ilustríssimo e Excelentíssimo amigo Sr. Conselheiro Visconde de Pelotas. Desejo-lhe muito boa saúde - O seu sobrinho Padre Bernabé para entrar para o quadro como Capelão Tentente deve requerer juntando os documentos(...); ordens eclesiásticas, informação sobre conduta passada pelo Bispado, folha corrida, certidão de idade e ata de inspeção de saúde, mas não se pode despachar com a cláusula de servir na guarnição da Capital, com o que aliás poderá contar, enquanto eu for Ministro. Se assim lhe agradar mande o nome do Padre naturalizado, que é do Exército[...]<sup>197</sup>

Na carta acima, o Marquês do Herval afirmava que não poderia anexar aos documentos do sobrinho do Visconde de Pelotas alguma cláusula para que este trabalhasse em Porto Alegre, mas, enquanto estivesse ele no comando do ministério, poderia contar com a sua nomeação. As relações de sociabilidade e de reciprocidade mantidas entre essas famílias ao longo do século XIX dependiam da coesão de interesses e da política de reciprocidade. Muitos eram os tipos de relação que poderiam gerar fortes alianças e vínculos sociais. No caso da relação e dos vínculos criados entre o Visconde de Pelotas e o Marquês do Heval, estavam envolvidos tramas de relações de reciprocidade entre duas famílias que se envolveram ativamente nos campos de batalha e nas estratégias políticas da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Durante o ano de 1879, as correspondências remetidas ao Visconde de Pelotas e recebidas por ele, em grande parte, tratavam do atrito político entre duas das principais lideranças do Partido Liberal na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: Manoel Luís Osório e Gaspar Silveira Martins. O conflito teve origem ainda durante o ano de 1878, quando o Gabinete Liberal planejava a organização de uma reforma eleitoral. Entre as mudanças propostas pela reforma estavam: o direito de elegibilidade dos acatólicos, a eleição direta, a naturalização de estrangeiros, entre outras. O crescimento da imigração no Rio Grande do Sul e o crescimento das demandas que envolviam os imigrantes levaram Gaspar Silveira Martins a se tornar o principal porta-voz dessa temática. A não inclusão da proposta de elegibilidade dos acatólicos motivou grandes discordâncias entre lideranças do Partido Liberal.<sup>198</sup>

<sup>197</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 10.10.1878. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

<sup>198</sup> ROSSATO, Mônica. *Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. op. cit. p.123-124.

Manoel Luís Osório, por exemplo, decidiu não apoiar essa proposta. Em consequência da não aprovação, Gaspar Silveira Martins, que era ministro da fazenda, retirou-se do Gabinete Liberal, no dia 08 de fevereiro de 1879. Esse procedimento motivou a cisão entre as principais lideranças do Partido Liberal da província do Rio Grande do Sul. Conforme Fernando Luís Osório, Gaspar Silveira Martins se retirou do Ministério da Fazenda para sair com prestígio político daquele Gabinete: “astuto como é, o Dr. Silveira Martins, sabendo que a ideia de elegibilidade dos acatólicos não tinha nesse ano apoio do parlamento e da maioria dos seus colegas de Gabinete, justamente fez questão da inclusão dessa ideia no projeto da reforma eleitoral.”<sup>199</sup>

Todavia, é significativo ressaltar que a defesa dos direitos dos imigrantes que motivou a saída de Gaspar Silveira Martins do Ministério da Fazenda acabou servindo para o consolidar como forte influência das comunidades de imigrantes da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que demonstravam lutar por maior espaço político. A sua saída do ministério foi acompanhada juntamente da saída do ministro dos negócios estrangeiros.<sup>200</sup>

Em 21 de abril de 1879, através de uma longa correspondência remetida ao Visconde de Pelotas, da cidade do Rio de Janeiro, o Marquês do Herval revelava ao seu amigo as razões para não ter apoiado as medidas propostas por Silveira Martins para a reforma eleitoral. A correspondência começava da seguinte forma: "Aproveito um momento de folga e um pouco de serenidade de espírito para conversar com o meu amigo sobre a política da nossa terra. A retirada dos ministros da Fazenda e de Estrangeiros tem dado lugar a opiniões diversas [...]". Nesse trecho Osório buscava mostrar que a saída dos ministros poderia ser compreendida de mais de uma maneira. Corrêa da Câmara e Silveira Martins também tinham uma relação aproximada e sabendo disso, Osório buscava a compreensão de seu amigo. Na sequência da correspondência, Osório explicava a sua opção em permanecer no cargo de ministro, em desacordo à Silveira Martins:

Vejo que na nossa província esse fato tem sido encarado de um modo diferente daquele pelo qual se tem formado a opinião do partido liberal aqui e em outras partes do Império, já pelas atitudes, mais sérias, teria deixado a nossa província acéfala no governo e sobre pressão da má vontade do gabinete que não podia

<sup>199</sup> OSÓRIO, Fernando Luís. Pelotas, RS, Brasil, 01.02.1883. Arquivo General Osório. Série Fernando Osório. Documento do Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, RJ/RJ, Brasil. Apud: ROSSATO, Mônica. *Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. op. cit. p.125.

<sup>200</sup> O Ministro em questão era Domingos de Souza Leão (1819-1879), bacharel que atuou por diversas vezes como deputado provincial em Pernambuco. OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. op. cit. p.826.

ver com bons olhos esta retirada de três ministros pondo em dúvida a sua coesão e a sua força, comprometendo o seu prestígio.

Através dessa correspondência pode-se perceber que as justificativas do Marquês do Herval se concentravam em garantir a manutenção da representatividade do Partido Liberal sul-rio-grandense no Gabinete imperial. Caso decidisse acompanhar Silveira Martins, Osório comprometeria os interesses dos liberais sul-rio-grandenses. A intenção de Osório com essa correspondência era de convencer Corrêa da Câmara e aliados políticos de que ter permanecido no senado foi uma atitude acertada: “Dadas estas explicações eu espero que meu amigo faça justiça as minhas intenções sendo para mim de muito valor o seu juízo e o de todos os companheiros políticos da nossa província.”<sup>201</sup>

Após considerar as palavras do Marquês do Herval, o Visconde de Pelotas buscou preservar a união do Partido Liberal. Em resposta à carta do Marquês do Herval, o Visconde de Pelotas remeteu correspondência no dia 18 de maio de 1879, na qual se mostrava a favor do procedimento realizado pelo Marquês do Herval, ao mesmo tempo que procurava naturalizar as discordâncias políticas internas do partido:

Começo por agradecer-lhe a prova de confiança e consideração que, dá-me com as explicações do procedimento que teve V. Ex. Em relação aos motivos que, levaram-no a conservar-se no ministério, e as razões que tiveram para retirar-se os dois colegas de V. Ex. eu corresponderei a ela, falando-lhe com toda a franqueza: é certo que na província se deu importância que não tem, em minha humilde opinião, a retirada dos dois ministros. Se por Ventura fez bem em deixar o honroso pacto que superava, o Dr. Silveira Martins, por não poder realizar a sua ideia acerca da naturalização e elegibilidade dos acatólicos na câmara temporária, para não ser incoerente; bem fez V. Ex. em conservar-se no ministério pelas razões que dá, e em que eu abundo. [...]Desde já que me parecia que a questão não tem a importância que se lhe dá que por isso não houve razão, nessa para insistir por ela, nem para adiá-la. Na campanha por onde andei e a aqui, tenho dito aos nossos correligionários e amigos, que o nosso grande empenho deve ser em conservar-se unido o partido, ainda que se tenham estremecido as relações de V. Ex. com o Dr. Martins, continuando a considerar os dois como chefes prestigiosos; lamentando somente que suas relações se tenham quebrado; mas que este fato realmente se deu, não passe de uma questão entre os dois.<sup>202</sup>

Através dessa correspondência, pode-se inferir que, ao ser questionado pelo Marquês do Herval acerca do conflito entre as lideranças do partido liberal, o Visconde de Pelotas decide,

---

<sup>201</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 21.04.1879. (IHGRS – Fundo General Corrêa da Câmara - Correspondência recebida).

<sup>202</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 18.05.1879 (IHGB - Coleção General Osório - L.230).

juntamente a seus “correligionários e amigos” da região da campanha e de Porto Alegre, que seria preservada a união do Partido Liberal. A atuação do Visconde de Pelotas no atrito político entre Osório e Silveira Martins pode ser compreendida também como uma ação de mediação política. Os interesses de grande número de indivíduos da província, que haviam depositado confiança no Partido Liberal, dependiam do êxito da mediação realizada pelo Visconde de Pelotas. A manutenção do apoio político ao partido passava pelo cumprimento das reivindicações e das esperanças dos indivíduos que os haviam auxiliado nas eleições. Os indivíduos envolvidos nas tramas de relações políticas não representavam apenas a si mesmos, mas a grupos de indivíduos que haviam despendido dinheiro, estabelecido alianças e contribuído com prestígio político para elegê-los.

Em 20 de maio de 1879, de Porto Alegre, o Visconde de Pelotas novamente escrevia ao Marquês do Herval, mas nessa correspondência solicitava alguns pedidos de nomeação na Guarda Nacional e no Exército, justificando ser para o interesse do Partido Liberal:

Tendo visto pelas renovações que tem feito para o exército e para a guarda dessa província que V. Ex. não a esquece, me permitirá licença para pedir-lhe, com instância, que não deixe incompleto o serviço que nos está fazendo, e obtenha que seja nomeado Tenente Coronel Comandante do 14º Corpo da Guarda nacional, o major do mesmo José Feliciano Pinto Bandeira [...] está criada a 3ª seção do batalhão de reserva, que a presidência propôs em 1878, que fosse chamada de corpo; para esta secção peço a nomeação de major para Narciso Caetano de Souza, sujeito considerado no lugar é importante influência do partido liberal. Para tenente coronel comandante do 13º corpo apresento a V. Ex. o nome de Antônio Rodrigues da Fonseca, que é major honorário do exército e capitão do mesmo corpo. Este é chefe do partido liberal na aldeia. Está ainda vaga o lugar de Comandante superior de Taquary, para onde podia ser nomeado o major da guarda nacional Antônio Victor de Sampaio Menna Barreto, nosso companheiro político, que lá tem fazenda e onde mora. É investindo-me tão somente no interesse do partido que faço a V. Ex. estas indicações, podendo afiançar-lhe, que todos são homens honestos, de prestígio, e com meios de vida que os tornam independentes. Se V. Ex., pois, quiser interessar por estas nomeações, afirmo-lhe, que nos fará importante serviço e se as obtiver rogo-lhe que me comunique por telegrama. Permita-me, com mais esta consideração de V. Ex. Amigo e atencioso e obrigado criado, Visconde de Pelotas.<sup>203</sup>

Na correspondência acima, nota-se que os pedidos do Visconde de Pelotas estavam relacionados, principalmente, aos comandos da Guarda Nacional e do Exército estacionados na província de São Pedro. Era através da nomeação dessas lideranças militares e políticas que muitas vezes os partidos garantiam o bom desempenho durante os pleitos eleitorais. Assim

---

<sup>203</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório 20.05.1879. (IHGB – Coleção General Osório - L.230).

como nessa carta, outras correspondências, durante o ano de 1879, foram remetidas pelo Visconde de Pelotas ao Marquês do Herval cujos conteúdos traziam sucessivos pedidos de nomeação para a Guarda Nacional e para o Exército, assemelhando-se à carta acima.

O Visconde de Pelotas sabia do desconforto que o comando do Ministério da Guerra causava ao Marquês do Herval. Em trecho da carta do dia 21 de abril de 1879, o Marquês do Herval manifestava o seguinte sobre ser ministro da guerra: “(...)como sabe este posto só traz sacrifícios, desgostos e perda da minha já tão alquebrada saúde.” O serviço burocrático não parecia ser atividade de domínio do Marquês do Herval, no entanto, permaneceu no ofício do cargo até o último dia de sua vida, em 4 de outubro de 1879.<sup>204</sup>

Nesse contexto, o Visconde de Pelotas buscou utilizar do prestígio político e da sua relação com o Marquês do Herval para manejar suas indicações políticas e alçar a posições de extrema confiança sujeitos de sua rede de sociabilidade. O Visconde de Pelotas também conseguiu junto ao Marquês do Herval a promoção de seu filho mais novo, Alfredo Pinheiro Corrêa da Câmara. No dia 9 de Junho de 1879, da cidade do Rio de Janeiro, o Marquês respondeu aos pedidos do Visconde de Pelotas, da seguinte maneira:

Tenho presente as cartas de V.Ex. de 27, 28 e 30 de maio, as quais respondo, pedindo-lhes desculpa da demora, porque ando muito aborrecido deste saco de gatos que é a política do desmantelado Brasil e de muita gente que sabendo tudo andam aos trambolhos (...) Senhor, o seu Alfredo está Alferes, felizmente não tem V.Ex. mais filhos cadetes, e se tivesse eu teria o prazer de promover. Estimo que o partido, que tanto nos custou a unificar, corresponda as conveniências da província para conservar-se unido [...]”<sup>205</sup>

Na correspondência acima, as palavras do Marquês do Herval sugeriam que uma das solicitações realizadas pelo Visconde de Pelotas envolvia a promoção de seu filho a alferes do Exército. Além disso, ainda sugeriam que a manutenção da união dos liberais sul-rio-grandenses havia permanecido pelos interesses em comum que possuíam. A permanência da união do Partido Liberal sul-rio-grandense contou ainda com a atuação do Visconde de Pelotas que, no dia 16 de julho de 1879, da cidade do Rio de Janeiro, recebeu por telegrama do seu amigo Marquês do Herval o seguinte convite: “Está vago o lugar de Vice-Presidente dessa província. V. Ex. nos faz a honra de aceitar a nomeação. Marquês do Herval.”<sup>206</sup>

---

<sup>204</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 21.04.1879. (IHGRS – Fundo General Corrêa da Câmara - Correspondência recebida).

<sup>205</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 09.06.1879. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

<sup>206</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 16.07.1879. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

O cargo de vice-presidente de província estava longe de ser desempenhado apenas de forma simbólica pelos seus representantes, a nomeação do Visconde de Pelotas à vice-presidência da província era tratada por correligionários políticos como medida necessária para conter a desunião dos liberais sul-rio-grandenses. No dia 10 de agosto de 1879, uma carta enviada por Henrique D'Ávila, um dos chefes políticos do Partido Liberal no município de Jaguarão, ao Visconde de Pelotas, traduzia a importância da sua nomeação:

[...]O desejo de enfraquecer o Rio Grande do Sul, que paira nas altas regiões políticas, auxiliado pelas imprudências e torpes manejos de ambiciosos políticos, tem promovido por todos os meios a divisão do Herval e Martins, como meio de delimitar o Rio Grande do qual são músculos motores esses dois atletas da democracia brasileira. A demissão acintosa dada a um correligionário tão distinto, como o Dr. Felisberto, só porque era então amigo do Martins, e a nomeação do Dr. Carlos Flores, só porque era da facção do partido na qual o Martins pode encontrar hostilidades, significariam um rompimento por parte do Marquês do Herval com o Partido Liberal rio-grandense, se não fosse o ato seguido da nomeação de V. Ex. para o cargo de 1º Vice-presidente. Os destinos de nosso partido estão nas mãos de V. Ex. [...]<sup>207</sup>

Na correspondência de Henrique D'Ávila, pode-se perceber a queixa que faziam alguns liberais com relação às atitudes de Osório, em especial, à demissão de Felisberto Pereira da presidência da província e à nomeação de Carlos Flores em seu lugar. Com a nomeação de Carlos, filho de Luís da Silva Flores, à presidência da província, fez reviver as rivalidades entre as facções liberais e progressistas que faziam parte do Partido Liberal Histórico. O Visconde de Pelotas contava com o apoio de grande parte dos correligionários para assumir o cargo de vice-presidente, para assim, evitar a desunião do partido. Em telegrama no mesmo dia 16 de julho de 1879, em que o Visconde de Pelotas recebeu o convite do Marquês do Herval, assinalou também sua resposta: “(...)se minha nomeação pode concorrer para conservação da união do partido, aceito o honroso convite de V. Ex. Visconde de Pelotas.”<sup>208</sup>

Apesar de ter aceito esta nomeação, o Visconde de Pelotas não chegou a assumir o cargo de vice-presidente do Rio Grande do Sul. A morte do senador Araújo Ribeiro abriu vaga para senador e, Corrêa da Câmara, como um dos principais chefes de seu partido, estava dentre os nomes favoritos do Partido Liberal para compor a lista de senadores. Desse modo, caso prestasse juramento ao cargo ou assumisse a vice-presidência da província de São Pedro do Rio

---

<sup>207</sup> Carta de Henrique D'Ávila a José Antônio Corrêa da Câmara. 10.08.1879. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

<sup>208</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 16.07.1879. (IHGB - Coleção General Osório - L.230).

Grande do Sul, o Visconde de Pelotas não poderia concorrer como senador. No dia 27 de julho de 1879, ao saber da morte do senador Araújo Ribeiro, o Marquês do Herval solicitou que o Visconde de Pelotas não se apresentasse como vice-presidente, através da correspondência a seguir:

Excelentíssimo Amigo Sr. Tenente-General Visconde de Pelotas. As 11 horas da noite de 25 do corrente faleceu o Senador Araújo Ribeiro. Ontem telegrafei à V. Ex. indicando-lhe que não prestasse juramento e nem exerça o cargo de vice-presidente; hoje novo telegrama lhe envio neste sentido. A razão é: que V. Ex. deve fazer parte da lista senatorial com o Flores e Martins, e prestando juramento, podendo assim ser solicitado para exercer a vice-presidência ficará V. Ex. incompatível para a candidatura senatorial, o que o governo não quer. Penso que o diretório liberal de Porto Alegre terá a mesma ideia[...]

No trecho da correspondência acima, pode-se perceber que Corrêa da Câmara poderia ser indicado como candidato do Partido Liberal à vaga de senador, juntamente com outros liberais, como Luís da Silva Flores e Gaspar da Silveira Martins. A carta revela que, apesar do desentendimento político com Gaspar Silveira Martins, Osório não deixou de indicá-lo à lista senatorial pelo Partido Liberal, justificando essa opção a Corrêa da Câmara da seguinte forma:

[...]V. Ex. me conhece e por isso não se surpreenderá que lhe indique o Martins para candidato, depois de algumas corcovas que seu gênio violento o tem feito dar, dominado pela adulação da nossa amável e juvenil Assembleia Provincial (salvo honrosas exceções) disciplinada pelos luzeiros de nossa pátria Camargo e Florêncio. A união do Partido Liberal da província e a existência do Partido Liberal no governo, não sendo aquele nosso patrício prejudicado os interesses da nossa província, explicam o meu proceder, fazendo abstração desses deploráveis erros, para conservar a força pela união no interesse público.<sup>209</sup>

Nessa parte da correspondência, nota-se que Osório reconhecia a importância de Silveira Martins para o Partido Liberal e para a manutenção da união dos liberais sul-rio-grandenses. As principais críticas de Osório recaíam sobre os deputados provinciais, Antônio Eleutério de Camargo e Florêncio Carlos de Abreu e Silva, indivíduos que eram aliados políticos e que se manifestaram em favor de Silveira Martins pela imprensa. Segundo Osório, Camargo e Florêncio perseguiram seu filho, Fernando Luís Osório, na província, deixando-o de fora das eleições provinciais para atingi-lo. O desentendimento entre os chefes do Partido Liberal acabou dividindo os liberais em duas frentes: os osoristas e os gasparistas.<sup>210</sup>

---

<sup>209</sup> Carta de Manoel Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 27.07.1879. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).

<sup>210</sup> ROSSATO, Mônica. *Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. op. cit. p.126.

Com relação à nomeação ao cargo de senador, num primeiro momento, o Visconde de Pelotas dizia não ter habilitações necessárias para assumir o cargo de Senador, como confessou ao Marquês do Herval em correspondência remetida de Porto Alegre, no dia 9 de agosto de 1879.

Excelentíssimo Marquês do Herval. [...] agradecendo-lhe quanto de lisonjeiro me diz, para justificar a minha candidatura, quero dizer-lhe, que me não apresentaria candidato, deixando correr essa apresentação por conta de outros. Os motivos de meu procedimento, achará V. Ex. na minha falta de habilitações para tão honroso cargo. Tendo, porém, diante da vontade manifestada por amigos que preso, deixando sem protesto essa indicação, que só pesará sobre eles a quem tão somente caberá a responsabilidade de um ato que não tem justificação plausível[...]<sup>211</sup>

Como se pode visualizar na carta acima, ainda receoso, o Visconde de Pelotas comentava que o peso da manutenção de sua indicação ao cargo de Senador recairia sobre os seus amigos que se manifestaram a favor de sua candidatura. Nas eleições realizadas no dia 28 de outubro de 1879, o Visconde de Pelotas foi o mais votado e, portanto, escolhido pelo Imperador para ocupar uma das cadeiras no senado imperial.<sup>212</sup>

Entretanto, no dia 4 de outubro de 1879, no Rio de Janeiro, a vida do Marquês do Herval chegou ao fim antes de ter visto o seu camarada e amigo, Visconde de Pelotas assumir o posto de senador do Império. No dia 18 de outubro de 1879, do Rio de Janeiro, Fernando Luís Osório confirmava a morte de seu pai Marquês do Herval ao seu velho amigo e camarada de batalhas Visconde de Pelotas, na seguinte carta: “Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Visconde de Pelotas. Tenho mais profundo desgosto de comunicar a V. Ex. que no dia 4 do corrente faleceu nesta Corte meu pai o Sr. Marquês do Herval. Dando a V. Ex. esta triste notícia [...]”<sup>213</sup>

Poucos dias após a morte do Marquês do Herval, o Visconde de Pelotas escreveu uma declaração ao jornal *A Reforma*, oferecendo suas justificativas por não ter aceito o cargo de ministro da guerra. A manifestação do Visconde de Pelotas foi publicada no dia 7 de outubro de 1879, com as seguintes considerações:

Não se tratava da salvação da pátria, caso em que se subordinam os princípios da lei suprema da necessidade; eu entendi, e entendo, mais patriótico recusar

<sup>211</sup> Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 09.08.1879. (IHGB - Coleção General Osório - L.230).

<sup>212</sup> José Antônio Corrêa da Câmara foi nomeado por carta imperial no dia 31 de março de 1880 ao senado. Em 5 de abril de 1880 foi também nomeado ao Ministério da Guerra, assumindo no dia 15 de maio e 1881. CAMARA, Rinaldo Pereira da. *Marechal Câmara: sua vida política* (v. 3). op. Cit. p.17.

<sup>213</sup> Carta de Fernando Luís Osório a José Antônio Corrêa da Câmara. 18.10.1879. (IHGRS – Fundo General Câmara - Correspondência recebida).



o ministério do que entrar para ele com sacrifício de princípios caros ao Partido Liberal, e que, quando mesmo tem a imensa vantagem do concorrer para nobilitar as altas funções do governo, e dar força moral ao princípio de autoridade. Se não procedi bem, foi erro, não falta de patriotismo. Praticando como pratiquei, entendi honrar o Partido Liberal do Rio Grande do Sul e melhor servir à pátria. Visconde de Pelotas.<sup>214</sup>

Na correspondência acima, nota-se que Corrêa da Câmara assinalava, como justificativa por ter recusado assumir o Ministério da Guerra, as diferenças entre as demandas políticas defendidas no gabinete comandado pelo liberal Visconde de Sinimbu, e as demandas políticas defendidas pelo Partido Liberal sul-rio-grandense, que haviam motivado a saída de Gaspar Silveira Martins do Ministério da Fazenda.

Na década de 1880, o Visconde de Pelotas, enquanto senador e ministro da guerra, tornou-se um dos pilares da “questão militar”, episódio que acentuou os atritos entre os militares e a Coroa. Após a Guerra do Paraguai, o Exército se consolidou como “instituição militar e também política”.<sup>215</sup>

As atuações de José Antônio Corrêa da Câmara e de Manoel Luís Osório como mediadores políticos, ao serem observadas a partir de uma fonte relacional como as cartas por eles trocadas, revelam que as alianças e as sociabilidades constituídas nos campos de batalha faziam parte da lógica hierárquica da sociedade sul-rio-grandense. O prestígio político e os vínculos sociais que permeavam os círculos de sociabilidade de maior destaque no cenário político sul-rio-grandense eram formados também por indivíduos pertencentes a sua elite guerreira.

O destaque conquistado por esses sujeitos, durante as sucessivas guerras em que a província de São Pedro se envolveu durante o século XIX, fizeram-nos conquistar grande capital social e forte influência política dentro e fora da província. Nessa perspectiva, José Antônio Corrêa da Câmara e Manoel Luís Osório reuniram características que os fizeram mediadores políticos entre os interesses das elites da província de São Pedro do Rio Grande do Sul e os da Corte no Rio de Janeiro.

---

<sup>214</sup> Jornal A Reforma. Porto Alegre- RS. 07.10.1879. (IHGB - Coleção General Osório - L.238).

<sup>215</sup> FERTIG, André. “É singular a animadversão que votam ao exército alguns políticos do nosso país”: o Visconde de Pelotas e a questão militar”. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011, p.1-2.

## **Considerações Finais**

Como habitualmente se costuma fazer em pesquisas históricas, estas considerações finais não são conclusivas, antes um fechamento para este trabalho, indicam, sobretudo, algumas convicções decorrentes da análise empírica das fontes trabalhadas, bem como da leitura atenta à bibliografia apresentada. A temática central desta pesquisa, isto é, a política no século XIX, foi compreendida, especialmente durante o século XX, através de documentos formais, articulados em espaços institucionais de poder, promovendo uma restrita interpretação acerca da relação entre as elites provinciais e o Estado Imperial brasileiro.

Contudo, a partir dos anos 2000, diferentemente das análises até então desenvolvidas, uma série de pesquisas acadêmicas procuraram ampliar os estudos sobre o papel das elites locais e provinciais no processo de consolidação do Estado Imperial, através da análise de diferentes formas de atuação e de negociação política desses grupos. Isso foi possível a partir da valorização de fontes e de objetos de pesquisa que enfatizam a compreensão dos vínculos sociais, das estratégias familiares, das alianças políticas, dos vínculos relacionais das elites no século XIX. Nessa perspectiva, este trabalho justifica-se por buscar contribuir com o debate historiográfico referente às dinâmicas de relações entre as elites provinciais e as elites ligadas à Corte imperial, através da análise de correspondências trocadas entre José Antônio Corrêa da Câmara e Manoel Luís Osório.

Desse modo, esta dissertação teve como objetivo central analisar as correspondências enviadas e recebidas por José Antônio Correa da Câmara e Manoel Luís Osório, entre 1869 a 1879, utilizando-as principalmente como aporte para o estudo da relação constituída entre esses indivíduos e, assim, analisar quais os fatores que os capacitaram a ascender à esfera política da Corte e atuarem na mediação política entre a província de São Pedro do Rio Grande do Sul e o Império.

As respostas a tais questões, foram obtidas a partir da análise dos conteúdos das correspondências entre Corrêa da Câmara e Osório. As principais temáticas tratadas nas correspondências, entre 1869 e 1879, foram: política, militar, sociabilidade e fronteira. Embora as famílias Osório e Corrêa da Câmara fossem velhas conhecidas da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o principal fator que promoveu o estabelecimento da relação entre esses indivíduos, foi a sociabilidade e a reciprocidade por eles constituída nos campos de batalha.

Os assuntos de suas correspondências revelam questões referentes as atuações desses indivíduos enquanto militares e políticos, mas também pedidos, solicitações, mediações e, até

mesmo, conselhos pessoais. Em uma província fronteiriça e belicosa, as constantes guerras que as famílias sul-rio-grandenses se envolveram no contexto platino fizeram de militares e de guardas nacionais, parte significativa das elites dessa província. Nesse aspecto, julgou-se necessário também pensar no conceito de sociabilidade que foi utilizado como um instrumento metodológico para o estudo de mediações, de estratégias eleitorais e de articulações políticas entre indivíduos que ascenderam politicamente, utilizando-se de vínculos sociais decorrentes de suas participações nos constantes conflitos de fronteira.

A sociabilidade de Guerra, representado pelos laços de amizade e de reciprocidade entre os militares, José Antônio Corrêa da Câmara e Manoel Luís Osório, demonstram que as diretrizes do sistema social oitocentista, eram regidas por códigos e regras nada específicos, iguais aos do sistema político. A ascensão de Corrêa da Câmara, após a sua atuação no desfecho da Guerra do Paraguai, levou-o a desempenhar papel de liderança na sociedade sul-rio-grandense e no Partido Liberal.

As correspondências de Corrêa da Câmara e Osório também revelaram os bastidores das tramas político-partidárias no Rio Grande do Sul do século XIX. Os conflitos pessoais, políticos e familiares misturavam-se durante os processos eleitorais, em algumas oportunidades, gerando conflitos armados entre opositores políticos. A notoriedade e o prestígio social que Corrêa da Câmara e Osório obtiveram nos campos de batalha foram reconvertidos às disputas políticas. Contando com os esforços políticos desses dois chefes militares, o Partido Liberal no Rio Grande do Sul durante a década de 1870, conseguiu grandes vitórias nas eleições provinciais.

As correspondências do Visconde de Pelotas e do Marquês do Herval em períodos próximos aos pleitos eleitorais revelaram a atuação desses indivíduos nos bastidores das eleições, articulando votos e estratégias para seus correligionários, camaradas e amigos. Assim como, também podemos observar a constituição de chapas eleitorais.

Em uma província que se acostumou com a dinâmica de guerras e de conflitos ao longo do século XIX, o desfecho da Guerra do Paraguai serviu para consolidar maior prestígio e influência política aos militares sul-rio-grandenses. Após longo período atuando em conflitos bélicos, comandando tropas e preparando estratégias de combate, o Visconde de Pelotas e o Marquês do Herval tornaram-se importantes para a Corte no Rio de Janeiro. A ampliação dos vínculos de sociabilidade, dentro e fora da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, levou-os a integrar os círculos mais restritos da política imperial e a trabalhar na mediação das demandas políticas sul-rio-grandenses.

## **Fontes Primárias**

### **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**

- Coleção General Osório. Correspondência recebida. Latas: 230, 233, 237.
- Coleção General Osório. Documentos Avulsos. Jornal A Reforma. Lata 238.

### **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**

- Fundo General Câmara. Correspondência recebida. Arquivos 4 e 5.

## **Fontes Impressas**

CAMARA, Rinaldo Pereira da. *Marechal Câmara: Reflexões Introdutórias a sua Biografia (v.1)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1964.

CAMARA, Rinaldo Pereira da. *Marechal Câmara: sua vida militar (v. 2)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1970.

CAMARA, Rinaldo Pereira da. *Marechal Câmara: sua vida política (v. 3)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1979.

OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894.

OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Pelotas: Tipografia do Diário Popular, 2º volume., 1915.

O Novo Mundo, Periódico Ilustrado. 23.10.1873.

## Referências Bibliográficas

- ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. *O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: um estudo sobre família, poder e economia*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.
- ASCIUTTI, Monica Maria Rinaldi. Um lugar para o periódico O Novo Mundo (Nova York, 1870-1879). Dissertação (Mestrado em História) Universidade de São Paulo, SP, 2010.
- BARBOSA, Carla Adriana da Silva. *A casa e suas virtudes: Relações familiares e a elite farroupilha (1835-1845)*. São Leopoldo. Dissertação de Mestrado. PPG-História Unisinos, 2009.
- BOTH, Amanda. A vida na fronteira meridional do Império: A presença dos sul-rio-grandenses em terras uruguaias. (1870-1880). In: História do Mundo Rural: O Sul do Brasil. MACHADO, Ironita A. Policarpo; GERHARDT, Marcos. (Org.). Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017.
- BOTH, Amanda Chiamenti. *A trama que sustentava o Império: mediação entre as elites locais e o Estado Imperial Brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX)*. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, 2016.
- CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro das Sombras: a política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CHAVES, Edneila Rodrigues. *Hierarquias sociais na Câmara Municipal em Rio Pardo (Minas Gerais, 1833-1872)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.
- COMISSOLI, A. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. PPGHIS-UFRJ, 2011.
- COMISSOLI, Adriano. *A dupla face de Jano: magistrados, famílias de elite e mediação no extremo sul do Brasil entre 1808 e 1831*. História Unisinos. São Leopoldo. Nº 2, Vol. 16, 2012.
- CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário Sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937.
- DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. SP: Cia. Editora Nacional, 1939.
- DOHLNIKOFF, Mirian. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

- DORATIOTO, Francisco. *A Maldita Guerra: nova história do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FALLETI, T. G.; SISLIAN, F. *Dominación Política: Redes Familiares y Clientelismo*. Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 1996.
- FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007.
- FARINATTI, Luís Augusto. VARGAS, Jonas. “A nossa causa é a causa deles”: Elites regionais, chefes paroquiais e a construção do Estado imperial brasileiro: Rio Grande do Sul (c. 1820 – c. 1880). In: Alexandre Mansur Barata; Maria Fernanda Vieira Martins; Silvana Mota Barbosa. (Org.). *Dos poderes do Império: culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX*. 1ªEd. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato brasileiro*. POA: Globo, 1958.
- FERTIG, André. “É singular a animadversão que votam ao exército alguns políticos do nosso país”: o Visconde de Pelotas e a questão militar”. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.
- FERTIG, André. *A Guarda Nacional e as relações entre os poderes central e local na província de São Pedro do Rio Grande do Sul no século XIX*. CLIO - Revista de pesquisa histórica. 2001.
- FERTIG, André. “Espoleta” de todos os partidos. *A Guarda Nacional nas eleições do Império do Brasil (1850-1873)*. Ciênc. Let., Porto Alegre, n.37, jan-jun, 2005.
- FERTIG, André; GRÜNDLING, Guilherme. *O General Câmara na Guerra do Paraguai através de suas correspondências*. Estudos Históricos, Rivera: n.10, julho de 2013.
- FERTIG, André Atila. *Clientelismo político em Tempos Belicosos: A Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do estado imperial centralizado (1850-1873)*. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 2003.
- FERRER, Francisco. *Brasil e Uruguai: a “fronteira viva” como estopim para a eclosão da Guerra do Paraguai*. HISTORIAE, Rio Grande, 2010.
- FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Tese (Doutorado). Porto Alegre: PUC-RS, 2012.
- FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

- GEVEHR, Daniel Luciano. *Abaixo os miseráveis! Morram os assassinos! – os soldados avançam sempre: a heroização do Coronel Genuíno Sampaio na batalha contra os Mucker*. História: Debates e Tendências – v. 14, n. 1, jan./jun. 2014.
- GOUVÊA, Fernando da Cruz. *O Partido Liberal no Império: o Barão de Vila Bela e sua época*. Brasília: Senado Federal, 1986.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias. Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Faperj, 2008. (A tese que origina essa obra foi defendida em 1989).
- GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- GOMES, Angela Maria de Castro (Org.). *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas: Mercado das Letras, 2005.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Tese de Doutorado. Niterói: PPG em História da UFF, 2005.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- GUTFREIND, Yeda. *Rio Grande do Sul: 1889-1896. A Proclamação da República e a reação liberal da sua imprensa*. Dissertação de Mestrado. PPG em História da PUCRS, 1979.
- HEINZ, F. (org.). *Por outra História das Elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- HEINSFELD, Adelar. As ferrovias: na ordem positivista, o progresso corre sobre trilhos. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, v.3, t.1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul), 2007.
- HOT, Amanda Dutra. *Cartas à Viscondessa: cotidiano e vida familiar no Brasil Império (Ouro Preto, 1850-1902)*. Mariana: Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFOP (Dissertação de Mestrado), 2010.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1972. Tomo II, Vol. 05.
- IMIZCOZ, José María. Patronos y mediadores. Redes Familiares en la Monarquía y patronazgo en la aldea: la hegemonía de las elites baztanesas en el siglo XVIII. In: *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.
- IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial (1831-1889)*. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

- IZECKSOHN, Vitor. Prefácio. In: POSSAMAI, Paulo César (org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010.
- IZECKSOHN, Vitor; MUGGE, Miquéias H. *A criação do Terceiro Corpo do Exército na Província do Rio Grande do Sul: conflitos políticos resultantes da administração militar nos anos críticos da Guerra do Paraguai (1866-1867)*. Rev. Bras. Hist. [online]. 2016, vol.36, n.73.
- LANDÉ, C. H. A Base Diádica do Clientelismo. In: SCHIMIDT; S. W. et al. *Friends, followers and factions*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977.
- LEMONS, R. *Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.
- LAROQUE, L. Fernando; LUCENO, Cristiane. *A ferrovia como agente de progresso e desenvolvimento: a inserção em ambiente mundial, brasileiro e sul-rio-grandense*. Revista destaques acadêmicos. CCHJ/UNIVATES ANO 3, N. 2, 2011.
- MARTINY, Carina. “Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”. *Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.
- MANEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)*. 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado História) - Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2015.
- MANTECA, Jesús Esteban. "Acuerdos para el olvido: la justicia transicional en Argentina, Brasil Chile y Uruguay". Tesis de licenciatura. Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2005.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MEDEIROS, Clarissa Prestes. *Relações de poder nas fronteiras do Império português: as correspondências do Marquês de Alegrete (1814-1818)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- MUGGE, Miquéias Henrique. *Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX*. Dissertação (mestrado). UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2012.



- MUGGE, Miquéias H. *A elite da Guerra – comandantes superiores da Guarda Nacional do Brasil meridional: dinâmicas relacionais (1850-1873)*. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2013.
- MOREIRA, P. R. S. *Inquéritos Disciplinares e Fés-de-Ofício: fontes documentais para a análise do comportamento estudantil da mocidade militar no final do Império (Escola Militar/RS)*. Métis (UCS), Caxias do Sul, v. 1, n. 1, 2004.
- MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- NASCIMENTO, Carla Silva do. *O Barão de Cotegipe e a crise do Império*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.
- NEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: the conservatives, the State, and slavery in the Brazilian monarchy*. Stanford: Stanford University, 2006.
- PADOIN, Maria Medianeira. *O federalismo no espaço fronteiriço platino*. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1999.
- PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. *A construção da ordem fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867)*. 2012. 416 f. (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.
- PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, s/d.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A política Rio-Grandense no II Império (1868-1889)*. Porto Alegre: UFRGS, 1974.
- PICCOLO, Helga. *Vida política no século XIX: da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: 1ª Ed. UFRGS, 1991.
- REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, Ed. UFRJ, 1996.
- RIBEIRO, José Iran. *Imagem e autoimagem no Brasil do século XIX: uma análise das “Memórias” de Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí*. RIHGRGS, Porto Alegre, n. 149, p. 105-127, dezembro de 2015.
- ROSSATO, M. *Relações de poder na região fronteiriça platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. Dissertação (Mestrado História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.
- SANTOS, Murilo Eugênio Bronze. *Dinâmica política no Rio de Janeiro: a Câmara Municipal na Corte imperial (1861-1872)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Gonçalo: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2008.

- SCOTT, Ana Volpi; SCHMACHENBERG, Ricardo. *Nas teias da administração local: redes de poder e relações familiares entre oficiais camarários no Brasil meridional (Vila de Nossa Senhora do Rio Pardo - 1811/ C. 1830)*.v. 13, n. 25, (2014).
- SEIDL, Ernesto. Condicionamentos sociais na composição do Alto oficialato militar brasileiro (1850-1930). In: HEINZ, Flávio. *História Social de Elites*. 2011.
- SENA, Ernesto. Além de eventual substituto: a trama política e os vice-presidentes em Mato Grosso (1834-1857). Almanack, 2012.
- SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. "Etnia e classe no mutualismo no Rio Grande do Sul (1854-1889)". In: Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, Ed-PUCRS, V.25, N.2, dezembro, 1999.
- SILVERMAN, Sydel F. Patronage and community-nation relationships in central Italy. In: Schmidt, S. W. (ed.). *Friends, Followers and factions: a Reader in Political Clientelism*. Berkeley: University of Califórnia, 1977.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório*. Topoi , v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009.
- THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; FARINATTI, Luís Augusto E. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Experiências Nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo, 2009.
- THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul - (1851-1864)*. Dissertação (Mestrado História). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2007.
- VARGAS, Jonas M. "Entre Jaguarão e Tacuarembó": Os charqueadores de Pelotas (RS) e os seus interesses políticos e econômicos na região da campanha rio-grandense e no norte do Uruguai (c. 1840- c. 1870). *Estudios Historicos - CDHRPyB- Año V - Diciembre 2013 - Nº 11*.
- VARGAS, Jonas. *Marechal, marquês e senador. Política, nobreza e guerra no Segundo Reinado a partir da trajetória do general Osório (1808-1879)*. História: Debates e Tendências – v. 10, n. 2, jul./dez. 2010.
- VARGAS, J. M. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868 – 1889)*. 276 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VOGHT, Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima (Org.). *Vale do Rio Pardo: (Re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

VIEIRA, Martha Victor. *Disputas políticas e jurisdicionais na Província de Goiás: a contribuição da elite dirigente goiana para a construção da ordem no Brasil central (1821-1840)*. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: FELDMANBIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Ed. Unicamp, 2003.